



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

**GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO INTERMINISTERIAL
PARA A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE DESMATAMENTO DA
AMAZÔNIA LEGAL**

(Decreto de 3 de Julho de 2003)

**PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE
DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL**

**BRASÍLIA, DF
MARÇO 2004**



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Vice-Presidente da República

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

Ministro Chefe da Casa Civil

ROBERTO RODRIGUES

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

EDUARDO CAMPOS

Ministro da Ciência e Tecnologia

JOSÉ VIEGAS FILHO

Ministro da Defesa

MIGUEL ROSSETTO

Ministro do Desenvolvimento Agrário

LUIZ FERNANDO FURLAN

Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

CIRO GOMES

Ministro da Integração Nacional

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

Ministro da Justiça

MARINA SILVA

Ministra do Meio Ambiente

DILMA ROUSEFF

Ministra de Minas e Energia

ALFREDO NASCIMENTO

Ministro dos Transportes

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI

Ministro do Trabalho e Emprego

Equipe Técnica

Casa Civil/PR:

Swedenberger Barbosa
Luiz Alberto dos Santos
Johanness Eck
Leíza Martins Mackay Dubugras

Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento – MAPA:

José Amauri Dimarzio
Valdemiro Rocha
Luiz Carlos Folador

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT:

Wanderley de Souza
Maria Luiza Braz Alves
Francisco Cleodato P. Coelho
Rejane Mouzinho Marinho
Luiz Carlos Joel

Ministério da Defesa – MD:

Antonio Carlos Ayrosa Rosière
Marcos Vinicius
Waldomiro Bezerra de Melo
Paulo Garcia
Murilo Correa Barbosa
João Wayner da Costa Ribas

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Guilherme Cassel
Maria de Fátima Brandalise
Roberto Kiel

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC

Marcio Fortes de Almeida
Antonio Sergio Martins Mello
Cleiton Dos Santos Araújo
Cândida Maria Cervieri

Ministério da Integração Nacional – MI

Marcio Araujo de Lacerda
Hildegardo F. Nunes
Antônio Carlos F. Galvão
Divino da Costa Vaz
Luiz Alberto Rabi Júnior
Onofre Morisco
Paulo Pitanga do Amparo
Rosalvo de Oliveira Júnior

Ministério da Justiça – MJ

Luiz Paulo T. Ferreira Barreto
Byron Prestes Costa

Ministério do Meio Ambiente- MMA

Cláudio Langone
João Paulo Capobianco
Mary Helena Allegretti
Gilney Viana
Jorg Zimmermann
Adolfo Dalla Pria
Alberto Lourenço Pereira
Brent Millikan
Carlos Antonio Rocha Vicente
Daniela de Paula
Guilherme Abdala
Lylia Galetti
Tasso Azevedo
Marcelo Machado Madeira

Ministério de Minas e Energia – MME

Maurício T. Tolmasquim
Marcelo Khaled Poppe
Elizeu Pereira Vicente
Paulo do Nascimento Teixeira
Ronaldo Schuck
Maria das Graças Silva Foster
Luis Oscar de Melo Becker

Ministério do Trabalho - MTE

Eva Maria Cella Delchiavon
Sandra Brandão
Paulo Eduardo Castello Parucker
Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela
Marcelo Gonçalves Campos
Leonardo Soares de Oliveira
Sueko Cecília Uski

Ministério dos Transportes - MT

José Maria da Cunha
Ieda Maria Neiva Rizzo
Vladimir de Alcântara Puntel Ferreira

Sumário

<i>LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS</i>	v
1. INTRODUÇÃO	7
2. CARACTERÍSTICAS DO DESMATAMENTO RECENTE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	9
3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	18
4. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO.....	19
4.1 ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL	20
4.2 MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL.....	23
4.3 FOMENTO A ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	25
4.4 INFRA-ESTRUTURA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL	27
4.5 COORDENAÇÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS	34
SÍNTESE DAS AÇÕES	36
PLANO OPERACIONAL	42
ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITÓRIAL.....	43
MONITORAMENTO E CONTROLE.....	84
FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS	119

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AFL	Amazônia Fique Legal
APL	Arranjo Produtivo Local
APP	Área de Preservação Permanente
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASICA	Associação das Siderúrgicas de Carajás
BACEN	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CC	Casa Civil da Presidência da República
CEF	Caixa Econômica Federal
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CF	Constituição Federal
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAP	Diretoria de Áreas Protegidas – MMA
DIPRO	Diretoria de Proteção Ambiental - IBAMA
DIREF	Diretoria de Florestas - IBAMA
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAB	Força Aérea Brasileira
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
FCO	Fundo Constitucional do Centro Oeste
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FEMA	Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GESTAR	Projeto de Gestão Ambiental Rural
GPTI	Grupo Permanente de Trabalho Interministerial
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Instituto Centro de Vida
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvado Lodi
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas da Amazônia
ISA	Instituto Sócio Ambiental
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica - MCT
LOA	Lei Orçamentária Anual
LT	Linha de Transmissão
MAPA	Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação e Cultura

MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério Público
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOA	Núcleo de Operações Aéreas (IBAMA)
OEMA	Órgão Estadual de Meio Ambiente
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não Governamental
PADEQ	Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas na Amazônia
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PD/A	Projetos Demonstrativos, Tipo “A” (PPG7)
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PL	Projeto de Lei
PPA	Programa Plurianual
PPG7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PR	Presidência da República
PREVFOGO	Sistema Nacional de Prevenção e Combates aos Incêndios Florestais
PROARCO	Programa Integrado de Monitoramento, Prevenção e Controle de Desmatamento, Queimadas e Combate a Incêndios Florestais
PRODES	Programa de Avaliação do Desflorestamento na Amazônia Legal
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PROMANEJO	Programa de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTEGER	Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Florestas - MMA
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia – MMA
SDS	Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – MMA
SEAG	Secretaria Estadual de Agricultura
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEIC	Secretaria Estadual de Indústria e Comércio
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPLAN/TO	Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente de Tocantins
SESC	Serviço Social do Comércio
SIAD	Sistema Integrado de Alerta do Desmatamento
SICAF	Sistema de Controle de Autuações Ambientais
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISPROF	Sistema Integrado de Controle e Monitoramento de Produtos Florestais
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SLAPR	Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural
SPRN	Subprograma Política de Recursos Naturais (PPG7)
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UTD	Unidade de Teste e Demonstração
WWF	Fundo Mundial para a Natureza
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

1. INTRODUÇÃO

O Programa do Governo Lula tem como prioridade a viabilização de um novo modelo de desenvolvimento na região amazônica, baseado na inclusão social com respeito à diversidade cultural, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e competitivas e o uso sustentável dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico desse enorme patrimônio brasileiro. Para enfrentar esse desafio, é preciso reverter padrões históricos de exploração não-sustentável dos recursos naturais na região, muitas vezes relacionados a ciclos econômicos de expansão e colapso e conflitos sociais que têm beneficiado apenas uma minoria da população.

Em junho de 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou dados relativos à projeção de desmatamento na Amazônia brasileira no período de agosto de 2001 a agosto de 2002, indicando um crescimento acelerado do desmatamento em torno de 40% em relação ao período anterior. A notícia sobre o aumento recente do desflorestamento na região, ainda num período de contração econômica na gestão anterior, clamou por uma avaliação cuidadosa de suas causas, como base para o planejamento de um conjunto de ações integradas do Poder Público, a serem implementadas com a participação ativa da sociedade brasileira.

Perante esse desafio, foi assinado o Decreto Presidencial de 03 de julho de 2003, que estabeleceu um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, por meio dos seguintes instrumentos:

- i) ordenamento fundiário nos municípios que compõem o Arco do Desmatamento;
- ii) incentivos fiscais e creditícios com os objetivos de aumentar a eficiência econômica e a sustentabilidade de áreas já desmatadas;
- iii) procedimentos para a implantação de obras de infra-estrutura ambientalmente sustentáveis
- iv) geração de emprego e renda em atividades de recuperação de áreas degradadas;
- v) incorporação ao processo produtivo de áreas abertas e abandonadas, e manejo de áreas florestais; e
- vi) atuação integrada dos órgãos federais responsáveis pelo monitoramento e a fiscalização de atividades ilegais no Arco do Desmatamento, e
- vii) outros que julgar pertinentes.

Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial foi composto com a participação dos títulos dos seguintes órgãos: i) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ii) Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), iii) Ministério da Defesa (MD), iv) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), v) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), vi) Ministério da Integração Nacional (MI) (vii) Ministério da Justiça (MJ), (viii) Ministério do Meio Ambiente (MMA), ix) Ministério das Minas e Energia (MME), x) Ministério dos Transportes (MT), e xi) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir de decreto assinado em 15 de março de 2004, passaram a integrar o grupo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério das Relações Exteriores.

Anteriormente à criação do Grupo de Trabalho Interministerial, o MMA/IBAMA já havia iniciado a elaboração de um *Plano de Ação para a Prevenção e Controle de Desmatamento, Queimadas e Exploração Madeireira Ilegal*, envolvendo a participação de outros ministérios e entidades da sociedade civil. Este esforço inicial tem servido como um subsídio importante na elaboração do presente documento pelo GT Interministerial.

Cabe registrar como outra iniciativa relevante do MMA, antes mesmo da criação do GT Interministerial, a realização em junho de 2003 de um seminário para a análise dos dados recentes do desmatamento na Amazônia, contando com a participação de cientistas e

representantes da sociedade civil envolvidos na temática. Neste seminário, presidido pela Ministra Marina Silva, foi possível uma melhor qualificação dos dados do desmatamento na Amazônia, principalmente em termos de sua espacialização e estabelecimento de correlações com atividades produtivas, políticas públicas e forças sociais, econômicas e políticas da região.

Com a criação do GT Interministerial sobre o Desmatamento na Amazônia, foi tomado como primeiro passo o estabelecimento de quatro subgrupos de trabalho para a elaboração de propostas estratégicas, a saber:

Quadro 01 – Sub-Grupos criados no âmbito do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices do Desmatamento da Amazônia Legal – composição e área de atuação.

Sub-Grupo	Membros	Área de Atuação
1) Ordenamento Fundiário e Territorial	SDS/MMA (coord.), SCA/MMA, MDA, MAPA, MI, MDIC, MD, MJ/FUNAI	- Instrumentos de ordenamento territorial com enfoque para política fundiária, unidades de conservação e estratégias de desenvolvimento local sustentável.
2) Monitoramento e Controle	IBAMA/MMA (coord.), SCA/MMA, MCT, MD, MJ, MTE, SIPAM/Casa Civil.	- Instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização de desmatamento, queimadas e exploração madeireira.
3) Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis	SBF/MMA (coord.), SCA/MMA, MDIC, MAPA, MDA, MCT, MI, MTE, MF (convidado).	- Crédito Rural e Incentivos Fiscais. - Assistência Técnica e Extensão Rural. - Pesquisa Científica e Tecnológica.
4) Infra-estrutura	SCA/MMA (coord.), MT, MME, MAPA, MI, MDIC.	- Políticas de infra-estrutura, com enfoque para os setores de transporte e energia.

A partir da consolidação das propostas dos quatro subgrupos, este documento apresenta um conjunto de ações estratégicas, consideradas prioritárias por sua relevância para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal, bem como para a viabilização de estratégias alternativas de proteção e uso sustentável da floresta. Este plano inclui medidas emergenciais, com potencial de gerar impactos no curto prazo, e outras ações prioritárias que demandam prazos maiores para gerar impactos efetivos, mas que devem ser iniciadas imediatamente, por sua relevância na estruturação de soluções duradouras.

O próximo capítulo do documento apresenta um resumo do diagnóstico realizado sobre características do desmatamento recente na Amazônia Legal, como referência básica para a definição de ações estratégicas. A próxima seção apresenta as diretrizes do plano de ação, considerando os resultados do diagnóstico e as orientações estratégicas do Governo Lula. Em seguida, o documento apresenta uma proposta de ações estratégicas e medidas emergenciais, por cada um dos quatro eixos temáticos. Informações complementares sobre as ações podem ser encontradas em anexo. A parte final do documento apresenta um cronograma geral de execução.

Este plano é uma iniciativa estratégica do Governo Brasileiro que se insere plenamente nas diretrizes e prioridades do Programa do Governo Lula, no Plano Plurianual (PPA) 2004 - 2007 e no **Plano Amazônia Sustentável** (Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PAS), como estratégia de desenvolvimento regional que orientará os investimentos do PPA 2004-2007 e políticas públicas afins.

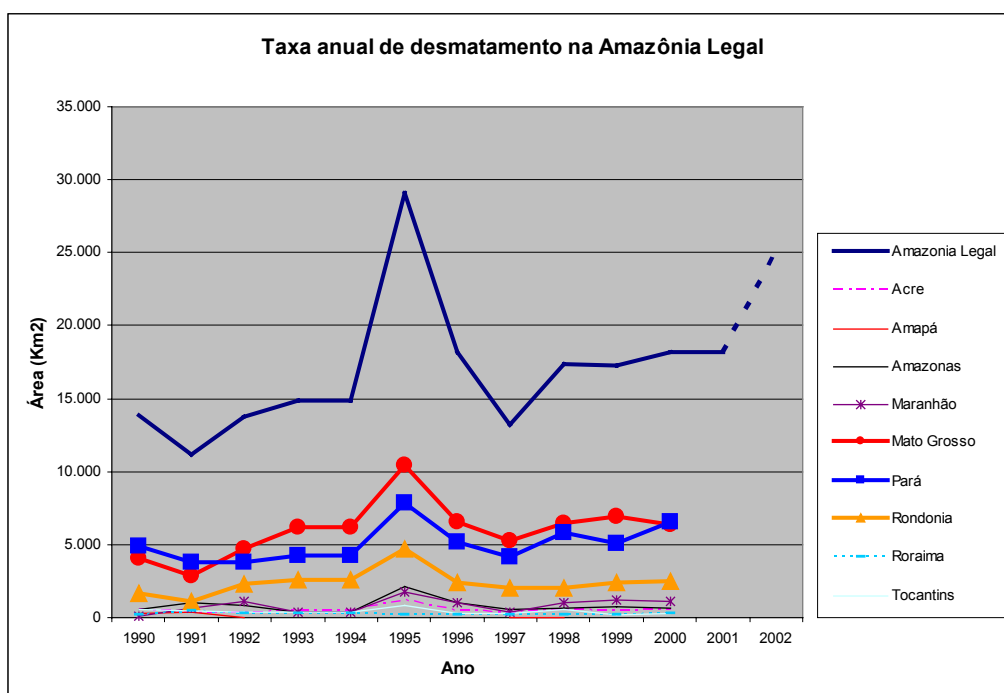
Brasília, D.F., março de 2004.

2. CARACTERÍSTICAS DO DESMATAMENTO RECENTE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram desmatados cerca de 25.500 km² na Amazônia Legal no período entre agosto de 2001 e agosto de 2002. Um aumento de 40% em relação ao período anterior e uma área maior do que o Estado de Alagoas.¹ Este índice é o segundo maior da história, inferior apenas ao de 1995, quando foram derrubados 29.059 km². De acordo com esta projeção, a área cumulativa desmatada na Amazônia Legal chegou a 631.369 km² em 2002, correspondente a 15,7% de toda floresta amazônica brasileira (Figura 01).² Para melhor qualificar estes números, cabe ressaltar inicialmente as seguintes características do desmatamento recente na Amazônia brasileira:

1. **Concentração geográfica:** A maior parte do desmatamento na região tem se concentrado ao longo de um “Arco” que se estende entre o sudeste do Maranhão, o norte do Tocantins, sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e o sudeste do Acre (Figura 02). No período de 2000-2001, aproximadamente 70% do desmatamento na Amazônia Legal ocorreram em cerca de cinquenta municípios nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, que representam em torno de 15,7% da área total da região (Figura 03) Entre alguns municípios desses estados, a área desmatada chega aos 80-90% de sua superfície total.

Figura 01

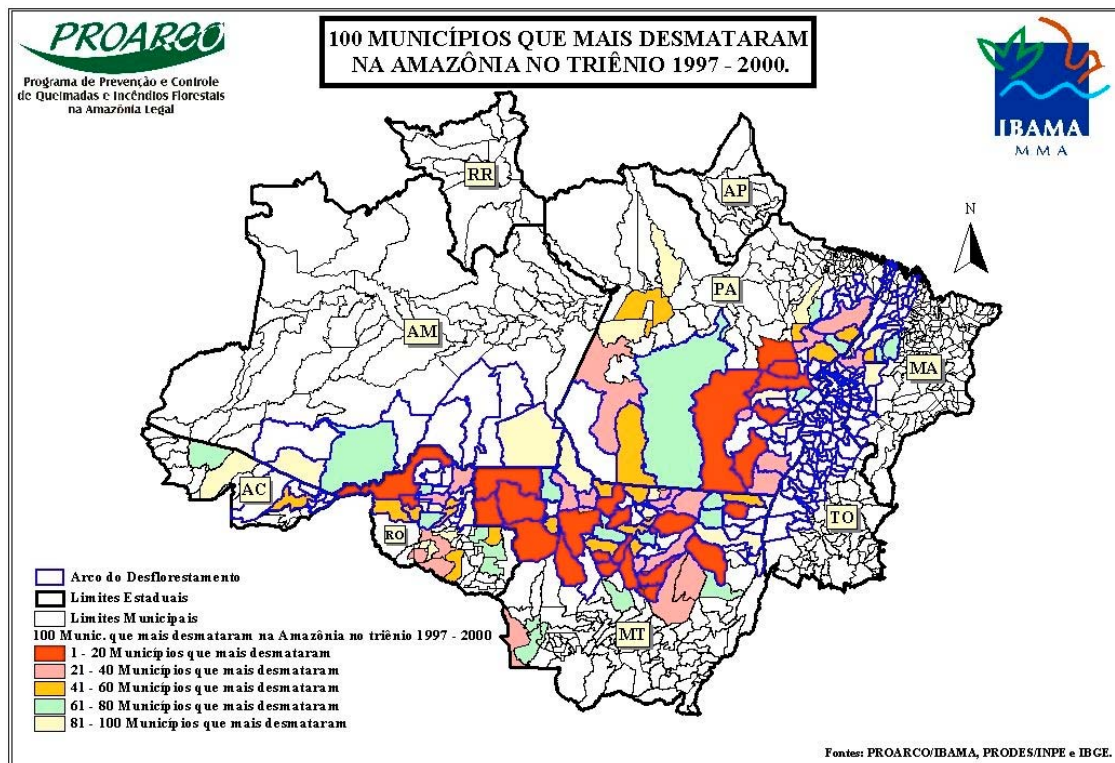


Fonte: PRODES – IBAMA / INPE

¹ Este índice foi calculado com base em 50 imagens do satélite LANDSAT-TM, na região conhecida como o “Arco do Desmatamento”, onde se concentram 75% da floresta alterada pelo homem. O mesmo cálculo, correspondente ao período anterior, aponta para um total de 18.200 km², ou seja, um aumento na taxa anual de desmatamento em torno de 40%.

² As análises realizadas pelo INPE não abrangem fisionomias não-florestais, a exemplo do cerrado, que constituem em torno de 20% da área total da Amazônia Legal (5 milhões de km²).

Figura 02



2. **Desmatamento e a pecuária:** A pecuária é responsável por cerca de 80% de toda área desmatada na Amazônia Legal. Enquanto os incentivos fiscais à pecuária diminuíram nos últimos anos, adaptações tecnológicas e gerenciais a condições geo-ecológicas em áreas como a fronteira “consolidada” da Amazônia Oriental têm permitido um aumento da produtividade e a redução de custos.³ Os principais agentes do desmatamento para a implantação de pastagens são grandes e médios pecuaristas. Entretanto, existe um elevado número de agentes intermediários, geralmente com baixos custos de oportunidade, que antecipam estes pecuaristas, e que são responsáveis de forma direta por grande parte dos desmatamentos. A expansão da pecuária na Amazônia tem se beneficiado da disponibilidade de terras baratas e, em diversos casos, pela falta de cumprimento da legislação ambiental e trabalhista.⁴

3. **Áreas abandonadas e sub-utilizadas:** Estima-se que mais de 25% da área total desmatada na região amazônica, em torno de 165.000 km², encontram-se abandonados ou sub-utilizados, muitas vezes em estado de degradação.⁵ Somente no Estado de Mato Grosso, há entre 12 e 15 milhões de hectares abandonados. Este desperdício torna-se mais grave quando se considera que novas áreas continuam sendo desflorestadas para a expansão de atividades agropecuárias, sem a utilização adequada de grande parte das áreas já abertas.⁶

³ veja: *Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira*, S. Margulis, Banco Mundial, Brasília, 2003 (1ª edição). Conforme lembrado pelo autor, as condições geo-ecológicas de outras áreas da Amazônia, onde há predominância da floresta ombrófila densa altos índices de pluviosidade, geram um quadro pouco favorável para a rentabilidade da pecuária. Veja também: Schneider, R., Arima, E., Veríssimo, A., Barreto, P., Souza Jr., C. 2000. *Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural*, Série Parcerias, Banco Mundial – Brasil e IMAZON.

⁴ Conforme ressaltado por Margulis (op,cit), “a viabilidade privada da pecuária não significa que ela seja desejável do ponto de vista social ou sustentável do ponto de vista ambiental. Os benefícios privados devem ser comparados com os custos ambientais e sociais decorrentes da expansão das atividades pecuárias e dos desmatamentos.” (p.xi).

⁵ Segundo dados do IBGE, no conjunto dos estados brasileiros, as áreas produtivas não-utilizadas nos estabelecimentos agropecuários representam cerca de 4,6% do total. Entre os estados amazônicos, observam-se percentuais bem mais elevados: p.ex. Maranhão 29,6%; Mato Grosso 21,0%; Pará 20,0%; Tocantins 18,9%.

⁶ Esta situação caracteriza-se como descumprimento do artigo 37-A do Código Florestal (Lei no. 4771/65, modificada pela Medida Provisória no. 2.166-67/2001) que estabelece: “Não é permitida a conversão de florestas ou outra forma de vegetação nativa para uso alternativo do solo na propriedade rural que possui área desmatada, quando for verificado

4. **A expansão da soja:** Um fator importante no desmatamento recente na Amazônia tem sido a expansão da soja mecanizada em áreas como o município de Querência no norte de Mato Grosso, Humaitá (AM), Paragominas (PA) e Santarém (PA). Segundo dados do IBGE sobre a evolução da área plantada no Arco do Desmatamento, no período de 1999-2001, o arroz e milho experimentaram um decréscimo de 11,44% e 1,94%, respectivamente, enquanto a área plantada em soja aumentou 57,31%. A expansão da soja na Amazônia tem se concentrado em áreas de topografia plana, com condições favoráveis de solos, clima, vegetação e infra-estrutura de transporte. A crescente demanda pela soja em mercados globalizados, a disponibilidade de terras baratas na Amazônia e a falta de internalização de custos sociais e ambientais entre setores privados têm impulsionado este fenômeno.

5. **Desmatamento e grilagem de terras públicas:** Em muitos casos, o desmatamento recente tem se relacionado a práticas de grilagem de terras públicas. Este fenômeno reflete uma série de fatores, como: i) a falta de supervisão adequada do Poder Público sobre cartórios de títulos e notas, que freqüentemente reconhecem transações fundiárias ilegítimas, ii) fragilidades nos processos discriminatórios e outras ações de averiguação da legitimidade de títulos, e iii) interesses políticos-eleitorais, tipicamente com apoio de funcionários de órgãos fundiários, em que ocupações por posseiros são incentivadas com promessas da concessão futura de lotes. Freqüentemente, a grilagem de terras se relaciona a outros atos ilícitos, como o porte ilegal de armas, trabalho escravo e outras violações dos direitos trabalhistas, evasão de impostos, garimpagem ilegal de madeira, lavagem de dinheiro do narcotráfico, etc.

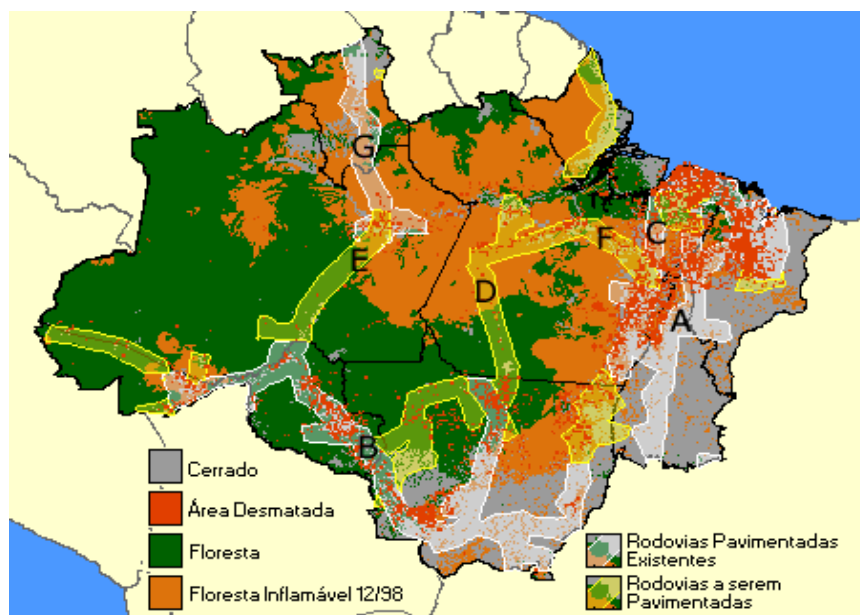
6. **O papel da indústria madeireira:** A abertura de estradas clandestinas por madeireiros em lugares isolados da Amazônia tem facilitado a entrada de grileiros e posseiros, que praticam derrubadas para estabelecer a posse da terra. Em muitos casos, a exploração madeireira é realizada de forma intensiva sem práticas de manejo, gerando um expressivo aumento de biomassa seca que torna a floresta altamente vulnerável à invasão do fogo, oriundo de pastagens e roçados em áreas vizinhas. Estima-se que a exploração madeireira não-sustentável chega até 90% de toda madeira extraída da floresta amazônica. Uma parte considerável da madeira com valor econômico, oriunda de áreas de roçados (especialmente em locais isolados de expansão da fronteira) tem sido desperdiçada nas queimadas.⁷

7. **Obras de Infra-estrutura:** Nas últimas décadas, os grandes investimentos em infra-estrutura, especialmente rodovias de penetração, têm sido uma das principais causas do desflorestamento na Amazônia. Estima-se que entre, 1978 e 1994, cerca de 75% do desflorestamento na Amazônia ocorreram dentro de uma faixa de 50 km de cada lado das rodovias pavimentadas da região. Os investimentos em infra-estrutura tendem a provocar uma forte valorização de terras em sua área de influência, mesmo antes de sua realização. Em muitos casos, a mera expectativa de realização de grandes obras estimula processos de especulação fundiária, grilagem de terras públicas, migrações, a abertura de novas frentes de desmatamento e a ocupação desordenada do espaço.

que a referida área encontra-se abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo a vocação e capacidade de suporte do solo".

⁷ Dados do Imazon estimam a produção de madeira na Amazônia brasileira em torno de 30 milhões de m³/ano. Considerando que cada hectare de floresta desmatado gera em média 30 m³ de madeira comercializável, e que o desperdício de madeira nas áreas desmatadas é de aproximadamente 40%, estima-se que os cerca de 1,6 milhão de hectares desmatados anualmente geram em torno de 48 milhões de m³/ano, dos quais mais de 18 milhões de m³ são desperdiçados.

Figura 03: Desmatamento e Eixos de Transporte na Amazônia Brasileira

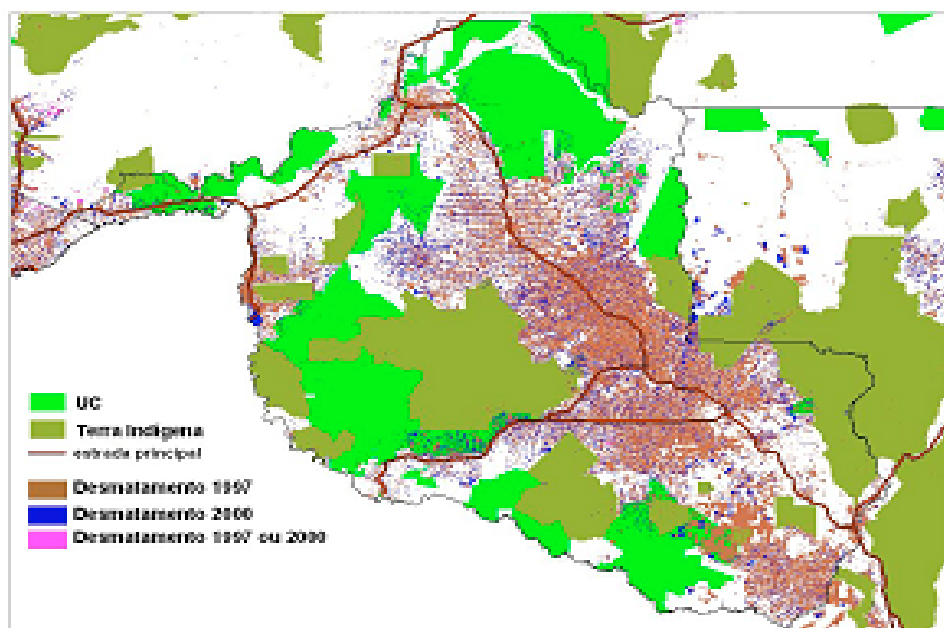


Fonte: Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM)

8. **Desmatamento e Assentamentos Rurais:** Ao longo das últimas décadas, a região amazônica tem sido priorizada pelo Governo Federal para a criação de assentamentos rurais, servindo inclusive como “válvula de escape” para injustiças sociais em outras regiões do país. Frequentemente, o INCRA e órgãos fundiários estaduais têm criado assentamentos em locais isolados, desconsiderando características da paisagem natural (aptidão agrícola, topografia, drenagem, flora e fauna, etc.) e a presença de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, etc.). A agricultura itinerante e a pecuária extensiva têm sido os usos predominantes da terra nos assentamentos rurais. Em precárias condições de sobrevivência, muitos produtores familiares acabam por abandonar suas áreas em busca de emprego ou terras em novas frentes de ocupação na Amazônia. Os compradores destas áreas (geralmente comerciantes locais, madeireiros e pecuaristas, inclusive colonos mais bem-sucedidos) adquirem terras por meio de transações informais. Como resultado desse processo de (re) concentração fundiária nos assentamentos de reforma agrária, observam-se tendências de aumento do desmatamento, associado à expansão da pecuária extensiva.

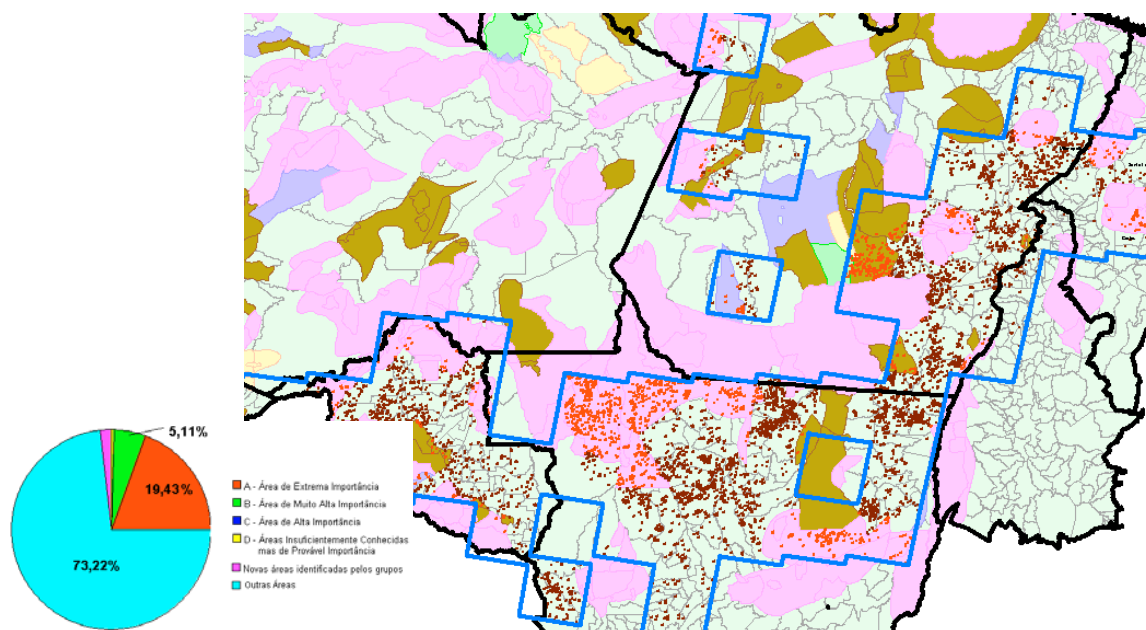
9. **Unidades de Conservação e Terras Indígenas:** A análise de dados recentes de sensoriamento remoto demonstra que as Unidades de Conservação e Terras Indígenas têm desempenhado um importante papel na conservação de extensas áreas contíguas de floresta, em alguns casos em áreas de expansão acelerada de frentes agropecuárias e madeiras (Figura 04). No entanto, na ausência de ações efetivas de implantação destas áreas protegidas (demarcação, sinalização, atividades educativas com populações de entorno, planos de manejo e atividades sustentáveis com populações tradicionais, etc.) e de mudanças nos padrões de ocupação e uso dos recursos naturais nas áreas de entorno, aumentam as pressões sobre UCs e Terras Indígenas, associadas principalmente à garimpagem de madeira e grilagem de terras. Cabe ressaltar que o ritmo do desmatamento na Amazônia tem sido muito superior à criação de novas unidades de conservação, resultando em pressões crescentes sobre áreas identificadas como prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade e de outros serviços ambientais (Figura 05).

Figura 04: Desmatamento em Rondônia: 1997 e 2000: INPE



Fonte: Instituto Sócio-Ambiental (ISA), 2003.

Figura 05: Desflorestamentos Ocorridos em Áreas Prioritárias à Conservação – 2002

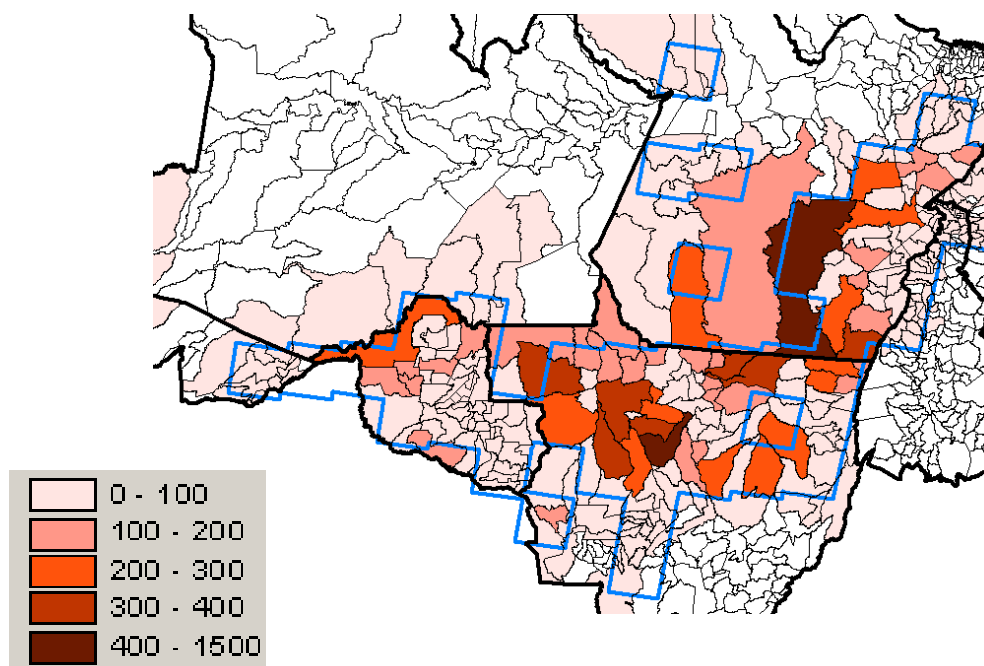


Fonte: MMA/SBF

10. **Desmatamento ilegal:** A grande maioria dos desmatamentos realizados na Amazônia tem ocorrido sem autorização pelos órgãos competentes. Por exemplo, a área total com autorizações emitidas pelo IBAMA corresponde a apenas 14,2% e 8,7% do total desmatado na Amazônia Legal em 1999 e 2000, respectivamente.⁸ Uma parte considerável do desmatamento em propriedades privadas tem ocorrido em áreas de Reserva Legal, matas ciliares (ao longo de rios e igarapés) e nas encostas de morros e serras, áreas legalmente protegidas pelo Código Florestal. O desmatamento associado à grilagem de terras públicas é uma das principais causas do desmatamento ilegal.

11. **Novas frentes de desmatamento:** Nos últimos anos, têm surgido novas frentes de desmatamento na Amazônia Legal, tanto em áreas adjacentes à chamada “fronteira consolidada” no Arco do Desmatamento como em locais previamente isolados na Amazônia Central (*Figuras 06 e 07*). Os fatores que explicam a expansão de novas frentes de desmatamento são variados e podem incluir o avanço da pecuária como uso predominante da terra, a exploração madeireira, a garimpagem de madeira, a expansão da soja mecanizada, a grilagem de terras públicas, a abertura de estradas, a criação de assentamentos rurais em lugares isolados e o surgimento de migrações internas, associadas ao fracasso de antigos assentamentos, pobreza urbana e especulação fundiária.

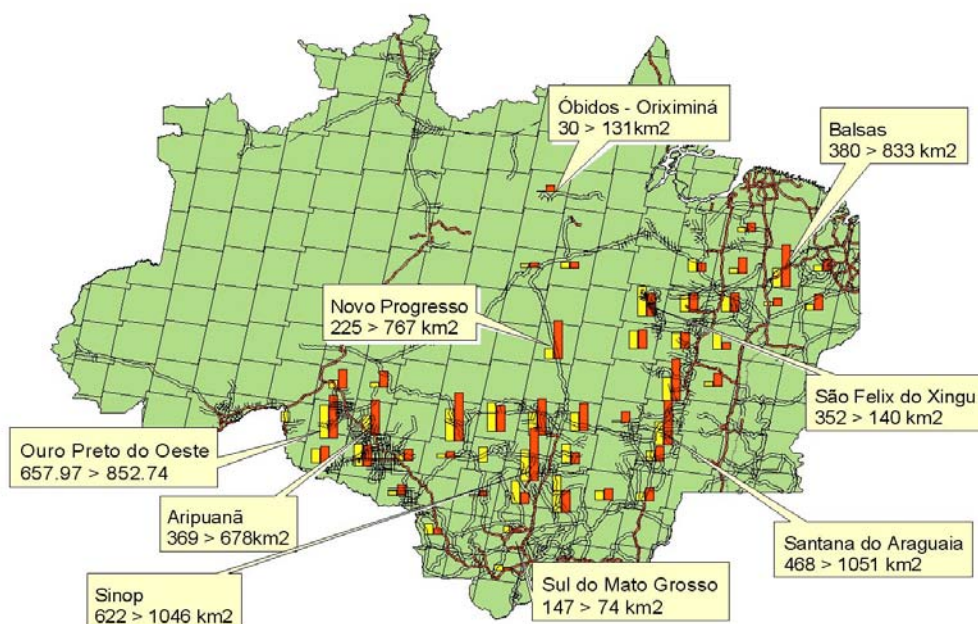
Figura 06: Áreas Críticas de Desmatamento – Ano de 2002 (km²)



Fonte: MMA/SBF/INPE

⁸ Faltam dados sistematizados sobre a emissão de autorizações de desmatamento pelo IBAMA em comparação com autorizações concedidas por OEMAs nos estados amazônicos.

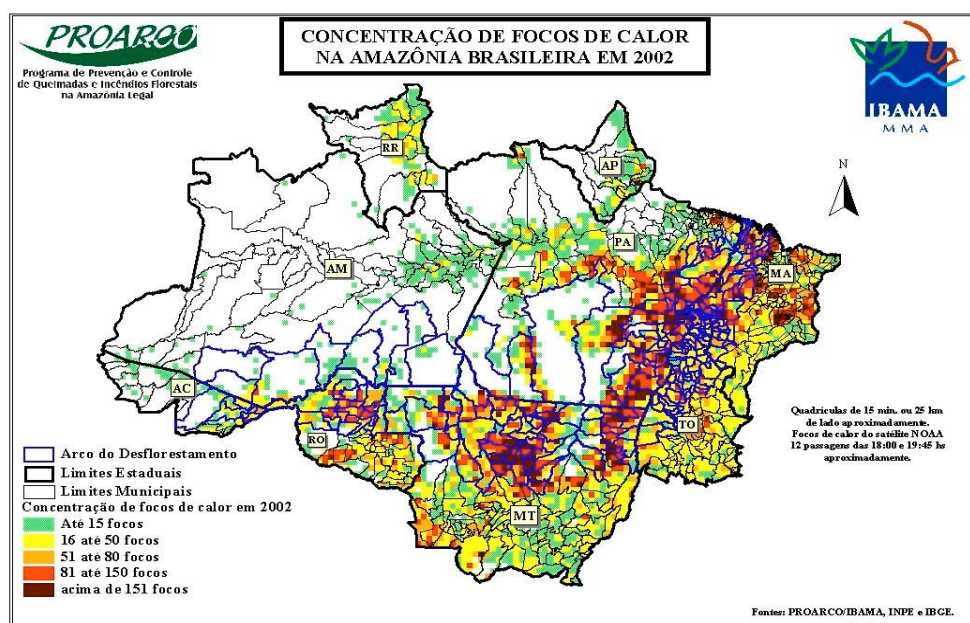
Figura 07: Evolução do Desmatamento em Áreas Críticas (2001-2002)



Fonte: INPA

12. **Desmatamento e o Uso do Fogo:** De maneira geral, a distribuição espacial das queimadas na Amazônia tem seguido a evolução dos desmatamentos, refletindo a utilização de derrubadas e o fogo para o estabelecimento de atividades agropecuárias e outros fins, inclusive a grilagem de terras públicas (Figura 08). Cabe observar o aumento recente de queimadas em áreas previamente isoladas, inclusive em unidades de conservação como os Parques Nacionais da Serra do Divisor (AC), Tumucumaque (AP), Jaú e Amazônia (AM). Outras tendências preocupantes incluem: a) a utilização do fogo, de forma repetida, para a “limpeza” da vegetação secundária em extensas áreas de pastagens mal-manejadas, com impactos ambientais significativos (solos, recursos hídricos, liberação de gases de efeito estufa, etc) e b) a ocorrência crescente de incêndios florestais, associados à exploração madeireira intensiva e à utilização do fogo em pastagens e roçados em áreas adjacentes.

Figura 08



Desmatamento e Contradições entre Políticas Públicas

Evidentemente, as causas dos aspectos problemáticos do desmatamento na Amazônia, perante os princípios de desenvolvimento sustentável, são complexas e podem extrapolar a influência direta dos órgãos governamentais, a exemplo de fluxos migratórios e fatores econômicos (taxas de inflação, mercados de terra, preços de “commodities” em mercados globalizados, etc.). Entretanto, tem existido uma série de deficiências e contradições históricas no conjunto das políticas públicas que tem exercido uma forte influência sobre esta problemática, como por exemplo:

- a implantação de rodovias e outras obras de infra-estrutura com fortes impactos sobre a ocupação e uso dos recursos naturais, na ausência de ações prévias de ordenamento territorial e fundiário, de prevenção e mitigação de danos ambientais;
- conflitos entre a legislação ambiental e a política fundiária, referentes à alienação de terras públicas, regularização fundiária, e reforma agrária;
- no âmbito das políticas produtivas (crédito, incentivos fiscais, assistência técnica e extensão rural, pesquisa científica e tecnológica), a falta de priorização para a melhor utilização de áreas desmatadas (em termos de sustentabilidade e eficiência econômica) e de valorização da floresta para fins de manejo de produtos madeireiros e não-madeireiros, e para a prestação de serviços ambientais.

No que se refere a fragilidades históricas entre as políticas ambientais, relacionadas ao monitoramento e controle do desmatamento, cabe ressaltar:

- quanto ao monitoramento do desmatamento, a falta de disponibilização, em tempo hábil, de informações oriundas do sensoriamento remoto e a sua integração com outros dados (situação fundiária, tipologias de vegetação) como subsídios para políticas de controle e licenciamento;
- ausência de mecanismos práticos e efeitos legais válidos para garantir a vinculação entre a emissão de autorizações de desmatamento e a manutenção efetiva de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente na propriedade rural;
- baixo nível de eficiência e eficácia dos procedimentos de fiscalização e de gerenciamento de unidades de conservação e de terras indígenas;
- dificuldades na efetivação de parcerias entre o IBAMA e órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs), visando à implementação de políticas de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento e exploração madeireira; e
- carências de infra-estrutura, recursos financeiros e pessoal qualificado entre os órgãos ambientais em diferentes níveis (federal, estadual, municipal);

Experiências Inovadoras

Na análise das características recentes do desmatamento na Amazônia, é importante observar a existência de uma série de *experiências inovadoras* com grande potencial para contribuir para políticas de contenção do desflorestamento e de viabilização de estratégias alternativas de proteção e uso sustentável da floresta. Nesse sentido, destacam-se as seguintes iniciativas, por parte de órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e o setor privado:

- o Projeto PROTEGER do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, que atua na área de mobilização social e capacitação para a prevenção de incêndios e controle de queimadas;
- O Programa “Bom Manejo do Fogo”, coordenado pelo IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que tem desenvolvido estudos sobre a eficiência das técnicas de prevenção de acidentes com fogo, aplicado instrumentos de comando e controle através de núcleos de manejo do fogo em parceria com FETAGRIs, PROTEGER e IBAMA, em diversos municípios do estado do Pará, como o apoio do PROMANEJO e PD/A do Programa Piloto;
- o “Projeto Fogo Emergência Crônica”, coordenada pela ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, e o “Programa Fogo: Amazônia Encontrando Soluções” coordenado pelo Instituto Centro de Vida (ICV), ambos apoiados pela cooperação italiana, que têm desenvolvido estratégias inovadoras de negociação de “pactos de prevenção e controle do fogo” que envolvem a participação ativa de prefeituras e diversos setores da sociedade local.
- o Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN) do Programa Piloto, que tem apoiado iniciativas inovadoras, como o desenvolvimento de um sistema de licenciamento ambiental em propriedade rural em Mato Grosso, e campanhas de prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais no Estado de Roraima, bem como a campanha *Amazônia Fique Legal*, envolvendo a construção de parcerias entre o IBAMA e OEMAs;
- A implantação inicial de um sistema informatizado para gestão da informação referente a autorizações de desmatamento e planos de manejo, o SISPROF – Sistema de Controle de Produtos Florestais, nas Gerências Executivas do IBAMA na Amazônia e o desenvolvimento, em escala piloto, de novas ferramentas de controle e monitoramento do transporte e produção de madeira, usando ferramentas de rastreamento via satélite e transferência de dados em tempo real, no âmbito do ProManejo/IBAMA/PPG7;
- o Programa Integrado de Monitoramento, Prevenção e Controle de (PROARCO), coordenado pelo IBAMA, com apoio do Banco Mundial, que mantém um sistema avançado de monitoramento de focos de calor;
- o Sistema Nacional de Prevenção e Combates aos Incêndios Florestais (PREVFOGO) que tem atuado na formação de brigadas vinculadas às unidades de conservação federais para a prevenção e controle de incêndios florestais; e
- o Núcleo de Operações Aéreas (NOA) do IBAMA, que atua de forma integrada à Coordenação Geral de Fiscalização, com apoio de aviões e helicópteros, agilizando tanto as atividades de fiscalização como no suporte a ações de combate a queimadas.

3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Considerando as características do desmatamento recente na Amazônia brasileira e as orientações estratégicas do Governo Lula, pode-se concluir que uma estratégia de contenção do desmatamento na região deve se basear na implementação de um conjunto integrado de políticas estruturantes, inclusive medidas emergenciais, norteadas pelas seguintes diretrizes:

- i) valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros e a prestação de serviços ambientais, como um dos alicerces de um novo modelo de desenvolvimento regional, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental;
- ii) incentivos para a melhor utilização de áreas já desmatadas em bases sustentáveis, contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, agricultura ecológica e a recuperação de áreas degradadas, como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre florestas remanescentes;
- iii) a tomada de medidas urgentes de ordenamento fundiário e territorial, visando à redução do acesso livre aos recursos naturais para fins de uso predatório e o fortalecimento de instrumentos de gestão democrática e sustentável do território, priorizando o combate à grilagem de terras públicas, a regularização fundiária, viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia, e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas;
- iv) aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento com metodologias inovadoras, contemplando a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais e à adoção de práticas sustentáveis entre usuários dos recursos naturais;
- v) fortalecimento de uma cultura de planejamento estratégico de obras de infra-estrutura, envolvendo a análise adequada de alternativas (em termos de custo-benefício e impactos sócio-econômicos e ambientais), medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, e a execução *ex-ante* de ações de ordenamento territorial em bases sustentáveis, com transparência e participação da sociedade.
- vi) fomento à cooperação entre instituições do Governo Federal, responsáveis pelo conjunto de políticas relacionadas às dinâmicas de desmatamento na Amazônia Legal, superando tendências históricas de dispersão e de isolamento da área ambiental;
- vii) adoção de um estilo de gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, estados e municípios, contemplando as respectivas necessidades de fortalecimento institucional;
- viii) estímulo à participação ativa dos diferentes setores interessados da sociedade amazônica na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, e à viabilização de alternativas sustentáveis, como meio para aumentar a qualidade de sua implementação, com transparência, controle social e apropriação política;
- ix) valorização da aprendizagem entre experiências piloto bem sucedidas, dando-lhes escala por meio de sua incorporação em políticas públicas; e
- x) efetivação de um sistema de monitoramento das dinâmicas do desmatamento e políticas públicas correlatas na Amazônia, permitindo a análise permanente da eficiência e eficácia destes instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento, com transparência e controle social.

4. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

OBJETIVO GERAL

- Promover a redução das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, fomento a atividades produtivas sustentáveis e infra-estrutura, envolvendo parcerias entre órgãos federais, governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado.

IMPACTOS ESPERADOS

São **impactos esperados** da implementação deste Plano de Ação:

- i) uma forte redução nos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, especialmente em termos de práticas ilegais que gerem significativos danos ambientais e problemas sociais;
- ii) uma diminuição substancial nas práticas de grilagem de terras públicas em áreas críticas, associadas ao desmatamento ilegal;
- iii) uma redução acentuada nos índices de exploração madeireira ilegal, associada a um crescimento expressivo na área sob manejo florestal para produtos madeireiros e não-madeireiros;
- iv) um forte aumento na adoção de práticas de prevenção e controle do fogo, manejo de pastagens e práticas agrícolas e agroflorestais sustentáveis entre produtores rurais;
- v) redução significativa no percentual de propriedades rurais com passivo ambiental referente à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, associado a um aumento nos casos de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e práticas de recuperação de áreas degradadas;
- vi) avanços na viabilização de um novo modelo de reforma agrária em bases sustentáveis para a Amazônia brasileira, com significativas implicações para a redução do desmatamento;
- vii) avanços substanciais na criação e implantação de unidades de conservação e terras indígenas em áreas prioritárias, como elementos fundamentais de uma estratégia de conservação da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia; e
- viii) aumento significativo na capacidade institucional de órgãos ambientais e outras instituições parceiras, inclusive da sociedade civil, na implementação integrada de medidas de prevenção e controle do desmatamento, e na viabilização de atividades produtivas sustentáveis.

4.1 ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

4.1.1 *Considerações Iniciais*

As políticas relacionadas ao ordenamento territorial e fundiário da Amazônia brasileira, definidoras de normas sobre os direitos de acesso à terra e de diretrizes para o uso e exploração dos recursos naturais, têm uma forte influência sobre a dinâmica do desmatamento, das queimadas e da exploração madeireira ilegal na região. A fragilidade destas políticas, reveladora da incipiente presença do Estado na região amazônica, expressa-se, sobretudo, na precariedade da regularização fundiária e na ausência da aplicação de instrumentos de ordenamento territorial, tais como o zoneamento ecológico-econômico e o plano diretor municipal em grande parte do território regional.

Segundo dados do IBGE, no quadro fundiário dessa região, 24% do território são reclamados como área privada; 29% são áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, e 47% são terras públicas e/ou devolutas sobre as quais a supervisão do Poder público é ainda incipiente.

A ausência de ordenamento territorial e de regularização fundiária neste grande volume de terras públicas, combinada com a fragilidade da presença do Estado, incentiva a grilagem e outras formas de ocupação indevida da terra, estimula a exploração predatória dos recursos naturais e a impunidade dos crimes ambientais. Este quadro tem consequências sociais importantes, uma vez que contribui, decisivamente, para o acirramento de conflitos decorrentes da disputa pela terra, nos quais, historicamente, têm levado vantagem os setores mais capitalizados, favorecendo a concentração fundiária na região.

Nas áreas privadas existem problemas variados, destacando-se, entre outros: situações de conflito entre supostos proprietários; usos inadequados do solo; descumprimento do Código Florestal e demais normas de licenciamento e gestão ambiental; áreas degradadas e áreas desmatadas sem aproveitamento econômico.

As áreas legalmente protegidas, Unidades de Conservação e Terras indígenas, cumprem um papel fundamental na proteção e uso sustentável das florestas nativas, funcionando como uma fronteira de proteção contra o desmatamento. É importante frisar, no entanto, que a situação atual destas áreas também é preocupante. Parte delas encontra-se ameaçada por processos gradativos de invasão, com ocupações e exploração ilegal de seus recursos, sobretudo quando localizadas em áreas de avanço da fronteira agropecuária e onde estão previstas, ou em construção, grandes obras de infraestrutura. Além disso, muitas das unidades de conservação não foram efetivamente implementadas – com as necessárias obras de infra-estrutura e de gestão – e encontram-se em situação de fragilidade, sujeitas a invasões e grilagem. Por isso mesmo, é fundamental a criação de novas unidades de conservação e a consolidação das já existentes, bem como implementar os processos de identificação, demarcação, homologação e registro das terras indígenas, através de um amplo processo de consulta aos atores locais, Governo Federal, governos estaduais e municipais, e, no caso de terras indígenas, as comunidades e organizações indígenas.

Soma-se a este quadro, as cerca de 380 mil pequenas propriedades rurais existentes na região, decorrentes de assentamentos promovidos pela Política de Reforma Agrária ou de ocupações espontâneas, nos quais predomina a agricultura familiar e onde há grande carência de investimentos em infra-estrutura produtiva e social e de modernização tecnológica. Nestas condições, as atividades desenvolvidas por pequenos proprietários rurais e posseiros também contribuem para o aumento dos índices de desmatamento. Diretamente, uma vez que estas atividades se caracterizam por formas tradicionais de manejo, baseadas na derrubada da mata e queimadas; e indiretamente, seja porque os pequenos proprietários servem de mão de obra nos grandes empreendimentos madeireiros ou pecuários, seja porque “esquentam” a posse de terras que, posteriormente, serão apropriadas por estes empreendimentos; ou, porque, em razão das precárias condições socioeconômicas e ambientais dos assentamentos, se vêem obrigados a abandonar suas terras, partindo para ocupar outras áreas da Amazônia Legal.

É fundamental, nesse caso, aprofundar e consolidar iniciativas e medidas governamentais no sentido de superar o descompasso entre as ferramentas indutoras do desenvolvimento regional, a ocupação ordenada das áreas e as políticas ambientais. E, igualmente, implementar

políticas de consolidação da agricultura familiar em bases econômica e ambiental sustentáveis, articulando e potencializando as ações do Governo Federal (em especial dos ministérios que compõem o GT), dos governos estaduais e municipais, e das organizações da sociedade civil que atuam na região.

4.1.2 Diretrizes

Com base nestas considerações e na análise das relações entre as dinâmicas do desmatamento e os problemas de ordenamento territorial, especialmente no que diz respeito à questão fundiária, foram definidas as seguintes diretrizes específicas, que devem nortear as ações estratégicas e medidas emergenciais pertinentes a esta temática:

- a) Prover o Estado de instrumentos eficientes para garantir a conservação do Patrimônio Nacional representado pela Amazônia brasileira (cf. definido na Constituição Federal), com resultados que beneficiem a geração atual e as futuras gerações, o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a soberania sobre o território nacional;
- b) Combater a ilegalidade na apropriação da terra, favorecendo a aplicação dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais vigentes (Código Florestal, Código Penal, Decretos e Instruções Normativas, etc) relativos à proteção do meio ambiente, aos procedimentos legais sobre as terras públicas e à função social da propriedade privada⁹;
- c) Garantir a inclusão social e a justiça ambiental, observando o respeito aos direitos de posse dos pequenos proprietários, a promoção de condições para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares; a proteção dos direitos das sociedades indígenas e comunidades tradicionais; a repartição social dos benefícios da exploração da biodiversidade;
- d) Priorizar as ações de ordenamento territorial com o objetivo estratégico de promover o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a diminuição das desigualdades intra e inter-regionais e valorizando-se as diversidades regionais, com base na clara definição de áreas estratégicas para conservação e uso sustentável dos recursos naturais, considerando: a representatividade da diversidade biológica e as condições ambientais diversificadas da região; os diferentes ritmos de sua dinâmica espacial; as características socioeconômicas e culturais identificadas nos diferentes ecossistemas regionais e as tendências econômico-ambientais nas meso e micro regiões;
- e) Garantir o envolvimento e a participação pública dos atores políticos, econômicos e sociais e dos poderes públicos locais e regionais nos processos de planejamento e execução de projetos e ações de ordenamento territorial e fundiário, tais como: nas consultas legalmente previstas na criação de unidades de conservação; nas diretrizes do Zoneamento Ecológico-econômico; na construção da Agenda 21 Brasileira; e em outros fóruns de decisão e negociação já existentes ou cuja criação seja demandada visando ao consenso entre o governo federal, os governos estaduais e municipais e a sociedade civil;
- f) Articular o ordenamento territorial e regularização fundiária de forma a potencializar as ações governamentais destinadas à efetiva aplicação do conjunto de normas e procedimentos que visam à proteção dos ecossistemas e à manutenção da qualidade ambiental;
- g) Integrar o ordenamento territorial com ações de comando e controle, de fomento a novas tecnologias e alternativas econômicas sustentáveis, de incentivos financeiros para a recuperação de áreas degradadas, aumento da produtividade das atividades agropecuárias em áreas já desmatadas e procedimentos de sustentabilidade para obras de infra-estrutura;

⁹ Esta diretriz também se relaciona com as questões tratadas pelo subgrupo "Monitoramento e Controle Ambiental".

- h) Definir instrumentos para a consolidação, em bases sustentáveis, dos assentamentos oficiais de Reforma Agrária, Reservas Extrativistas, e outros estabelecimentos rurais de base familiar ou comunitária.

4.1.3 Objetivos Específicos

Com base nessas diretrizes, foram definidos os objetivos específicos das ações estratégicas de ordenamento territorial na Amazônia brasileira, como segue:

- i. Prover o Estado brasileiro de instrumentos legais, técnicos e políticos, visando garantir o ordenamento territorial em bases sustentáveis;
- ii. Promover o combate à grilagem e outras formas de apropriação indevida de terras públicas e promover ações de regularização fundiária, com prioridade para as áreas críticas do Arco do Desmatamento;
- iii. Implementar o novo Plano de Reforma Agrária, que contempla as características sociais, culturais e ambientais da região;
- iv. Revisar as políticas de utilização e destinação de terras públicas à luz dos princípios do desenvolvimento sustentável;
- v. Promover a ampliação e consolidação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com prioridade para as áreas críticas do Arco do Desmatamento;
- vi. Implementar ações de ordenamento territorial e desenvolvimento local sustentável em áreas prioritárias do Arco do Desmatamento.

4.2 MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

4.2.1 Considerações Iniciais

A superação de uma situação de ausência de “estado de direito” em vários locais da Amazônia, como um dos principais fatores que facilita atos ilegais de desmatamento e exploração madeireira, constitui-se num desafio central para o planejamento das ações de Monitoramento e Controle. Assim sendo, propõe-se um conjunto de ações integradas que possam traduzir no curto, médio e longo prazos uma efetiva e definitiva *presença do Estado* na região amazônica.

Considerando que, associado ao crime ambiental, uma série de outros ilícitos é praticada com frequência (grilagem de terras, porte ilegal de armas, formação de quadrilha, estelionato, falsidade ideológica, trabalho escravo/direitos trabalhistas, sonegação de impostos, lavagem de dinheiro, concussão e peculato, e até biopirataria e narcotráfico) pode-se concluir que, além do aprimoramento de todo o sistema normativo ambiental, a integração dos trabalhos é essencial. Esta integração deve contemplar as competências institucionais de cada um dos participantes e as necessidades de enfrentar problemas de forma integrada, por meio de parcerias. Em suma, é preciso sempre buscar *combater o crime ambiental em conjunto com os demais ilícitos associados ao mesmo*.

Considerando ainda: i) a abrangência e diversidade dos ilícitos ambientais praticados ao longo do Arco do Desmatamento, ii) a variedade de agentes e fatores motivadores dos ilícitos, iii) as experiências passadas de constituição de “forças-tarefa” de êxito restrito em termos políticos e operacionais, e iv) as limitações em termos de orçamento, infra-estrutura e recursos humanos do Poder Público, recomenda-se que as ações emergenciais propostas não sejam vistas como mais uma “força-tarefa” – pontual e passageira - mas sim como passos rumo à consolidação de uma *cultura de trabalho integrado* no âmbito das políticas de monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental.

Sabendo que o enfrentamento da questão do desmatamento, queimadas e exploração madeireira ilegal não pode ser apenas uma tarefa do poder público, tornando-se necessária a capacitação e, acima de tudo, o envolvimento de diversos atores sociais na missão de contribuir para a construção de uma cidadania ambiental na Amazônia, o Subgrupo de Monitoramento e Controle propõe ainda o desenvolvimento de uma série de iniciativas de sensibilização e mobilização social, voltadas à prevenção de danos ambientais relacionados ao desmatamento e queimadas, a serem integradas às ações propostas pelo Subgrupo de Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis.

Assim, foram definidos os seguintes objetivos específicos em relação ao tema Monitoramento e Controle:

- i) Reduzir o desmatamento ilegal e outros ilícitos ambientais em áreas críticas, efetivando a presença do Estado por meio de ações de monitoramento, licenciamento e fiscalização, contemplando as necessidades de fortalecimento de parcerias entre a União, estados e municípios, e de participação ativa da sociedade;
- ii) Aprimorar a sistematização e disseminação de informações atualizadas oriundas do monitoramento do desmatamento, das queimadas e da exploração madeireira, como subsídio para ações de licenciamento e fiscalização, e a participação da sociedade no seu acompanhamento;
- iii) Contribuir para o aperfeiçoamento de procedimentos de licenciamento ambiental, superando entraves identificados em termos legais e operacionais.
- iv) Combater o crime ambiental junto com os demais ilícitos associados ao mesmo, criando uma cultura de “fiscalização ambiental integrada”.

Cabe destacar que os seguintes critérios serão utilizados na definição de áreas prioritárias para as ações de fiscalização de atos ilegais de desmatamento e exploração madeireira:

- Desmatamento e exploração de madeira em terras públicas não destinadas, geralmente relacionados a atos de grilagem;
- Desmatamento e exploração madeireira em unidades de conservação e terras indígenas;
- Desmatamentos ilegais em propriedades particulares acima de 100 hectares;

A adoção destes critérios implica num alto grau de inteligência no planejamento das ações de fiscalização, incluindo informações atualizadas de sensoriamento remoto, dados fundiários e informações de campo.

No que se refere à localização das Bases Operativas do IBAMA e respectivas áreas de atuação ao longo do Arco do Desmatamento da Amazônia Legal, (atualmente estão projetados 19 Bases) foram considerados os seguintes critérios:

- i) Áreas críticas de expansão do desmatamento e exploração madeireira ilegal na Amazônia Legal, inclusive relacionados a outros ilícitos (grilagem, violação da legislação trabalhista, etc.); muitas vezes em situação de “ausência” do Estado;
- ii) Possibilidades de gerar impactos positivos, inclusive efeitos demonstrativos ou “pedagógicos”.
- iii) Riscos de ocorrência de incêndios florestais;
- iv) Infra-estrutura de apoio instalada, tanto do IBAMA como de instituições parceiras; e
- v) Racionalização do uso de recursos humanos e materiais.

4.3 FOMENTO A ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

4.3.1 *Considerações Iniciais*

O Grupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis desenvolveu propostas relacionadas aos seguintes itens do Decreto Presidencial: item II (Incentivos fiscais e creditícios com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e a sustentabilidade das áreas já desmatadas), item IV (Geração de emprego e renda em atividades de recuperação de áreas alteradas); e item V (Incorporação ao processo produtivo de áreas abertas e abandonadas e manejo de áreas florestais), tendo como base as seguintes considerações:

1. Devido à baixa produtividade da produção agropecuária na Amazônia e à grande extensão de terras já desmatadas e abandonadas (165.000 km²), consideramos que o Governo Federal, em colaboração com os governos estaduais e municipais, deve focar sua política de fomento agrícola na região no aumento da produtividade das terras já desmatadas e incorporação das áreas abandonadas ao processo produtivo, estimulando a geração de emprego e renda e inclusão social de pequenos e médios produtores rurais. Além disso, deve desenvolver ações para desestimular ao máximo a expansão do desmatamento.
2. Para enfrentar a velocidade com que a agropecuária tem avançado sobre a floresta, além de uma eficiente ação fiscalizadora, é fundamental promover opções econômicas que possam conviver com a floresta e a biodiversidade, ou que delas necessitem para existir. Certamente, grande parte da solução passa pela promoção do manejo florestal sustentável. Através do aperfeiçoamento e difusão do manejo florestal e da adoção de uma política de fomento industrial voltada para as potencialidades da floresta, pode-se ampliar significativamente o número de empreendimentos florestais comunitários e empresariais bem-sucedidos na região. Esses empreendimentos poderão gerar produtos com alto valor agregado a partir de matérias-primas adequadamente extraídas da floresta, como, por exemplo, a madeira, resinas, óleos, fibras, castanha, frutos, plantas medicinais e insumos para a indústria cosmética. Promover a atividade florestal sustentável na Amazônia deve ser, portanto, uma prioridade absoluta.
3. A região apresenta cerca de 63 milhões de hectares de áreas desmatadas, sendo que destas 16,5 milhões de hectares estão abandonadas. Muitas propriedades rurais não dispõem de áreas de preservação permanente e reserva legal, conforme estabelecido pelo Código Florestal. A recuperação dessas áreas é importante tanto para a qualidade ambiental como para a economia da região, pelo potencial de atividades econômicas que podem gerar, como por exemplo, o reflorestamento comercial e os sistemas agroflorestais.

A partir dessas considerações foram estabelecidos os seguintes objetivos gerais:

1. Contribuir ao desenvolvimento sustentável da região.
2. Promover a agricultura familiar sustentável.
3. Promover a recuperação de áreas degradadas.
4. Promover a produção florestal sustentável (madeira e não-madeira) comunitária e empresarial.
5. Promover a Intensificação da agropecuária em áreas já desmatadas em bases sustentáveis.

Para alcançar esses objetivos foi proposto um conjunto de seis objetivos específicos, baseados nas possibilidades orçamentárias e financeiras dos Ministérios envolvidos e nos respectivos planejamentos de ações. Esses objetivos encontram-se detalhados no quadro abaixo e nos Quadros anexas.

4.3.2 Objetivos Específicos:

1. Promover a capacitação em larga escala em técnicas de manejo florestal e agricultura ecológica em todos os estados da Amazônia até 2007;
2. Viabilizar financiamento e incentivos econômicos para a promoção de projetos e empreendimentos sustentáveis, nas áreas florestal (manejo e reflorestamento), agroflorestal, agricultura ecológica, agropecuária e recuperação de áreas degradadas, beneficiando especialmente pequenos produtores rurais;
3. Desenvolvimento de empreendimentos baseados no uso sustentável dos recursos naturais da região;
4. Viabilizar o desenvolvimento de tecnologias para conservação e uso sustentável dos recursos naturais;
5. Estabelecer mecanismo eficiente e transparente para permitir à sociedade ter acesso à utilização sustentável dos recursos florestais nas florestas nacionais, estaduais e municipais; e
6. Incentivar a consolidação da Agricultura Familiar em áreas críticas em termos de desmatamento na Amazônia.

4.4 INFRA-ESTRUTURA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

4.4.1 *Infra-estrutura e Desmatamento*

Existe uma relação direta entre a implantação de obras de infra-estrutura e a degradação dos recursos naturais, especialmente quando os investimentos ocorrem sem medidas prévias de ordenamento territorial e em áreas nas quais predominam ecossistemas frágeis. Tal situação se tornou uma regra no que tange aos investimentos em infra-estrutura na Amazônia. A abertura e/ou pavimentação de rodovias em áreas isoladas de floresta têm sido os principais vetores do desflorestamento naquela região. Ao facilitar o acesso e, portanto, aumentar a oferta de terras baratas em áreas de floresta, as estradas expandem a fronteira de degradação e contribuem para intensificar a disputa pela terra e os conflitos em torno do uso dos recursos naturais. Estima-se que, entre 1978 e 1994, cerca de 75% do desflorestamento na Amazônia ocorreu dentro de uma faixa de 50 km de cada lado das rodovias pavimentadas da região.

A associação entre obras de infra-estrutura e conflitos socioambientais ocorre porque tais investimentos provocam acentuada valorização das terras em sua área de influência, mesmo antes da realização da obra. Quando não são realizadas ações prévias de ordenamento territorial e fundiário, de prevenção e mitigação de danos ambientais, deflagra-se um processo desordenado de grilagem, apropriação da base de recursos naturais à revelia da lei e, em última instância, a geração de conflitos e a violência.

O Grupo de Assessoria Internacional (International Advisory Group) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, formado por especialistas brasileiros e estrangeiros, esteve na região amazônica no mês de julho de 2003, examinando as regiões onde se inserem algumas das obras estratégicas incluídas na proposta do PPA 2004–2007. Suas conclusões principais foram as seguintes:

1. **Antecipação de efeitos das obras anunciadas:** a mera perspectiva de realização de grandes obras de infra-estrutura deflagra intenso movimento de valorização de terras, de migrações, de expulsão de famílias ocupantes tradicionais, de abertura de novas frentes de desmatamento e ocupação desordenada do espaço, configurando a rápida cristalização de processos sociais de difícil reversão.
2. **Frágil presença do Estado:** é notória a ausência do Estado, seja do Governo Federal, seja dos Governos Estaduais, nas regiões de influência das obras, o que favorece a desordem, os conflitos e a violência, além de legar ao futuro o custo ampliado da solução de tais problemas. Em outras palavras, não há condições institucionais para o ordenamento preventivo dos fenômenos descritos.
3. **Grilagem:** o elemento comum a todos os processos de expansão da fronteira é a ocupação da terra por meio de grilagem, envolvendo diversos tipos de agentes, mas beneficiando, em última instância, a grandes proprietários.
4. **Resistência:** em certas regiões, especialmente onde os produtores familiares estão bem organizados, há intensa resistência a grandes obras de infra-estrutura, vistas como portadoras de alto custo social e contrapartida de irrelevantes benefícios locais.
5. **Baixa Transparência:** as propostas técnicas relativas às obras não incorporam elementos necessários para se avaliar sua eficiência econômica, social e ambiental, tanto no que tange ao impacto direto quanto, principalmente, no que se refere à dinâmica por elas induzida.
6. **Ampliação do Arco do Desmatamento:** a abertura de novas frentes está ampliando, em ritmo acelerado, o Arco do Desmatamento para o sul do Amazonas e o centro do Pará,

gerando expectativas de intenso desmatamento nos próximos anos, o que agrava a tendência de elevação registrada em 2002 e confirmada por inferências preliminares sobre 2003.

7. **Prioridade:** é urgente a intervenção ordenadora do Estado com ações de regularização fundiária e combate exemplar à grilagem de terras públicas.
8. **PPA 2004-2007:** a priorização de investimentos em infra-estrutura não pode induzir à repetição dos erros da época em que o Estado fomentava a abertura de fronteiras na Amazônia sem qualquer planejamento, em detrimento dos mais pobres e do patrimônio ambiental da nação.

A experiência histórica de implantação de obras de infra-estrutura na Amazônia tem sido predominantemente associada a altos impactos sociais e ambientais, especialmente em detrimento da qualidade de vida de povos indígenas, populações tradicionais e produtores familiares da região. Considerando a importância de melhoria da infra-estrutura física e social para a região, é fundamental que a experiência passada se traduza em um paradigma de planejamento de investimentos que promova a sustentabilidade e a integração regional. A principal referência de planejamento para investimentos em infra-estrutura na Amazônia é o Plano Amazônia Sustentável – PAS, que, a partir de uma estratégia de desenvolvimento territorial, com ênfase na negociação e formação de consensos, permitirá a inserção dos necessários investimentos em um quadro ordenado de promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e integração territorial. As principais recomendações estratégicas do PAS, no que tange a obras de infra-estrutura são:

1. **A observância da diferenciação intra-regional na Amazônia:** O PAS propõe tratamento diferenciado a propostas de investimentos de infra-estrutura em função da região da Amazônia em que se inserem;
2. **Prioridade para investimentos em regiões consolidadas ou em processo de consolidação:** Investimento nessas regiões, além de beneficiar um número maior de pessoas, leva à intensificação da produção, aumento de produtividade e fixação das populações, ao contrário do que ocorre em “novas fronteiras”, em que a produção tende a ser extensiva, o custo ambiental elevadíssimo e a estabilidade da população precária;
3. **Grandes investimentos em infra-estrutura devem ser vetores de desenvolvimento regional sustentável e propiciar benefícios às populações locais:** Nas últimas décadas, a Amazônia tem sido vista como espaço de solução para demandas estratégicas de interesses sediados em outras regiões. Embora a composição democrática de interesses na região não se furte a responder a legítimas demandas nacionais, não é desejável que os investimentos em infra-estrutura se tornem enclaves, que legam à região pouco mais do que elevados custos ambientais, e sim que se tornem instrumentos do desenvolvimento regional sustentável e integrado.

4.4.2 Classificação das Obras de Infra-Estrutura Conforme Impacto no Desmatamento

À luz das recomendações estratégicas mencionadas acima, o conjunto de investimentos previstos no PPA 2004-2007 foi organizado em duas grandes categorias: rodovias e infra-estrutura energética, e **analisado do ponto de vista de seu efeito potencial na taxa de desmatamento da Amazônia**. As tabelas abaixo apresentam as informações essenciais sobre estas obras, sintetizadas no mapa inserido a seguir (Figura 09).

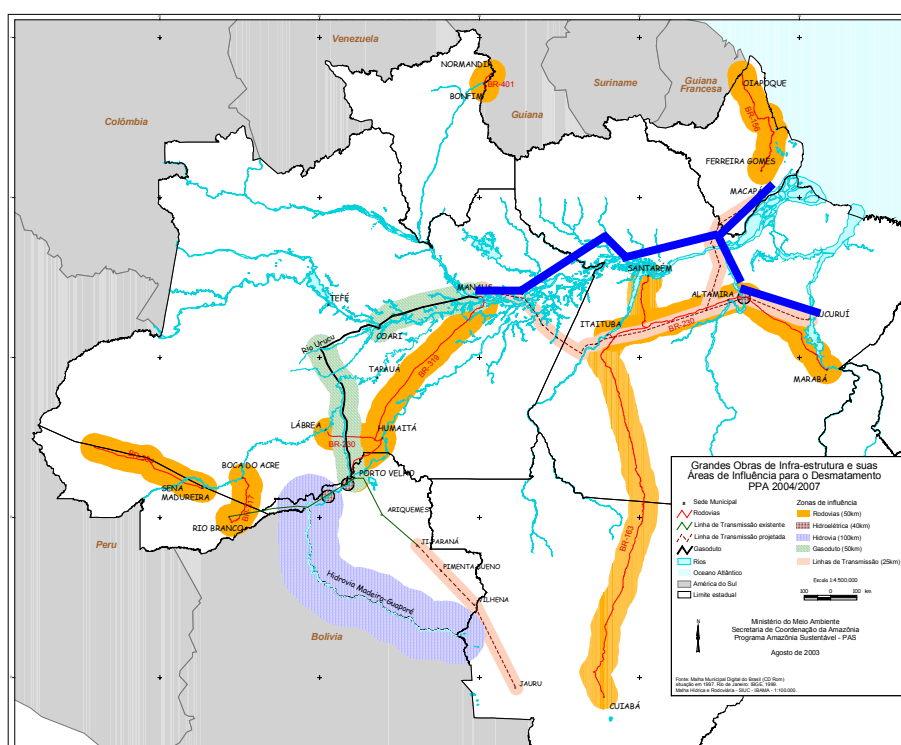
Tabela 01 – Obras rodoviárias federais com investimentos previstos no PPA 2004-2007 para a Amazônia.

BR	Trecho	KM	Estado
319	Porto Velho – Manaus	880	RO-AM
230	Lábrea – Humaitá	218	AM
156	Ferreira Gomes – Oiapoque	453	AP
364	Sena Madureira – Riozinho	166	AC
401	Bonfim – Normandia	80	RR
230	Marabá – Altamira	506	PA
317	Rio Branco – Boca do Acre	171	AC-AM
163	Cuiabá – Santarém	698	MT-PA
Total		3.172	

Tabela 02 – Obras de infra-estrutura energética com investimentos previstos no PPA 2004-2007 para a Amazônia.

Obra	Estado
Hidroelétricas do rio Madeira: Santo Antônio e Jirau	RO
Gasoduto Urucu-Porto Velho	AM/RO
Hidroelétrica de Belo Monte	PA
LT Tucuruí – Macapá – Manaus	AM/PA/AP
Gasoduto Coari - Manaus	AM
LT Ji-Paraná – Pimenta Bueno - Vilhena –Jaurú	RO/MT

Figura 09: Espacialização das grandes obras de infra-estrutura previstas na Amazônia (PPA 2004-2007) com suas respectivas áreas de influência para o desmatamento.



Para avaliar a estratégia de ação e as medidas emergenciais adequadas a cada obra, em termos de sua contribuição potencial para o desmatamento, o subgrupo de Infra-estrutura propôs seis critérios de classificação:

1. Obras que podem abrir novas frentes de ocupação em regiões vulneráveis:

- BR 319 - Porto Velho – Manaus (RO-AM)
- BR 230 - Lábrea – Humaitá (AM)
- Hidrelétricas do Rio Madeira: Santo Antônio e Jirau (RO)
- Gasoduto Urucu – Porto Velho (AM-RO)

PROPOSTA: Constituir Subgrupo (CC, MMA, MME e MT) para harmonizar os posicionamentos dos órgãos federais sobre as obras e demais ações públicas visando ao desenvolvimento sustentável da região.

2. Obra que atrai novas frentes em região já ocupada, mas com precária infra-estrutura social, ausência de investimentos públicos e populações vulneráveis:

- Hidrelétrica de Belo Monte (PA)

PROPOSTA: Constituir Subgrupo (CC, MMA e MME) para harmonizar os posicionamentos dos órgãos federais sobre as obras e demais ações públicas visando ao desenvolvimento sustentável da região.

3. Obras que geram desflorestamento localizado:

- BR 156 – Ferreira Gomes – Oiapoque (AP)
- BR 364 - Sena Madureira – Riozinho (AC)
- BR 401 - Bonfim – Normandia (RR)
- Gasoduto Coari – Manaus (AM)
- LT Tucuruí – Manaus – Amapá (PA/AM/AP)

PROPOSTA: Implantar ações de ordenamento territorial, prevenção e mitigação dos impactos sociais e ambientais localizados, incluindo ações de conservação (criação de UCs) e de apoio à economia regional.

4. Obras que contribuem para consolidar processos históricos de ocupação:

- BR 230 - Marabá – Altamira (PA)
- LT Vilhena – Ji-Paraná – Jauru (RO/MT)

PROPOSTA: Implantar medidas que contribuam para a intensificação das atividades produtivas nas áreas já desmatadas e para a fixação de produtores familiares, por intermédio do estímulo a práticas sustentáveis, associadas a medidas de monitoramento, ordenamento e conservação.

5. Rodovia que potencializa a expansão de novas frentes de desflorestamento:

1. BR 317 - Rio Branco - Boca do Acre (AC/AM)

PROPOSTA: Existe tendência de expansão do desmatamento no entorno desta rodovia e acirramento de conflitos sociais em função da expansão acelerada da grilagem, exigindo medidas de ordenamento fundiário e territorial em caráter emergencial, associadas à intensificação da presença ordenadora do Estado.

6. Rodovia que potencializam novas frentes de expansão da fronteira:

2. BR 163 – Cuiabá – Santarém (MT-PA)

PROPOSTA: Implementar as medidas de prevenção, ordenamento e mitigação de efeitos socioambientais indicadas pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo MPOG, com a participação de MMA, MDA, MI e MT, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da BR 163, obedecidos os princípios de transparência e participação que têm caracterizado a ação do Governo Federal em relação a essa obra de infraestrutura.

4.4.3 Critérios para Viabilização de Obras de Infra-Estrutura Ambientalmente Sustentáveis na Amazônia

O PAS estabelece como um dos conceitos centrais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia a idéia de que não são as atividades econômicas ou as obras de infra-estrutura, a priori, que contribuem para a degradação ambiental e os conflitos sociais vigentes na região, mas o fato de terem sido executadas sem cuidadosa análise, sem debate com a sociedade regional e sem contemplar ações de ordenamento, prevenção e mitigação dos efeitos perversos.

Para evitar tais efeitos perversos, as obras devem considerar antecipadamente a avaliação transparente e participativa dos impactos ambientais, do potencial de geração de conflitos sociais, de estratégias alternativas e de medidas preventivas e mitigadoras. Os critérios gerais apresentados a seguir sintetizam as medidas prioritárias para ordenamento, prevenção e mitigação, necessários à implantação de investimentos em infra-estrutura:

- Subordinar o planejamento de obras de infra-estrutura a estratégias de desenvolvimento regional sustentável, com atenção especial para a minimização dos impactos sócio-ambientais, especialmente dos investimentos nos setores de transporte e energia.
- Realizar a análise prévia de alternativas para investimentos em infra-estrutura, considerando adequadamente os aspectos de custo-benefício econômico e social, impactos sociais e ambientais, não só da obra isoladamente, mas do conjunto de transformações territoriais e sociais decorrentes.
- Nas áreas de abrangência de obras de infra-estrutura, garantir a implementação *ex-ante* de ações ambientais preventivas e a realização de ordenamento territorial.
- Aprimorar os mecanismos de participação dos diferentes grupos sociais interessados da sociedade na tomada de decisões sobre investimentos em obras de infra-estrutura, inclusive nas fases de análise de estratégias alternativas e de identificação de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, facilitando a negociação de eventuais conflitos.

Por último, cinco critérios condicionantes devem ser previamente considerados quando se planejam investimentos em infra-estrutura sustentável:

1. Resolver a Questão Fundiária

- Levantamento fundiário completo nas áreas de abrangência do traçado
- Regularização fundiária completa, obedecendo a critérios socioambientais.
- Criação de unidades de conservação federais e/ou estaduais de uso direto e indireto, com especial foco em florestas de produção.

2. Estimar os Impactos Associados

- Cenário do potencial de desflorestamento
- Cenário do potencial de ocorrência de doenças infecciosas
- Cenário do potencial de alteração demográfica

3. Estimar o Benefício Sócio-Econômico Local

- Avaliação do potencial de geração de empregos permanentes para a população existente
- Avaliação do potencial da geração de renda permanente para a população existente
- Avaliação da alteração potencial no acesso à saúde, educação, comunicação, transporte, energia e mercados relevantes para a produção local.

4. Estimar a Necessidade de Presença do Estado

- Estimar a necessidade dos seguintes serviços ao longo das obras, na conclusão das mesmas e 5 anos após a conclusão, incluindo seus custos fixos e variáveis de instalação e manutenção:
 - vagas de ensino fundamental
 - leitos de hospital e postos de saúde
 - delegacias de polícia
 - comarcas de justiça
 - eletrificação rural
 - unidades descentralizadas da administração ambiental federal e estadual

5. Implementar Atividades Mitigadoras e Paralelas

- Estimar custos e condições de viabilidade das seguintes medidas de ordem preventiva, mitigadora e facilitadora do acompanhamento social:
 - Realização de processos de licenciamento efetivos, informados e transparentes.
 - Fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil.
 - Fortalecimento institucional dos órgãos de controle estaduais.
- Avaliação do fluxo de caixa da obra e do balanço público-privado dos investimentos à luz da incorporação de todas as variáveis acima.
- Avaliação das soluções financeiras para a disponibilização dos investimentos relacionados
- Interação transversal com as ações dos demais subgrupos deste Grupo Permanente de Trabalho

Em sintonia com a proposta apresentada pelos Grupos de Trabalho 1, 2 e 3, as medidas de ordenamento, prevenção e mitigação necessárias à implementação dos investimentos em infra-estrutura na Amazônia Legal envolvem:

- Ações de ordenamento fundiário, incluindo o combate à grilagem, revisão de processos de alienação de terras públicas, regularização fundiária e implantação de cadastro fundiário georeferenciado.

- Zoneamento Ecológico Econômico em áreas críticas, a exemplo da área de influência da BR 163.
- Criação e implantação de UCs e de Terras Indígenas em regime de urgência, com prioridade para áreas críticas na fronteira de desflorestamento.
- Melhoria da capacidade de monitoramento, licenciamento e fiscalização do IBAMA e dos OEMAs nas regiões afetadas pelas obras de infra-estrutura.
- Fomento a atividades produtivas sustentáveis, por meio de programas de capacitação e instrumentos econômicos, com enfoque para a melhor utilização de áreas já desmatadas em termos de eficiência econômica e sustentabilidade ambiental, e valorização da floresta para fins de manejo de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como para serviços ambientais.
- Campanhas educativas do Governo Federal junto às populações locais sobre seus planos em relação a obras de infra-estrutura, para desincentivar especulação fundiária.
- Cooperação com países vizinhos no caso de obras com potenciais impactos em nível internacional.

4.5 COORDENAÇÃO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

4.5.1 *Instâncias de Coordenação Federal, Estadual e Local*

Em nível federal, o fórum deliberativo para a tomada de decisões estratégicas referentes ao Plano de Ação é o Grupo Interministerial de Trabalho Permanente criado pelo Decreto Presidencial de 03 de Julho de 2003, formado por onze ministérios sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. A responsabilidade pela coordenação executiva, visando à plena implementação das ações definidas pelo GT Interministerial, é da Casa Civil e do MMA/IBAMA, contando com suporte do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda. É recomendável que seja indicado, por parte do MMA/IBAMA, um coordenador para cada um dos eixos temáticos do Plano de Ação.

Em nível estadual, a coordenação geral do Plano de Ação deverá ser realizada pelo MMA/IBAMA e o Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA), atuando em conjunto com um *Comitê Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas*. Recomenda-se que o comitê estadual seja composto por representantes das seguintes instituições parcerias: OEMA (co-coordenador), MMA/IBAMA (co-coordenador), representante do MMA, Ministério Público, INCRA, órgão fundiário estadual (quando houver), Secretaria Estadual de Agricultura, Prefeituras, Federação de Trabalhadores Rurais (FETAGRI), Federação da Agricultura, entidades ambientalistas e uma entidade da sociedade civil indicada pelo GTA.¹⁰

Em nível estadual, as responsabilidades do MMA/IBAMA e OEMAs pela coordenação conjunta do Plano de Ação devem incluir, dentre outras: i) mobilização e efetivação do comitê estadual de prevenção e controle de desmatamento e queimadas, ii) elaboração de planos estaduais de ação, baseados no presente documento (em conjunto com o comitê estadual), iii) garantir a correta execução física e financeira do Plano de Ação e iv) coordenar as atividades de monitoria e avaliação. Deverão ser indicados os nomes dos respectivos coordenadores com a maior brevidade possível.

Deverá ser estimulada pelo MMA/IBAMA e OEMAs a criação de *Comitês Locais de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas* em áreas críticas (municipais, regionais), contando com a participação de órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e o setor privado, para participar do planejamento e implementação de atividades do Plano de Ação (p.ex. mobilização social, capacitação, elaboração de pactos sobre o fogo, núcleos de bom manejo, etc.).

4.5.2 *Unidades Operacionais em nível local*

Conforme descrito no item 4.2 (Monitoramento e Controle), está em fase de implantação uma série de **núcleos operacionais avançados** do MMA/IBAMA em áreas críticas do desmatamento na Amazônia, prevendo a atuação conjunta com OEMAs e outros parceiros locais na implementação de atividades de monitoramento e controle, bem como outras ações estratégicas previstas no Plano. Assim, deve-se priorizar a garantia de condições adequadas para o suporte operacional para suas atividades de campo. A coordenação e supervisão dos núcleos avançados ficarão sob a responsabilidade das gerências regionais do MMA/IBAMA (Centro de Operações Regionais).

¹⁰ É recomendável a articulação com fóruns existentes de co-gestão de políticas públicas nos estados, como as câmaras estaduais previstas na Portaria MMA no. 183 de 10/05/01 ou Grupos de Trabalho dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAIs) do SPRN. O comitê poderá atuar como câmara setorial do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) ou instância afim.

4.5.3 Detalhamento Operacional

As ações emergenciais contidas no Plano de Ação serão implantadas, imediatamente, a partir de sua aprovação. Deve ser realizado o detalhamento operacional deste plano, contemplando: i) para cada ação estratégica, a descrição das principais atividades/tarefas, responsabilidades institucionais, cronograma e fontes de recursos financeiros; ii) detalhamento sobre o funcionamento de arranjos institucionais, em nível federal, estadual e local, e iii) desenho de uma estratégia de monitoramento e avaliação do presente plano de ação.

O detalhamento operacional deve explicitar: a) a integração deste Plano com o PPA 2004-2007 (inclusive sugestões para a sua revisão anual) e o Programa Amazônia Sustentável (PAS), e b) ações específicas para o período de estiagem que se aproxima no Estado de Roraima e áreas consideradas prioritárias, a exemplo da Terra do Meio/BR-163.

SÍNTESE DAS AÇÕES

RESUMO

Em junho 2003, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou dados relativos à projeção de desmatamento na Amazônia Legal no período de agosto de 2001 a agosto de 2002, indicando um crescimento acelerado do desmatamento em torno de 40% em relação ao período anterior. A notícia sobre o aumento recente do desflorestamento na região levou o Governo Federal a constituir um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI) com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial foi composto com a participação dos títulos dos seguintes órgãos: i) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ii) Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), iii) Ministério da Defesa (MD), iv) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), v) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), vi) Ministério da Integração Nacional (MI) (vii) Ministério da Justiça (MJ), (viii) Ministério do Meio Ambiente (MMA), ix) Ministério das Minas e Energia (MME), x) Ministério dos Transportes (MT), e xi) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir de decreto assinado em 15 de março de 2004, passaram a integrar o grupo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério das Relações Exteriores.

Com a criação do GT Interministerial sobre o Desmatamento na Amazônia, foi tomado como primeiro passo o estabelecimento de quatro subgrupos de trabalho para a elaboração de propostas estratégicas, a saber:

Sub-Grupo	Membros	Área de Atuação
Ordenamento Fundiário e Territorial	SDS/MMA (coord.), SCA/MMA, MDA, MAPA, MI, MDIC, MD, MJ/FUNAI	- Instrumentos de ordenamento territorial com enfoque para política fundiária, unidades de conservação e estratégias de desenvolvimento local sustentável.
Monitoramento e Controle	IBAMA/MMA (coord.), SCA/MMA, MCT, MD, MJ, MTE, SIPAM/Casa Civil.	- Instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização de desmatamento, queimadas e exploração madeireira.
Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis	SBF/MMA (coord.), SCA/MMA, MDIC, MAPA, MDA, MCT, MI, MF (convidado).	- Crédito Rural e Incentivos Fiscais. - Assistência Técnica e Extensão Rural. - Pesquisa Científica e Tecnológica.
Infra-estrutura	SCA/MMA (coord.), MT, MME, MAPA, MI, MDIC.	- Políticas de infra-estrutura, com enfoque para os setores de transporte e energia.

Consulta. O relatório preliminar do GT foi apresentado e distribuído em duas reuniões de trabalho no dia 12 de novembro de 2003 com os governadores dos Estados da Amazônia e as Organizações Não-Governamentais, respectivamente. Os comentários e sugestões foram recebidos pela Casa Civil até dezembro de 2003 e largamente incorporados na síntese das ações descritas nesse documento.

Diretrizes. As medidas de combate ao desmatamento têm as seguintes diretrizes (i) valorização da floresta para fins de conservação e uso sustentável; (ii) recuperação de áreas degradadas como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre as florestas remanescentes; (iii) ordenamento fundiário e territorial priorizando o combate à grilagem de terras públicas, a criação de unidades de conservação e a homologação de terras indígenas; (iv) aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento; (v) fomento às atividades de uso sustentável dos recursos florestais e ou uso intensivo de áreas agrícolas; (vi) gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas entre a União, estados e municípios; e (vii) participação ativa dos diferentes setores interessados da sociedade amazônica na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento

PLANO OPERACIONAL

Monitoramento e Controle. A grande inovação no monitoramento e controle sobre o desmatamento será a implantação do sistema integrado de “alerta”, o qual permitirá em tempo real a detecção através de imagens de satélite do desmatamento. Essa informação alimentará um banco de dados georeferenciado permitindo que o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais, possa identificar os locais de ocorrências do desmatamento bem como selecionar as áreas críticas e direcionar as ações de fiscalização. Além disso, o Governo Federal, também de forma conjunta com os governos estaduais, intensificará as investigações sobre crimes ambientais de maneira integrada usando as informações disponíveis nos órgãos vinculados. Isso permitirá, por exemplo, sobrepor informações trabalhistas, ambientais, fiscais, tributárias e fundiárias para rastrear atividades ilegais envolvidas com o desmatamento. As investigações terão como prioridades o respeito à integridade das áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) bem como ao cumprimento das exigências da reserva legal e as áreas de preservação permanente nas propriedades privadas.

Ordenamento Territorial. O Governo Federal irá priorizar as ações de ordenamento fundiário e territorial ao longo do Arco do Desmatamento com destaque para a área de influência da BR 163 (rodovia Santarém-Cuiabá). As ações emergenciais incluirão o combate à grilagem de terras públicas, a criação de novas unidades de conservação (tanto de uso sustentável como de proteção integral) e a demarcação e homologação de terras indígenas. O combate à grilagem incluirá a implantação do cadastro rural de todas as propriedades privadas no Arco do Desmatamento até 2006. Para frear o desmatamento ilegal em terras públicas, o Governo Federal vai elaborar um projeto de alteração da Lei de Crimes Ambientais tornando crime o desmatamento em terras públicas. De maneira complementar, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais (Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre) e a sociedade civil, irá atuar conjuntamente para realizar o zoneamento ecológico-econômico ao longo do Arco do Desmatamento e da área de influência da BR 163. O objetivo maior é estabelecer as regras definitivas para orientar as atividades dos atores locais quanto ao uso sustentável e conservação dos recursos naturais.

Ao longo das últimas décadas, a região amazônica tem sido usada para assentamentos rurais, servindo inclusive como “válvula de escape” para injustiças sociais em outras regiões do país. Esses assentamentos foram criados em locais isolados, desconsiderando características da paisagem natural e a presença de populações tradicionais. Esse modelo gerou perdas ambientais e sociais, desmatamento, empobrecimento dos assentados, abandono dos lotes e concentração fundiária subsequente. O Governo Federal está mudando drasticamente a política de reforma agrária para a Amazônia. O objetivo maior é compatibilizar a geração de renda dos pequenos produtores com o uso sustentável dos recursos florestais. Em áreas já desmatadas e naquelas indicadas através do zoneamento ecológico-econômico para uso agrícola, o governo irá promover uma agricultura em bases sustentáveis. Para assegurar esse novo modelo de reforma agrária o governo irá alocar crédito, infra-estrutura e assessoria técnica.

Fomento. É essencial alterar substancialmente os instrumentos de fomento para apoiar o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia. No âmbito dos fundos constitucionais (FNO e FCO) serão definidas novas diretrizes e critérios para o uso sustentável dos recursos naturais que nortearão os programas de crédito desses fundos a partir de 2004. Além disso, o Protocolo Verde será aperfeiçoado para implementação pelos bancos públicos e privados. Dessa maneira, todas as instituições financeiras que operam na Amazônia deverão observar as leis ambientais nas suas operações de crédito. Ainda em 2004 o governo irá elaborar uma proposta de cadastro para os inadimplentes ambientais (Cadin Verde). Finalmente, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais, sociedade civil e setor empresarial intensificará programa de capacitação de mão de obra com ênfase no manejo florestal e agricultura intensiva, essa última em áreas já desmatadas.

Infra-Estrutura. Nas últimas décadas, os grandes investimentos em infra-estrutura, especialmente as rodovias, têm sido uma das principais causas do desflorestamento na Amazônia. Entretanto, é possível atender os anseios legítimos da população da Amazônia por infra-estrutura sem que isso acarrete desflorestamento e degradação ambiental. Para que isso ocorra é necessário que o Governo Federal e os governos estaduais coordenem o planejamento estratégico de obras de infra-estrutura e as medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias que devem ser executadas antes da realização da obra, o que deve ser feito com transparência e participação da sociedade.

Orçamento. O orçamento total das ações de combate ao desmatamento para o exercício de 2004 é de R\$ 394 milhões, dos quais a maioria (62%) serão destinados ao ordenamento fundiário e territorial; para monitoramento e controle os recursos somam 21% enquanto o fomento das atividades sustentáveis representa 17%.

Ações Estratégicas	Número de atividades	Custo Estimado		Coordenação
		R\$	%	
TOTAIS	149	394.008.129	100	
1. Ordenamento fundiário e territorial	35	244.306.172	62	
1.1 Ordenamento territorial do Arco do Desmatamento e BR 163	5	12.707.524		MMA, MI, MC
1.2 Regularização fundiária	4	21.912.826		MDA
1.3 Demarcação e homologação de terras indígenas	1	1.943.000		MJ
1.4 Implementação da Política de Reforma Agrária para a Amazônia Legal	8	198.593.575		MDA, MMA
1.5 Efetivação da criação das unidades de conservação de uso sustentável	4	1.702.000		MMA
1.6 Efetivação da criação das unidades de conservação de proteção integral	3	2.050.000		MMA
1.7 Desenvolvimento de modelos de uso da terra	4	1.200.000		MCT
1.8 Implementação de projetos de gestão ambiental integrada	6	4.197.247		MMMA
2. Monitoramento e controle	60	82.707.486	21	
2.1 Aprimoramento dos sistemas de monitoramento do desmatamento	10	4.719.612		MCT, CC, MMA
2.2 Intensificação da investigação de crimes ambientais e outros ilícitos	5	300.600		MMA, CC
2.3 Instituição de 19 bases operativas	10	7.758.700		MMA, CC
2.4 Operações integradas de fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária	5	52.193.696		MMA, MTE
2.5 Campanhas educativas, de comunicação e mobilização social	16	1.924.662		MMA
2.6 Implantação do sistema compartilhado de licenciamento ambiental em Propriedades rurais	8	15.810.216		MMA
2.7 Revisão das portarias, resoluções e instruções normativas	6	n.o.		MMA
3. Fomento às atividades sustentáveis	67	66.994.471	17	
3.1 Aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento e crédito que utilizam recursos públicos, p/ promover atividades produtivas sustentáveis e desestimular desmatamento ilegal.	6	352.000		MMA
3.2 Ampliar a abrangência do Protocolo Verde no Sistema Financeiro Nacional	3	100.000		MMA, MF
3.3 Desenvolvimento e Implementação de programa de capacitação, formação e divulgação do Manejo Florestal Sustentável	4	10.478.800		MMA
3.4 Implementação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal- Cenaflor	5	2.245.168		MMA
3.5 Apoio às iniciativas promissoras de manejo florestal comunitário	3	5.514.283		MMA
3.6 Apoio às comunidades extrativistas e indígenas	5	15.311.001		MMA
3.7 Fomento ao ecoturismo	3	527.500		MMA
3.8 Implantação e consolidação de Pólos Pioneiros de Produção Familiar Sustentável (Programa Proambiente).	1	12.725.959		MMA
3.9 Regulamentação da Gestão de Florestas Públicas	1	135.000		MMA

3.10 Apoio ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de madeira e móveis	5	319.403		MDIC
3.11 Apoio ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da siderurgia	5	405.959		MDIC
3.12 Implementar ações para uma política agrícola sustentável para a Amazônia Legal, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Agricultura	8	2.600.000		MAPA
3.13 Promover a intensificação do uso agroeconômico de áreas já desflorestadas, por meio de recuperação de pastagens, fomento a produção de culturas permanentes e a adoção universal de práticas de uso conservacionista do solo	11	16.279.397		MAPA
3.14 Formular um plano executivo interministerial para coordenar ações integradas do uso agroeconômico das áreas já desflorestadas	1	n.o.		MAPA
3.15 Adotar como exigência básica para os produtores rurais contemplados nos Programas e Ações do MAPA o cumprimento da legislação ambiental	2	n.o.		MAPA
3.16 Instituir mecanismo de compensação financeira aos Estados, em função da área ocupada por áreas protegidas, no âmbito do Fundo de Participação dos Estados (FPE Verde)	2	n.o.		MF
3.17 Criação do Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia Florestal	2	n.o.		CC, MCT

n.o. = não orçamentária

PLANO OPERACIONAL

Matrizes físicas e orçamentárias por atividade

ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRRRITORIAL

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.1 - ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ARCO DO DESMATAMENTO E DOS MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIA DA BR-163

Descrição:

Promover o Ordenamento Territorial do Arco do Desmatamento e dos municípios de influência da BR-163 (Cuiabá – Santarém), por intermédio da realização integrada do ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), da construção e implementação de Agendas 21 Local e execução de Planos Diretores Municipais, visando à definição de estratégias regional e local de desenvolvimento sustentável.

Área Geográfica de Implementação:

Arco do Desmatamento, com foco na área de influência da BR 163

Resultados Esperados:

- Diretrizes de uso e ocupação para a área com base nas potencialidades sócio-econômicas e limitações ambientais;
- Planos de Desenvolvimento Local Sustentável elaborados e implementados;
- Planos Diretores implementados com diretrizes e critérios de uso e ocupação do solo urbano e rural;
- Sistema gerenciador de informações integradas do ZEE estruturado e Banco de Dados geográficos montado;
- Usuários e gestores locais capacitados para operar e atualizar o Sistema Gerenciador do ZEE;

Indicadores de Resultado:

- Área com zoneamento concluído (Km²)
- Número de municípios com a Agenda 21 elaborada e implementada
- Número de Municípios com Planos Diretores elaborados

1.1.1 Zoneamento Ecológico Econômico no Arco do Desmatamento

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Planejamento – Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico (1)	MMA/MI	Consórcio ZEE Brasil (*), Governos Estaduais; ADA	Prefeituras Municipais, entidades civis.	Abril a julho de 2004	Projeto concluído e aprovado.	170.000
Constituir um Grupo de Trabalho Operacional do ZEE do Arco e BR 163 (2)	MMA/MI	Consórcio ZEE Brasil Governos, Estaduais, ADA	MI, CENSIPAM, Consórcio ZEE Brasil, Governos Estaduais;	Imediato	GT em operação	0
Montagem do Banco de Dados do Arco do Desmatamento (1:250.000) (3)	MMA/MI	Consórcio ZEE Brasil Governos, Estaduais, ADA	Governos estaduais, SCA/MMA (SPRN), Prefeituras Municipais, entidades civis	Março a outubro de 2004	Banco criado	600.000
Produtos Sintéticos: Geração de mapas e documentos de orientação relativos ao Arco do Desmatamento (1:250.000)	MMA/MI	Consórcio ZEE Brasil, GT Interministerial, Governos Estaduais, Prefeituras municipais; ADA	Prefeituras Municipais, entidades civis.	Agosto a set. de 2004	Produtos divulgados	600.000
Discussão Pública para aperfeiçoar cenários tendenciais e desejados no Arco do Desmatamento (1:250.000)	MMA/MI	Consórcio ZEE Brasil, GT Interministerial, Governos Estaduais, Prefeituras municipais; ADA	Entidades civis e demais órgãos envolvidos	Dez. de 2004 a fevereiro de 2005	Memória e relatório parcial	350.000
Apoio à implementação das diretrizes e divulgação dos produtos relativos ao Arco do Desmatamento (1:250.000) (4)	MMA/MI	GT Interministerial, Governos Estaduais, Prefeituras municipais, entidades civis e demais órgãos envolvidos;	Prefeituras municipais, entidades civis e demais órgãos envolvidos;	Atividade Continuada	Projetos Apoiados	325.000
Proposição das diretrizes gerais e específicas (áreas prioritárias para proteção, recuperação e incentivo ao uso sustentável) para o Arco do Desmatamento (1:250.000)	MMA/MI	Consórcio ZEE Brasil; Governos Estaduais; ADA		Março a abril de 2005	Documento consolidado	400.000
TOTAL						2.445.000

(*) Composição do Consórcio: ZEE Brasil: MI, MMA, ANA, IBAMA, CPRM, INPE, EMBRAPA, IBGE, INCRA, CENSIPAM

(1) Fase de integração e envolvimento dos parceiros e interessados para pactuar o conteúdo dos produtos. Recursos assegurados por intermédio do Convênio CENSIPAM/MMA

(2) Integração entre executores federais e estaduais, responsáveis pela ação, com 1 representante e 1 suplente por instituição

(3) O produto Banco de Dados é único, abrigando as duas escalas de referência compatíveis com as áreas e temas abordados. As bases de dados já existentes e as novas bases, geradas pelos parceiros, deverão ser integradas, incluindo os produtos gerados por pelo sub-grupo de Monitoramento, pelo Eia-Rima, e outros.

(4) Treinamento de gestores, implantação dos bancos de dados, elaboração de produtos multimídia e impressão de documentos e reprodução em CD Rom

Obs: Estimativa de Valor aproximado em Km2:

Escala 1:100.000 para 180.000 km2 (quebra de 15% do total da área de influência direta = 2.100 km por 100 de faixa de largura) 30 por Km2

Escala 1:250.000 para 2.000.000 km2 (considerando-se os ZEE's já existentes) = R\$1 por Km2 (valor simbólico)

1.1.2 Zoneamento Ecológico Econômico na área de influência da BR 163

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Montagem do Banco de Dados da BR-163 (1:100.000)	GT Operacional	Consórcio ZEE Brasil, Governos Estaduais.	Governos estaduais, SCA/MMA (SPRN), Prefeituras Municipais, entidades civis	Março a julho de 2004	Banco criado	2.500.000
Produtos Sintéticos: Geração de mapas e documentos de orientação relativos à BR 163 (1:100.000)	GT Operacional	Consórcio ZEE Brasil (MI, CENSIPAM, e outros), Governos Estaduais.	Prefeituras Municipais, entidades civis.	Outubro a novembro de 2004	Produtos divulgados	900.000
Discussão Pública para aperfeiçoar cenários tendenciais e desejados na BR-163 (1:100.000)	GT operacional	GT Interministerial, Governos Estaduais, Prefeituras, entidades civis e demais órgãos envolvidos;	Governos Estaduais, Prefeituras, entidades civis e demais órgãos envolvidos	Dezembro de 2004 a fevereiro de 2005	Memória e relatório parcial	600.000
Proposição das diretrizes gerais e específicas (áreas prioritárias para proteção, recuperação e incentivo ao uso sustentável) para a BR-163 (1:100.000)	GT operacional	GT Interministerial, Governos Estaduais, Prefeituras municipais;	Entidades civis e demais órgãos envolvidos	Março a abril de 2005	Documento consolidado	500.000
Apoio à implementação das diretrizes e divulgação dos produtos relativos à BR-163 (1:100.000) (1)	GT operacional	GT Interministerial, Consórcio ZEE Brasil, Governos Estaduais;	Prefeituras municipais, entidades civis e demais órgãos envolvidos;	Atividade Continuada	Projetos Apoiados	700.000
TOTAL						5.200.000

(1) Treinamento de gestores, implantação dos bancos de dados, elaboração de produtos multimídia e impressão de documentos e reprodução em CD Rom

Obs: Estimativa de Valor aproximado em Km2:

Escala 1:100.000 para 180.000 km2 (quebra de 15% do total da área de influência direta = 2.100 km por 100 de faixa de largura) 30 por Km2

Escala 1:250.000 para 2.000.000 km2 (considerando-se os ZEE's já existentes) = R\$1 por Km2 (valor simbólico)

1.1.3 Elaboração e implementação das Agenda

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Atividades nos seguintes municípios (*): No PA: Novo Progresso, Rurópolis, Altamira, Itaituba e Trairão; em MT: Novo Mundo, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Guarita	MMA (Agenda 21)	MI/ADA, MF/CEF, MMA, SPRN/PPG7, OEMAS, Prefeituras	Entidades da sociedade civil.	Abril a dezembro de 2004	Plano de Desenvolvimento Local Sustentável elaborado e implementado	400.000
TOTAL						400.000
(*) Municípios não contemplados no edital 02/2003 do FNMA. Como municípios prioritários devem ser elaboradas estratégias que viabilizem recursos, independente de concorrência pública.						

1.1.4 Elaboração e implementação das Agendas 21 Locais no municípios com altos índices de desmatamento e/ou baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e/ou passivo ambiental significativo no Arco do Desmatamento

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Atividades nos seguintes municípios (*): Mato Grosso: Alta Floresta, Denise, Xavantina, Nova Olímpia, Juruena, Carlinda, Paranaíta; Pará: São Geraldo do Araguaia, Novo Repartimento, Piçarra, Rondon do Pará, Itaituba, Porto Moz, Bom Jesus do Tocantins, Tucuruí, Uruará, Belém do Pará; Rondônia: Ouro Preto do Oeste, Castanheira, Ji-Paraná, Primavera de Rondônia, Pimenta Bueno, Ministro Andreazza; Tocantins: Itaguatins, Sampaio e Luzinópolis; Acre: Mancio Lima.	MMA / FNMA	MI/ADA, MF/CEF, MMA, OEMAS, Prefeituras	Entidades da sociedade civil	Março de 2004 a julho de 2005	Plano de Desenvolvimento Local Sustentável elaborado e implementado	4.004.606
TOTAL						4.004.606
(*) Municípios contemplados FNMA edital 02/2003.						

1.1.5 Elaboração de Planos Diretores Municipais

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Apoio à implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e à elaboração de Planos Diretores dos municípios de Novo Repartimento, Água Azul do Norte, Itupiranga, Marabá, Porto de Moz, Breu Branco, Goianésia do Pará (PA); Buritis - RO, Buriticupu – MA, contemplando as seguintes etapas: - Leitura da Cidade (Leitura Técnica e Leitura Comunitária) - Formulação de Propostas e Definição dos Eixos Estratégicos - Projeto de Lei do Plano Diretor	MC / Equipe Local composta por Prefeitura, Entidades Locais.	Prefeituras, entidades da sociedade civil	Entidades da sociedade civil, MF/CEF, MMA, MI/ADA	Abril de 2004 a março de 2005	Plano Diretor elaborado ou em implementação	657.918
TOTAL						657.918
Fase de integração dos executores federais, estaduais e município responsáveis pela ação, com 1 representante e 1 suplente por instituição						

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Zoneamento Ecológico Econômico		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte (*)
Equipamentos e Instalações		LOA
Serviços de Terceiros – PJ		
Serviços de Terceiros – PF		
Material de Consumo		
Passagens		
Diárias		
Combustível e manutenção		
Outros Valores não distribuídos		
TOTAL	7.645.000	
(*) Órgãos do Programa ZEE: MMA, MI, Agência de Desenvolvimento da Amazônia, CPRM – Serviço Geológico do Brasil. A composição do orçamento deverá necessariamente passar por uma negociação entre estes órgãos e outros agentes interessados com projetos de natureza semelhante como o Sub-programa de Políticas de Recursos Naturais – SPRN, os estados envolvidos, os parceiros privados e as agências de financiamento.		

Agenda 21		
Categoria de Despesa(*)	Custo Estimado (R\$)	Fonte
Agendas 21 Locais – BR 163	400.000	FNMA
Agendas 21 Locais Arco*	4.004.606	
TOTAL	4.004.606	
(*) A execução orçamentária dos recursos das Agendas 21 Locais será feita de acordo com os projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo do FNMA.		

Planos Diretores		
Categoria da Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
Planos Diretores em 7 municípios do Arco do Desmatamento	657.918	OGU
Obs: A execução orçamentária dos recursos previstos por municípios deverá contemplar a execução das etapas descritas na matriz por atividades e estão sujeitos a alterações.		

MATRIZES DE RECURSOS POR ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Zoneamento Ecológico Econômico		
Atividade	Custo Estimado (R\$)	Fontes (Programas/Ações)
Planejamento	170.000	CENSIPAM
Banco de Dados		
Arco 1:250.000	600.000	MI/ADA
BR 163 1:100.000	2.500.000	Prog. ZEE Brasil – SDS/MMA
Produtos Sintéticos		
Arco 1:250.000	600.000	Prog. ZEE Brasil – SDS/MMA
BR 163 1:100.000	900.000	
Discussão Pública		
Arco 1:250.000	350.000	MI/ADA
BR 163 1:100.000	600.000	MI/ADA
Proposição de Diretrizes		
Arco 1:250.000	400.000	
BR 163 1:100.000	500.000	
Implementação e Divulgação		
Arco 1:250.000	325.000	
BR 163 1:100.000	700.000	MMA/SPRN/PPG7
TOTAL	7.645.000	
Custo total para o Arco do Desmatamento: 2.445.000 previstos, dos quais 1.370.000 estão disponíveis		
Custo total para a área de influência da BR 163: 5.200.000 previstos, dos quais 1.401.500 estão disponíveis		
Obs: outras fontes possíveis para negociação e complementação dos recursos necessários: SPRN/PPG7, Ministério da Integração Nacional, IBAMA e Governo do Estado do Pará		

Agenda 21		
Atividade (Recursos por Municípios)	Custo Estimado (R\$)	Fontes
Itaguatins – TO	200.000	FNMA
Sampaio – TO	133.045	
Luzinópolis – TO	199.965	
São Geraldo do Araguaia - PA	199.283	
Novo Repartimento – PA	183.275	
Piçarra - PA	155.026	
Rondon do Pará	199.324	
Belém do Pará	142.412	
Itaituba - PA	200.000	
Porto Moz – PA	103.400	
Bom Jesus do Tocantins – PA	105.415	
Tucuruí – PA	187.043	
Uruará - PA	184.895	
Ouro Preto do Oeste – RO	194.200	
Castanheira – RO	106.740	
Ji-Paraná – RO	199.959	
Primavera de Rondônia - RO	77.400	
Pimenta Bueno – RO	164.000	
Ministro Andreazza – RO	77.400	
Alta Floresta – MT	178.905	
Denise – MT	84.966	
Xavantina – MT	103.447	
Nova Olímpia – MT	125.955	
Juruena – MT	178.168	
Carlinda – MT	152.261	
Mancio Lima – AC	168.122	
TOTAL	4.004.606	

Planos Diretores		
Atividade (Recursos por Municípios)	Custo Estimado (R\$)	Fontes
Novo Repartimento – PA	83.634	OGU – Programa Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana / Apoio à implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e à elaboração de Planos Diretores
Itupiranga – PA	44.168	
Marabá – PA	99.310	
Porto de Moz – PA	120.000	
Buritis – RO	47.090	
Breu Branco – PA	51.336	
Goianésia do Pará – PA	64.892	
Buriticupu – MA	45.370	
Água Azul do Norte	102.118	
TOTAL	657.918	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.2 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E COMBATE À GRILAGEM E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE CONFLITO DO ARCO DO DESMATAMENTO E NA REGIÃO DA BR 163

Área Geográfica de Implementação:

Região do Arco do Desmatamento e BR 163

Resultados Esperados:

- Terras públicas destinadas para uso sustentável na região
- Redução do desmatamento e grilagem de terras públicas na região.

Indicadores de Resultado:

- Números de processos de alienação de terras públicas em áreas críticas do Arco do Desmatamento, quantificados, localizados, revisados e concluídos;
- Sistema Nacional de Cadastro Rural Georeferenciado atualizado no Arco do Desmatamento e área da BR 163;
- Situação fundiária regularizada no Arco do Desmatamento, principalmente nas pequenas e médias posses;
- Terras devolutas discriminadas (separação de terras públicas e privadas): terras privadas regularizadas e terras públicas arrecadadas e destinadas para uso sustentável;
- Áreas griladas e ocupadas ilegalmente revertidas ao patrimônio público e impedido os seus desmatamentos;
- Número de famílias com suas posses regularizadas, legitimadas e beneficiadas com políticas públicas;
- Atualização do cadastro de imóveis rurais ;
- Aprovação do PL regulamentando o Artigo 20 Inciso II da CF;
- Aprovação do PL alterando a Lei de Crimes Ambientais.

Observação: Serão trabalhados 25% da superfície que compõe o Arco do Desmatamento no primeiro ano, 35% no segundo e 40% no terceiro.

1.2.1 Elaborar proposta de destinação de terras públicas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Elaboração da proposta de destinação das terras públicas, com base nos princípios da soberania nacional, desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social.	MDA/INCRA	MMA/IBAMA/MD/MJ/FUNAI, MI	Governos estaduais e entidades civis	Março a dezembro de 2004	Proposta de destinação de terras públicas concluídas e aprovadas.	50.000
Instituir Grupo Técnico e proceder, em curto prazo, a revisão dos processos de alienação e de concessão de uso de terras públicas, em áreas críticas do Arco do Desmatamento.	MDA/INCRA	MMA/IBAMA/MD/MJ/FUNAI, MI	--	Março a maio de 2004	Processos de alienação e concessão de terras públicas concluídos e aprovados.	no
TOTAL						50.000

1.2.2 Regularização de posses de até 100 ha

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Regularização de posses de até 100 ha ao longo da BR 163	INCRA	INCRA	Governos estaduais		Nº de posses regularizadas	1.123.850
Regularização de posses de até 100 ha em áreas de conflito do Arco do Desmatamento.	INCRA	INCRA	Governos estaduais		Nº de posses regularizadas	2.005.850
TOTAL						3.129.700

1.2.3 Georeferenciamento e regularização fundiária de áreas não cadastradas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Georeferenciamento e regularização fundiária de áreas não cadastradas ao longo da BR 163	MDA/INCRA	INCRA	Governos estaduais	Marco a dezembro 2004	Cadastro atualizado	1.123.850
Georeferenciamento e regularização fundiária de áreas não cadastradas em áreas de conflito do Arco do Desmatamento.	MDA/INCRA	INCRA	Governos estaduais	Marco a dezembro 2004	Cadastro atualizado	1.082.278
TOTAL						2.206.126

1.2.4 Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural Georeferenciado						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural Georeferenciado no Arco do Desmatamento.	MDA/INCRA	INCRA	Governos estaduais	Março a dezembro 2004	Cobertura de 25%(1º ano), 35%(2ºano) e 40%(3ºano) do universo de imóveis rurais públicos e privados no Arco do Desmatamento. Dados disponibilizados sobre estrutura e situação fundiária.	16.527.000
TOTAL						16.527.000

1.2.5 Elaboração de PL de regulamentação do inciso II do artigo 20 da Constituição Federal						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Elaboração de Projeto de Lei de regulamentação do art. 20 da Constituição Federal, que determina que são bens da União as terras devolutas, definidas em lei, indispensáveis à preservação ambiental e outros usos.	MDA/INCRA;	INCRA/MMA/IBAMA	Governos estaduais, entidades civis	Maio de 2004	PL elaborado e encaminhado ao Congresso;	no
TOTAL						no

1.2.6 Elaboração de PL de criminalização de desmatamento em terras públicas						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiros			
Elaboração e envio ao Congresso Nacional de Projeto de Lei Alterando a Lei de Crimes (Lei nº 9.605, de 12/02/1998), para inclusão de artigo específico tipificando como crime ambiental o desmatamento em terras públicas na Amazônia Legal.	PR	MMA/IBAMA Casa Civil	Governos estaduais, Entidades civis	Maio de 2004	PL elaborado e encaminhado ao Congresso;	no
TOTAL						no

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte
Georreferenciamento imóveis	16.527.029	INCRA/OGU
Regularização fundiária posses até 100 há	3.129.700	
Georeferenciamento e regularização fundiária em áreas não cadastradas	2.202.128	
TOTAL	21.858.857	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.3 - DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS

Área Geográfica de Implementação:

Região do Arco do Desmatamento e BR 163

Resultados Esperados:

Sete terras indígenas situadas no Arco do Desmatamento e área da BR 163 demarcadas e com extrusão de terceiros ocupantes.

Indicadores de Resultado:

Decretos de homologação das terras indígenas e número de ocupantes removidos.

1.3.1 Demarcação e posterior homologação das Terras Indígenas Apyterewa, Cachoeira Seca, Xypaia, Kuruaya, Baú, Kayabi e Batelão				
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador
	Coordenação	Executores		
TI Apyterewa (PA)				
Portaria Declaratória da TI Apyterewa (PA)	M. da Justiça	FUNAI	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Demarcação da TI Apyterewa	FUNAI	Empresa e Polícia Federal	2004 e2005	
Levantamento fundiário da TI Apyterewa	FUNAI	INCRA e Polícia Federal	2005	
Homologação da TI Apyterewa	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2005	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2005 a 2006	
Processo no MJ para expedição de Portaria Declaratória. Há resistência contra o levantamento fundiário. Demarcação precisa ser realizada antes do levantamento fundiário.				

TI Cachoeira Seca (PA)				
Demarcação da TI Cachoeira Seca (PA)	FUNAI	Empresa e Polícia Federal	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Levant. Fundiário da TI Cachoeira Seca	FUNAI	INCRA	2004 e 2005	
Homologação da TI Cachoeira Seca	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2005	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2005 a 2006	
Terra Declarada desde 1993. Forte resistência contra demarcação. Levantamento fundiário de 1992 apontou 376 ocupantes. A maioria é de trabalhadores rurais passíveis de reassentamento. Necessita ser atualizado.				

TI Xipaya (PA)				
Portaria Declaratória da TI Xipaya (PA)	M. da Justiça	FUNAI	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Demarcação da TI Xipaya	FUNAI	Empresa contratada	2004	
Homologação da TI Xipaya	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2004	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2004	
Processo no MJ para expedição de Portaria Declaratória. Apenas 1 ocupante passível de indenização. Terra sem maiores dificuldades para sua regularização				

TI Kuruaya (PA)				
Demarcação da TI Kuruaya (PA)	FUNAI	Empresa contratada	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Homologação da TI Kuruaya	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2004	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2004	
Terra com Portaria Declaratória. Demarcação já licitada e contratada para 2004. Apenas 1 ocupante levantado. Terra sem maiores dificuldades para sua regularização				

TI Baú (PA)				
Demarcação da TI Baú (PA)	FUNAI	Empresa contratada	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Homologação da TI Baú	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2004	
Levantamento Fundiário da TI Baú	FUNAI	INCRA	2004	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2005	
Terra em demarcação. Precisa refazer levantamento fundiário em razão de alteração em seu perímetro ocorrida em outubro de 2003. P/MJ 1487.				

TI Kayabi (PA/MT)				
Demarcação da TI Kayabi (PA/MT)	FUNAI	Empresa e Polícia Federal	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Levantamento fundiário da TI Kayabi	FUNAI	INCRA	2004	
Homologação da TI Kayabi	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2005	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2004 a 2006	
Terra declarada desde dezembro de 2003. Abrange sul do Pará e norte do Mato Grosso. Levantamento fundiário no Pará apontou 23 ocupantes. No MT houve resistência. Estima-se entre 20 e 50 ocupações, na maioria, grandes fazendas.				

TI Batelão (MT)				
Portaria Declaratória da TI Batelão (MT)	M. da Justiça	FUNAI	2004	Decreto de Homologação e ocupantes removidos
Demarcação da TI Batelão	FUNAI	Empresa contratada	2004	
Levantamento fundiário da TI Batelão	FUNAI	INCRA	2005	
Homologação da TI Batelão	Pr. República	M. Justiça e FUNAI	2005	
Remoção de terceiros ocupantes	FUNAI	INCRA	2005 a 2006	
Processo no MJ para expedição de Portaria Declaratória. Levantamento fundiário apontou 17 ocupantes.				

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Indenizações	10.093.500	7494,2235,4276 e 4390 OGU/FUNAI
2. Serviços – P. Jurídica	1.943.000	
TOTAL	12.036.500	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.4 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA PARA A AMAZÔNIA LEGAL E CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM BASES SUSTENTÁVEIS.

Área Geográfica de Implementação:
Amazônia Legal

Resultados Esperados:

- Recuperação e consolidação de assentamentos da reforma agrária, num processo de desenvolvimento territorial sustentável;
- Implementação de um processo de capacitação e assessoramento técnico para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária;
- Suprimento de crédito de investimentos, custeio e comercialização;
- Investimentos em infra-estrutura produtiva e social.
- Elaboração, pelos órgãos governamentais e sociedade civil, de planos de gestão ambiental e definição de modelos de assentamento em bases sustentáveis, a serem implantados na região e utilização na recuperação e consolidação de assentamentos existentes.

Indicadores de Resultado:

- Regularizada a situação de assentamentos da reforma agrária para o Licenciamento Ambiental;
- Implementadas medidas de proteção das áreas de preservação permanente e de reserva legal nos assentamentos;
- Implementadas medidas de mitigação dos impactos ambientais;
- Coibidas as formas ilegais de apropriação de lotes em assentamentos e de reconcentração da propriedade da terra;
- Assegurado o acesso a processos continuados de capacitação, de assessoramento técnico e de crédito, bem como aos serviços essenciais de saúde, saneamento, educação, cultura, esporte e lazer a todas as famílias assentadas;
- Recuperação de áreas degradadas, Índices de desmatamentos reduzidos nos assentamentos;
- Planos de Gestão Ambiental aprovados pelas comunidades rurais e em implementação.

1.4.1 Recuperação e consolidação de projetos de assentamentos

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Recuperação e consolidação de projetos de assentamentos.	INCRA	INCRA	IBAMA/Movim entos <u>Sociais</u>	Março a dezembro de 2004	25 projetos recuperados. 10.000 famílias beneficiadas. 2.000.000ha recuperados.	1.300.000
TOTAL						1.300.000

1.4.2 Implementação de processos de assessoramento técnico e de capacitação permanente

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Implementação de processos de assessoramento técnico e de capacitação permanente para 10.000 famílias assentadas.	MDA/INCRA / Pronaf	MDA/INCRA	MAPA/ Denacoop Embrapa	Fevereiro a dezembro de 2004	37 projetos assistidos 10.000 famílias atendidas	12.000.000
TOTAL						12.000.000

1.4.3 Apoio creditício para famílias assentadas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Esimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Apoio creditício para 6.497 famílias assentadas ao longo da BR 163	MDA/INCRA / Pronaf	MDA/INCRA	Bancos Oficiais	Fevereiro a dezembro de 2004	Projetos assistidos Famílias beneficiadas	81.296.035
Apoio creditício para 3.503 famílias assentadas em áreas de conflito do Arco do Desmatamento	MDA/INCRA / Pronaf	MDA/INCRA	Bancos Oficiais	Fevereiro a dezembro de 2004	Projetos assistidos Famílias beneficiadas	43.832.540
TOTAL						125.128.575

1.4.4 Implantação de infra-estrutura produtiva e social

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Implantação de infra-estrutura produtiva e social para 6.497 famílias ao longo da BR 163	MDA/INCRA /Pronaf	MDA/INCRA	MT, ME, MEC, MAPA e MS/SUS/Funasa	Fevereiro a dezembro de 2004	Estradas, eletrificação beneficiando 6.497 famílias	38.332.300
Implantação de infra-estrutura produtiva e social para 3.503 famílias assentadas em áreas de conflito do Arco do Desmatamento	MDA/INCRA /Pronaf	MDA/INCRA	MT, ME, MEC, MAPA e MS/SUS/Funasa	Fevereiro a dezembro de 2004	Estradas, eletrificação beneficiando 3.503 famílias	20.667.700
TOTAL						59.000.000

1.4.5 GESTAR na área de influência das BR 163 e 158 - Seminário de mobilização e sensibilização das comunidades rurais

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores e Parceiros			
Seminário de mobilização e sensibilização das comunidades rurais para a Instalação de um pólo do Projeto de Gestão Ambiental Rural – GESTAR, na área de abrangência da BR-163	SDS/MMA	Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Organizações da Sociedade Civil, Comunidades e Produtores Rurais	Julho de 2004 a julho de 2007	Seminário realizado, Pólo instalado e operando	7.500
Seminário de mobilização e sensibilização das comunidades rurais para a Instalação de um pólo do Projeto de Gestão Ambiental Rural – GESTAR, na área de abrangência da BR-158 (*)	SDS/MMA	Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Organizações da Sociedade Civil, Comunidades e Produtores Rurais	Julho de 2004 a julho de 2007	Seminário realizado, Pólo instalado e operando	7.500
TOTAL					15.000

1.4.6 GESTAR na área de influência das BR 163 e 158 - Articulação institucional

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Esimado (R\$)
	Coord.	Executores e Parceiros			
Articulação institucional dos governos Federal, Estaduais e Municipais para o adensamento de políticas públicas nas áreas de instalação do GESTAR nas BR 163 e 158.	SDS/MMA	Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Organizações da Sociedade Civil, Comunidades e Produtores Rurais	Julho de 2004 a julho de 2006	Acordos de Cooperação Técnica firmados com as instituições parceiras	15.000
TOTAL					15.000

1.4.7 GESTAR na área de influência das BR 163 e 158 - Plano de Gestão Ambiental Rural

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Esimado (R\$)
	Coord.	Executores e Parceiros			
Instalação de um processo de engajamento das comunidades rurais para a avaliação ambiental integrada (diagnóstico) da área de abrangência do GESTAR BR 158 e a elaboração do Plano de Gestão Ambiental Rural nos dois Pólos, com identificação de prioridades, ações e investimentos prioritários e fontes de recursos para sua implantação.	SDS/MMA	Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, e principalmente Organizações da Sociedade Civil Comunidades e Produtores Rurais	Julho de 2004 a julho de 2006	Avaliação ambiental integrada realizada e o Plano de Gestão Ambiental Rural dos dois Pólos elaborados e aprovados pelas comunidades.	1.085.000
TOTAL					1.085.000

1.4.8 GESTAR na área de influência das BR 163 e 158 - Rede de Comunicação e Monitoramento do desenvolvimento sustentável					
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores e Parceiros			
Instalação de uma Rede de Comunicação e Monitoramento do desenvolvimento sustentável (Observatório Ambiental) nas áreas dos pólos do GESTAR na BR 158	SDS/MMA	Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Organizações da Sociedade Civil	Julho de 2004 a julho de 2006	Redes instaladas e operando	50.000
TOTAL					50.000

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto GESTAR		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1.Equipamentos	155.000	OGU/CEE – OGU/FAO
2.Serviços de Terceiros – PJ	700.000	OGU/FAO
3.Serviços de Terceiros – PF	100.000	OGU/FAO
4.Material de Consumo	10.000	OGU/FAO
5.Passagens	100.000	OGU/FAO
6.Diárias	100.000	OGU/FAO
Total TOTAL	1.165.000	OGU/FAO

Atividades do INCRA		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
Recuperação e consolidação de projetos de assentamentos.	1.300.000	INCRA/OGU
Implementação de processos de assessoramento técnico e de capacitação permanente para todas as famílias assentadas;	12.000.000	
Apoio creditício a 10.000 famílias assentadas	125.128.575	
Implantação de infra-estrutura produtiva e social.	59.000.000	
TOTAL	197.428.575	
Obs: a execução orçamentária por categoria de despesa encontra-se em fase de elaboração da programação operacional para 2004.		

Custo da reforma agraria/familia					
Custos Administrativos	65	Infra-estrutura	5.500	Ates	400
Credito Apoio	2.400	Topografia	400	Crédito-Florestal	4.000
Crédito habitação	5.000	PDA	200	TOTAL	17.965

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.5 - CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL, CONTEMPLANDO OS ESTUDOS TÉCNICOS E CONSULTAS PÚBLICAS E OUTRAS MEDIDAS.

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia Legal, com prioridade no Arco do Desmatamento e áreas situadas na frente da expansão da fronteira agrícola.

Resultados Esperados:

- Ampliar e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Amazônia;
- Proporcionar o desenvolvimento sustentável para comunidades tradicionais da região;
- Inibir a degradação ambiental na Amazônia Legal;
- Integração do planejamento de criação de unidades de conservação e terras indígenas.

Indicadores de Resultado:

- Unidade de conservação criada após a realização de estudos técnicos e consulta pública.

1.5.1 Criação de Florestas Nacionais em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Floresta Nacional de Rio Novo II	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	60.000
Floresta Nacional de Jacundá-RO	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	120.000
TOTAL						180.000

1.5.2 Criação de Área de Proteção Ambiental em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
APA de São Félix do Xingú	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	300.000
TOTAL						300.000

1.5.3 Criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Anfrísio - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	150.000
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Xingú - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	145.000
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iriri-Entre Rios - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	390.000
TOTAL						685.000

1.5.4 Criação de Reservas Extrativistas em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Resex Verde para Sempre - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	375.000
Resex Bacajá - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	40.000
Resex Ipaú-Anilzinho - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	60.000
Resex Arioca-Pruanã	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	62.000
TOTAL						537.000

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2004

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	264.056	Programa Áreas Protegidas do Brasil (0499) – Ação Criação de unidades de conservação federais (4986) e Projeto ARPA
2. Serviços de Terceiros - PJ	867.142	
3. Serviços de Terceiros - PF	182.387	
4. Material de Consumo	94.150	
5. Passagens	87.390	
6. Diárias	206.875	
TOTAL	1.702.000	

ATIVIDADES PREVISTAS PARA O PERÍODO 2005-2006

Criação de Florestas Nacionais no período 2005-2006						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Criação da Floresta Nacional de Crepori-PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	340.000
Criação da Floresta Nacional de Pombal –PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	40.000
Criação da Floresta Nacional de Balata-Tufari -AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	240.000
Criação da Floresta Nacional de Acari-AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	200.000
Criação da Floresta Nacional de Anauá-RR	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	80.000
TOTAL						900.000

Criação de Área de Proteção Ambiental no período 2005-2006						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Criação da APA de Alter do Chão	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	45.000
TOTAL						45.000

Criação de Reservas Extrativistas no período 2005-2006						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Resex Renascer	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	240.000
Resex Riozinho da Liberdade - AC	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	170.000
Resex Lago do Capanã Grande – AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	100.000
Resex Riozinho do Anfrízio - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	100.000
Resex Guariba Roosevelt - MT	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	240.000
Resex Lábrea	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	100.000
Resex Boca do Acre	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	100.000
TOTAL						1.050.000

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PERÍODO 2005-2006

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	309.514	Programa Áreas Protegidas do Brasil(0499) – Ação Criação de unidades de conservação federais (4986) e Projeto ARPA
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.016.421	
3. Serviços de Terceiros - PF	213.786	
4. Material de Consumo	110.356	
5. Passagens	102.434	
6. Diárias	242.489	
TOTAL	1.995.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.6 - CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia Legal, com prioridade no Arco do Desmatamento e áreas situadas na frente da expansão da fronteira agrícola.

Resultado Esperado:

- Desestimular a expansão da fronteira agrícola sob vegetação nativa na região;
- Ampliar e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Amazônia;
- Proporcionar a conservação da biodiversidade;
- Inibir a degradação ambiental na Amazônia Legal;
- Integração do planejamento de criação de unidades de conservação e terras indígenas.

Indicador de Resultado:

- Unidade de conservação criada após a realização de estudos técnicos e consulta pública.

1.6.1 Criação de Parques Nacionais em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos - AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	190.000
Criação do Parque Nacional do Juruena - MT/AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	600.000
Criação do Parque Nacional da Serra do Pardo - PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	330.000
Criação do Parque Nacional do Rio Novo – PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	150.000
TOTAL						1.270.000

1.6.2 Criação de Estação Ecológica em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Estação Ecológica do Interflúvio Xingu-Iriri – PA	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	470.000
TOTAL						470.000

1.6.3 Criação de Reserva Biológica em 2004

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Reserva Biológica do Rio Manicoré – AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2004	Decreto de criação assinado e publicado	310.000
TOTAL						310.000

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 2004

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	318.047	Programa Áreas Protegidas do Brasil(0499) – Ação Criação de unidades de conservação federais (4986) e Projeto ARPA
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.044.443	
3. Serviços de Terceiros - PF	219.679	
4. Material de Consumo	113.399	
5. Passagens	105.258	
6. Diárias	249.174	
TOTAL	2.050.000	

ATIVIDADES PREVISTAS PARA O PERÍODO 2005-2006

Criação de Parque Nacional no período 2005-2006						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Criação do Parque Nacional do Alto Maués – AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	420.000
TOTAL						420.000

Criação/Ampliação de Reserva Biológica no período 2005-2006						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Criação da Reserva Biológica do Médio Madeira - AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	290.000
Ampliação da Reserva Biológica de Abufari – AM	SBF/MMA	DAP/SBF/MMA DIREC/IBAMA	Governos estaduais e municipais, entidades civis, ARPA, INCRA.	2005 – 2006	Decreto de criação assinado e publicado	270.000
TOTAL						560.000

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PERÍODO 2005-2006

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	152.042	Programa Áreas Protegidas do Brasil(0499) – Ação Criação de unidades de conservação federais (4986) e Projeto ARPA
2. Serviços de Terceiros - PJ	499.294	
3. Serviços de Terceiros - PF	105.017	
4. Material de Consumo	54.210	
5. Passagens	50.319	
6. Diárias	119.118	
TOTAL	980.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.7 - DESENVOLVIMENTO DE MODELOS DE MUDANÇA NO USO DA TERRA (DESMATAMENTO) PARA DIFERENTES CENÁRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia Legal

Resultado Esperado:

- Caracterizar a dinâmica do desmatamento em bases georreferenciadas;
- Avaliar os impactos sócio-ambientais das políticas públicas e dos investimentos da Amazônia, comparando os cenários prospectivos de diferentes políticas públicas, como subsídio para tomada de decisão;
- Desenvolvimento de um projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento;
- Consolidar o Projeto Geoma (Geoprocessamento e Modelagem Ambiental na Amazônia) e outros estudos prioritários sobre dinâmicas do desmatamento na Amazônia brasileira.

Indicador de Resultado:

Modelos apresentados a tomadores de decisão e publicados em artigos interdisciplinares e multi-institucionais.

1.7.1 Projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Desenvolver um projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento (*)	MCT	MCT e suas unidades de pesquisa: INPA, INPE, MPEG, MAMIRAUÁ/INPA, LNCC	MMA, IBAMA e MEC	2004 (atividade em curso)	Modelos desenvolvidos que atendam à gestão territorial	400.000
TOTAL						400.000

(*) Atividade está vinculada ao Programa Ciência, Natureza e Sociedade – Ação 6255.

1.7.2 Tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Diagnosticar, desenvolver e aprimorar tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental	MCT	MCT e suas unidades de pesquisa: INPA, INPE, MPEG, MAMIRAUÁ/INPA, LNCC	MMA, IBAMA e MEC	2004 (atividade em curso)	Tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental desenvolvidas e aprimoradas	800.000
TOTAL						800.000

MATRIZ DE RECURSOS POR ATIVIDADES PARA O ANO DE 2004

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
Desenvolver um projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento	400.000	Ação 6255 – Desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação para gestão ambiental – GEOMA, do Programa Ciência, Natureza e Sociedade.
Diagnosticar, desenvolver e aprimorar tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental	800.000	
TOTAL	1.200.000	

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PERÍODO 2004-2006

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	1.202.000	Ação 6255 – Desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação para gestão ambiental – GEOMA, do Programa Ciência, Natureza e Sociedade.
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.426.000	
3. Serviços de Terceiros – PF *	1.020.000	
4. Material de Consumo	392.000	
5. Passagens	460.000	
6. Diárias	460.000	
TOTAL	4.500.000	

ATIVIDADES PREVISTAS PARA O PERÍODO 2005-2006

Continuidade do Projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Desenvolver um projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento	MCT	MCT e suas unidades de pesquisa: INPA, INPE, MPEG, MAMIRAUÁ/INPA, LNCC	MMA, IBAMA e MEC	2005-06	Sub-projetos temáticos consolidados.	400.000
TOTAL						400.000

Novas tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Diagnosticar, desenvolver e aprimorar tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental	MCT	MCT e suas unidades de pesquisa: INPA, INPE, MPEG, MAMIRAUÁ/INPA, LNCC	MMA, IBAMA e MEC	2005-06	Modelagem ambiental aplicada.	800.000
TOTAL						800.000

Consolidação de sub-projetos temáticos						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Consolidar os sub-projetos temáticos em biodiversidade, física ambiental, uso da terra e áreas úmidas	MCT	MCT e suas unidades de pesquisa: INPA, INPE, MPEG, MAMIRAUÁ/INPA, LNCC	MMA, IBAMA e MEC		Sub-projetos temáticos consolidados.	1.600.000
TOTAL						1.600.000

Aplicação de modelagem ambiental						
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores	Parceiros			
Aplicar a modelagem ambiental às políticas públicas e investimentos	MCT	MCT e suas unidades de pesquisa: INPA, INPE, MPEG, MAMIRAUÁ/INPA, LNCC	MMA, IBAMA e MEC		Modelagem ambiental aplicada.	500.000
TOTAL						500.000

MATRIZ DE RECURSOS POR ATIVIDADES PARA O PERÍODO 2005-2006

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
Desenvolver um projeto piloto de modelagem ambiental na região do Arco do Desmatamento	400.000	Ação 6255 – Desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação para gestão ambiental – GEOMA, do Programa Ciência, Natureza e Sociedade.
Diagnosticar, desenvolver e aprimorar tecnologias de geoprocessamento e análise espacial para a gestão ambiental	800.000	
Consolidar os sub-projetos temáticos em biodiversidade, física ambiental, uso da terra e áreas úmidas	1.600.000	
Aplicar a modelagem ambiental às políticas públicas e investimentos	500.000	
TOTAL	3.300.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

1 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

1.8 - PROMOÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL, ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL.

Área Geográfica de Implementação:

Arco do Desmatamento, com foco na área de influência da BR 163

Resultados Esperados:

- Implementação de iniciativas inovadoras de controle e monitoramento de desmatamento e queimadas, associadas ao desenvolvimento de ações voltadas à valorização da floresta;
- Implementação de instrumentos de ordenamento territorial;
- Fortalecimento da descentralização da gestão ambiental;
- Consolidação do processo de capacitação, com vistas à implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Indicadores de Resultado:

- Índice anual do desmatamento na área de atuação dos PGAs em tendência de queda até 2006;
- Incremento anual da participação relativa do orçamento dos OEMAs nos orçamentos estaduais até 2006;
- Incorporação das indicações do ZEE em programa e projetos de definição de política pública;
- Utilização do ZEE em ações de gestão ambiental;
- Divulgação dos produtos do ZEE orientados ao público alvo;
- Incremento anual do número de ações integradas ou compartilhadas de gestão ambiental executadas no âmbito dos termos de cooperação firmados entre os estados e o IBAMA e outros organismos federais;
- Informações atualizadas do SLAPR disponíveis nos SEIAMS e sistemas compartilhados com a base de dados do IBAMA e CEU/SIPAM.

1.8.1 Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Acre				
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores		
Iniciativas de controle e monitoramento ambiental	MMA e OEMA	OEMA, MPE; IBAMA; Prefeituras; INCRA	6 meses	236.337
Apoiar a implementação de instrumentos e ordenamento territorial				583.610
Fortalecimento da descentralização da gestão ambiental				62.431
Capacitação para gestão ambiental				84.494
Capacitação para desenvolvimento sustentável				75.266
Fortalecimento do Ministério Público Estadual	MPE			64.384
TOTAL				1.106.521

1.8.2 Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas				
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores		
Iniciativas de controle e monitoramento ambiental	MMA e OEMA	OEMA, MPE; IBAMA; Prefeituras; INCRA	6 meses	262.820
Apoiar a implementação de instrumentos e ordenamento territorial				34.500
Fortalecimento da descentralização da gestão ambiental				47.680
Apoio ao MPE em iniciativas de controle e monitoramento ambiental	MPE			101.870
Capacitação para gestão ambiental	MMA e OEMA			56.300
TOTAL				1.006.340

1.8.3 Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Mato Grosso				
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores		
Realizar perícias em áreas degradadas	MMA e OEMA	OEMA, MPE; IBAMA; Prefeituras; INCRA	6 meses	44.800
Expandir acesso do LAR ao MPE do MT				91.000
Articular a sistematização de dados fundiários				18.120
Capacitar técnicos para operacionalizar o LAR				38.080
TOTAL				192.000

1.8.4 Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Pará

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores		
Promover a integração IBAMA e SECTAM	MMA/IBAMA – OEMA	OEMA, MPE; IBAMA; Prefeituras; INCRA	6 meses	8.000
Fortalecer laboratório de SR da SECTAM	MMA e OEMA			58.000
Revisar e regulamentar procedimento de controle	MMA e OEMA			10.000
Apoiar SECTAM para gestão ambiental integrada	MMA e OEMA			12.400
Realizar cadastramento de propriedades rurais	INCRA – OEMA			30.900
Fiscalizar atividades de uso alternativo do solo e manejo florestal	MMA e OEMA			88.700
Apoiar o fortalecimento das secretarias municipais de meio ambiente da Santarém e Novo Progresso	OEMA -Prefeituras			62.600
Apoiar o fortalecimento do comitê estadual e criação de comitês Municipais	OEMA -Prefeituras			92.800
Disponibilizar dados e informações	OEMA; Prefeituras; MPE			37.700
Capacitação para defesa jurídico-política do meio ambiente	MPE; OEMA			122.950
TOTAL				524.050

1.8.5 Projeto de Gestão Ambiental Integrada de Rondônia

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores		
Iniciativas de controle e monitoramento ambiental	MMA e OEMA	OEMA, MPE; IBAMA; Prefeituras; INCRA	6 meses	88.170
Apoiar a implementação de instrumentos e ordenamento territorial				14.250
Fortalecimento da descentralização da gestão ambiental				81.185
Capacitação para gestão ambiental				46.620
TOTAL				230.225

1.8.6 Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Tocantins

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Custo Estimado (R\$)
	Coord.	Executores		
Iniciativas de controle e monitoramento ambiental	OEMA - IBAMA	OEMA, MPE; IBAMA; Prefeituras; INCRA	6 meses	337.256
Apoiar a implementação de instrumentos e ordenamento territorial	SEPLAN/TO; OEMA			272.780
Fortalecimento da descentralização da gestão ambiental	SEPLAN/TO			122.830
Capacitação para gestão ambiental	OEMA			198.490
Fortalecimento do Ministério Público Estadual	MPE			206.755
TOTAL				1.138.111

MATRIZ DE RECURSOS POR ATIVIDADES

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Acre	1.106.521	MMA/SCA/SPRN
Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas	1.006.340	
Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Mato Grosso	192.000	
Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Pará	524.050	
Projeto de Gestão Ambiental Integrada de Rondônia	230.225	
Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Tocantins	1.138.111	
TOTAL	4.197.247	

MONITORAMENTO E CONTROLE

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.1 - APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E DE IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE ÁREAS PARA ORIENTAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE.

Área Geográfica de Implementação:

Totalidade da Amazônia Legal, com destaque para a região do Arco do Desmatamento e eixos de desenvolvimento.

Resultados Esperados:

- Diminuição dos custos das ações de fiscalização, facilitando, orientando e otimizando as operações de campo;
- Possibilidade de intervenção imediata do poder público sobre desmatamentos ilegais, antes que os mesmos se alastrem;
- Ações de campo mais precisas, no tempo e no espaço, incluindo a pré-mensuração das áreas desmatadas;
- Diminuição da possibilidade de desvio de conduta por parte dos agentes fiscalizadores.

Indicadores de Resultado:

- Mapas multitemáticos, georreferenciados, produzidos quinzenalmente/mensalmente;
- Nova padronização (melhor qualificação) na produção de autos de infração;
- Aumento do número de aplicação de autos de infração expedidos.

2.1.1 Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Desenvolvimento metodológico do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real	INPE/MCT	IBAMA/MMA, SIPAM/CC	Janeiro a março de 2004	Protótipo de sistema desenvolvido	510.000

2.1.2 Sistema Integrado de Alerta do Desmatamento – SIAD

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Desenvolvimento metodológico do Sistema Integrado de Alerta do Desmatamento – SIAD com módulos para avaliação de impactos sócio-econômicos e ambientais dos desmatamentos e das tendências de desmatamento	SIPAM/CC	IBAMA/MMA, INPE/MCT	Jan/2004 a Abr/2005	Sistema Desenvolvido e Implementado.	334.612

2.1.3 Implantação de sistemas de aquisição, geração e distribuição de produtos MODIS e WFI

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Implantação de sistemas de aquisição, geração e distribuição de produtos MODIS e WFI para apoio ao monitoramento do desmatamento.	INPE/CC SIPAM/CC	IBAMA/MMA	A partir de abril de 2004 (INPE). A partir de abril de 2005 (SIPAM)	Sistemas instalados; dados MODIS e WFI recebidos, arquivados e distribuídos.	1.300.000

2.1.4 Aquisição e tratamento de imagens de radar para reconhecimento e detalhamento de áreas críticas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Aquisição e tratamento de imagens de radar para reconhecimento e detalhamento de áreas críticas (desmatamento, queimadas, exploração madeireira)	SIPAM/CC	IBAMA/MMA; INPE/MCT	A partir de Abril de 2005.	Imagens disponibilizadas.	1.258.000

Obs.: Vinculado ao término da Instalação da Estação de Recepção de dados orbitais pelo SIPAM

2.1.5 Realização de sobrevôos de reconhecimento de áreas críticas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Realização de sobrevôos de reconhecimento de áreas críticas (desmatamento, queimadas, exploração madeireira)	SIPAM/CC	IBAMA/MMA, MD	A partir de abril de 2004.	Imagens disponibilizadas.	1.000.000

Obs.: Dados das Aeronaves do Ministério da Defesa/FAB que coletam dados para o CENSIPAM.

2.1.6 Estruturação de bases de dados georeferenciadas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Estruturação de bases de dados georeferenciadas, com informações sobre dinâmicas do desmatamento e queimadas, situação fundiária (p.ex. limites de UCs, assentamentos rurais) e outros temas relevantes (estradas, hidrografia, áreas urbanas, etc.)	MMA/IBAMA	SIPAM/CC MCT/INPE MDA	Abril de 2004	Base de dados desenvolvida	n.o.

2.1.7 Definição de áreas prioritárias de vigilância e intervenção

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Definição de áreas prioritárias de vigilância e intervenção considerando a dinâmica de deslocamento da fronteira do desmatamento.	MMA/IBAMA	SIPAM e demais parceiros, incluindo sociedade civil organizada através de denúncias.	Março a Dezembro de 2004	Áreas discriminadas mensalmente	n.o.
Obs.: Essa atividade deverá acontecer de forma constante, considerando a necessidade de acompanhamento da dinâmica do desmatamento					

2.1.8 Intensificação da produção de mapas-guia de áreas desmatadas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Intensificação da produção de mapas-guia de áreas desmatadas, que servirão como referenciais geográficos para as abordagens feitas pelas equipes de fiscalização.	MMA/IBAMA	SIPAM	Março a setembro de 2004	Mapas-guia de áreas desmatadas produzidos	100.000

2.1.9 Intensificação da produção de autos de infração

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Intensificação da produção de autos de infração a partir do cruzamento de imagens de satélite atuais, imagens de satélite antigas (históricos dos desmatamentos), e autorizações de desmatamento emitidas, ou não. (Multas Técnicas)	IBAMA/MMA	SIPAM	Abril a dezembro de 2004	Autos de infração produzidos	100.000

2.1.10 Desenvolvimento de protótipo do módulo de geoprocessamento do SIFISC/SICAF					
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Desenvolvimento de protótipo do módulo de geoprocessamento do SIFISC/SICAF (Sistema de Controle de Autuações Ambientais)	IBAMA/MMA		Março a dezembro de 2004	Sistema desenvolvido e operando	117.000

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1.1 Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	200.000	Programa PPA 0503, Ação 3029
2. Serviços de Terceiros – PJ	310.000	Programa PPA 0503, Ação 3029
3. Serviços de Terceiros – PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	510.000	

2.1.2 Sistema Integrado de Alerta do Desmatamento – SIAD		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos – 44.90.52	109.000	Fonte: 100 Programa de Proteção da Amazônia/Integração de Base de Dados.
2. Serviços de Terceiros/PJ – 33.90.39	42.224	
3. Serviços de Terceiros/PF – 33.90.18	63.000	
4. Estagiários – 33.90.36	75.600	
5. Material de Consumo – 33.90.30	13.040	
6. Passagens – 33.90.33	88.200	
7. Diárias – 33.90.14	27.200	
TOTAL	418.264	

2.1.3 Implantação de sistemas de aquisição, geração e distribuição de produtos MODIS e WFI

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	150.000	PNAE – Ação 4195
2. Serviços de Terceiros – PJ	1.090.000	
3. Serviços de Terceiros – PF		
4. Material de Consumo	20.000	
5. Passagens	20.000	
6. Diárias	20.000	
TOTAL	1.300.000	

2.1.4 Aquisição e tratamento de imagens de radar para reconhecimento e detalhamento de áreas críticas

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		Fonte:100 Programa de Proteção da Amazônia/Integração de Base de Dados.
2. Obra civil – 449051	150.000	
3. Equipamentos (Estação)– 44.90.52	444.000	
4. Material de Consumo – 33.90.30	50.000	
5. Serviços de Terceiros/PJ – 33.90.39	414.000	
6. Serviços de Terceiros/PF – 33.90.36	200.000	
TOTAL	4.258.000	

2.1.5 Realização de sobrevôos de reconhecimento de áreas críticas

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Material de Consumo – 33.90.30	950.000	Fonte: 100 Programa de Proteção da Amazônia/Integração de Base de Dados.
2. Passagens – 33.90.33	20.000	
3. Diárias – 33.90.14	30.000	
TOTAL	1.000.000	

2.1.8 Intensificação da produção de mapas-guia de áreas desmatadas		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	100.000	PPA - Programa 0503, ação 6307
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	100.000	

2.1.9 Intensificação da produção de autos de infração		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	100.000	PPA - Programa 0503, ação 6307
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	100.000	

2.1.10 Desenvolvimento de protótipo do módulo de geoprocessamento do SIFISC/SICAF		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	12.000	PPA: Programa 0511, Ação 6037
2. Serviços de Terceiros - PJ	105.000	
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	117.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.2 - INTENSIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO (SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA) DE CRIMES AMBIENTAIS E DEMAIS ILÍCITOS ASSOCIADOS.

Área Geográfica de Implementação:

Totalidade da Amazônia Legal, com destaque para regiões de conflito.

Resultados Esperados:

- Identificação de infratores e respectivas conexões com o crime organizado;
- Identificação em campo de sistemas de comunicação ilegais (rastreamento do espectro-eletromagnético);
- Pré-identificação de diferentes tipos de ilícitos associados ao crime ambiental;
- “Desmonte” de atividades produtivas vinculadas ao crime organizado;
- Diminuição da possibilidade de desvio de conduta por parte dos agentes fiscalizadores.

Indicadores de Resultado:

- Identificação, classificação e cadastramento de infratores;
- Quadrilhas desvendadas.

2.2.1 Disponibilização de agentes para investigação de crimes ambientais

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Disponibilização, em setores estratégicos, de agentes para investigação de crimes ambientais e respectivos crimes associados.	IBAMA/MMA,	MJ	Vários períodos em 2004	Relatórios de investigação emitidos	150.300

2.2.2 Coordenação de ações para rastreamento das cadeias produtivas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Coordenação de ações para rastreamento das cadeias produtivas de madeiras/móveis e carvão/siderurgia.	IBAMA/MMA	MJ, SUFRAMA/MDIC, MF, Secretarias de Fazenda Estaduais	Maio a setembro de 2004	Relatórios de investigação emitidos	50.200

2.2.3 Disponibilização da informação sobre possíveis ocorrências de ilícitos

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Disponibilização da informação sobre possíveis ocorrências de ilícitos (rastreamento Sipam).	SIPAM/CC	IBAMA/MMA	Maio a dezembro de 2004	Relatórios de investigação emitidos	n.o.

2.2.4 Cruzamento de bases de dados com registros de infratores

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Cruzamento de bases de dados com registros de infratores (pessoas físicas e jurídicas), incluindo dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural), Receita Federal, Secretarias de Fazenda Estaduais e CTF (Cadastro Técnico Federal).	IBAMA/MMA	MDA, MDIC, MF, Secretarias de Fazenda Estaduais	Maio a setembro de 2004	Relatórios de investigação emitidos	58.100

2.2.5 Coordenação de ações de rastreamento de cadeias comerciais					
Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores			
Coordenação de ações de rastreamento de cadeias comerciais de insumos e produtos que suportam o desmatamento	IBAMA/MMA	Secretarias de Fazenda Estaduais, MF, MDIC	Setembro a dezembro de 2004	Relatórios de investigação emitidos	42.000

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.2.1 Disponibilização de agentes para investigação de crimes ambientais		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	12.000	PPA – Programa 0503 – Ação 6307
2. Serviços de Terceiros - PJ	71.800	
3. Serviços de Terceiros - PF	34.000	
4. Material de Consumo	7.000	
5. Passagens	17.500	
6. Diárias	8.000	
TOTAL	150.300	

2.2.2 Coordenação de ações para rastreamento das cadeias produtivas		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	30.000	
4. Material de Consumo	5.000	
5. Passagens	9.200	
6. Diárias	6.000	
TOTAL	50.200	

2.2.4 Cruzamento de bases de dados com registros de infratores

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	6.500	
2. Serviços de Terceiros - PJ	0,0	
3. Serviços de Terceiros - PF	30.000	
4. Material de Consumo	3.000	PPA – Programa 0503 – Ação 6307
5. Passagens	13.000	
6. Diárias	5.600	
TOTAL	58.100	

2.2.5 Coordenação de ações de rastreamento de cadeias comerciais

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	6.400	
2. Serviços de Terceiros - PJ	0,0	
3. Serviços de Terceiros - PF	18.000	
4. Material de Consumo	3.000	
5. Passagens	9.000	
6. Diárias	5.600	
TOTAL	42.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.3 - INSTITUIÇÃO DE BASES OPERATIVAS, COM A ARTICULAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA E TECNOLÓGICA DISPONIBILIZADAS PELOS PARCEIROS, NAS QUAIS SE PROMOVERÁ A “FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA” (transversalidade operacional).

Área Geográfica de Implementação: Ao longo do Arco do Desmatamento, segundo critérios como:

- Evidência de desmatamentos correntes, denúncias de ilícitos associados ao desmatamento (“ausência” do Estado) e risco de ocorrência de incêndios florestais;
- Existência de infra-estrutura de apoio, tanto do IBAMA como dos parceiros;
- Possibilidade de geração e divulgação de impactos positivos, inclusive em termos de efeitos demonstrativos ou “pedagógicos”.

Resultados Esperados:

- Melhor eficiência no uso de recursos e bens públicos e maior visibilidade da atuação do poder público (operação presença);
- Prevenção de incêndios de grandes proporções (catastróficos);
- Otimização e redução dos custos das ações do IBAMA e parceiros na apreensão de bens de grande porte (tratores, caminhões, serrarias) e nos trabalhos de campo em áreas inóspitas.
- Agilidade na comunicação entre equipes de campo e respectivas Bases Operativas;
- Possibilidade de acesso imediato a informações que sustentem ações de campo – autuações, apreensões e multas.

Indicadores de Resultado:

- Bases Operativas montadas/articuladas;
- Diminuição do número de incêndios em áreas de mata primária;
- Aumento do número de infratores autuados e quadrilhas desmontadas.
- Diminuição da taxa de desmatamento no curto prazo.

Atividades	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
2.3.1 Definição de 19 Bases Operativas (1)	IBAMA/MMA		concluído	Bases definidas	n.o.
2.3.2 Priorização de Bases para atuação em 2004 (2)	IBAMA/MMA	GPT Interministerial	Março a dezembro de 2004	Bases prioritárias indicadas	n.o.
2.3.3 Montagem/articulação das Bases Operativas	IBAMA/MMA	MD	Fevereiro a dezembro de 2004	Bases Operativas montadas e funcionando	4.530.700
2.3.4 Disponibilização de meios de transporte para equipamentos e bens apreendidos.	IBAMA/MMA	MD, MT	Fevereiro a dezembro de 2004	Meios de transporte disponibilizados	500.000
2.3.5 Disponibilização de recursos humanos (operadores, mecânicos e carregadores) para remoção de bens apreendidos.	IBAMA/MMA	MD, MT	Fevereiro a dezembro de 2004	Recursos humanos disponibilizados	500.000
2.3.6 Disponibilização de meios de acampamento, alimentação e vigilância de material e equipamentos para equipes inter-institucionais de fiscalização.	IBAMA/MMA	MD, DPRF	Fevereiro a dezembro de 2004	Meios disponibilizados	1.250.000
2.3.7 Identificação e articulação de pátios de depósito para bens apreendidos.	IBAMA/MMA	MD, MT, DPRF	Fevereiro a dezembro de 2004	Depósitos disponibilizados	240.000
2.3.8 Compartilhamento de meios de comunicação para equipes de campo.	SIPAM/CC IBAMA/MMA	MD, DPRF	Fevereiro a dezembro de 2004	Meios de comunicação disponibilizados	n.o.
2.3.9 Conexão lógica de sistemas de comunicação já existentes (ex. Autotrack do IBAMA + maletas RDSS do SIPAM).	IBAMA/MMA	SIPAM	Fevereiro a dezembro de 2004	Sistemas conectados	n.o.
2.3.10 Disponibilização de recursos de telemática (acessibilidade à bases de dados e mapas digitais via Internet).	IBAMA/MMA	SIPAM	Fevereiro a dezembro de 2004	Recursos de telemática disponibilizados	738.000
(1) Possibilidade de mudanças conforme dinâmica do desmatamento e posicionamento dos parceiros					
(2) Possibilidade de mudança conforme dinâmica do desmatamento e considerações dos parceiros e manifestações da sociedade					

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.3.3 Montagem/articulação das Bases Operativas.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	3.171.700	PPA-Ibama, Programa 0511 - Ação 6037
2. Serviços de Terceiros - PJ	620.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	475.000	
4. Material de Consumo	190.000	
5. Passagens	62.000	
6. Diárias	12.000	
TOTAL	4.530.700	

2.3.4 Disponibilização de meios de transporte para equipamentos e bens apreendidos.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	500.000	
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	500.000	

2.3.5 Disponibilização de recursos humanos (operadores, mecânicos e carregadores) para remoção de bens apreendidos.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	500.000	
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	500.000	

2.3.6 Disponibilização de meios de acampamento, alimentação e vigilância de material e equipamentos.

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	500.000	
2. Serviços de Terceiros - PJ	750.000	
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	1.250.000	

2.3.7 Identificação e articulação de pátios de depósito para bens apreendidos.

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	240.000	
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	240.000	

2.3.10 Disponibilização de recursos de telemática (acessibilidade à bases de dados e mapas digitais via Internet).

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	250.000	
2. Serviços de Terceiros - PJ	420.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	0	
4. Material de Consumo	0	
5. Passagens	46.000	
6. Diárias	22.000	
TOTAL	738.000	

PPA - Programa 1210 - Ação 7567

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.4 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, TRABALHISTA, FUNDIÁRIA, TRIBUTÁRIA E RODOVIÁRIA.

Área Geográfica de Implementação:

Nas Bases Operativas prioritárias distribuídas ao longo do Arco do Desmatamento.

Resultados Esperados:

- Desmatamentos e infrações trabalhistas coibidas conjuntamente;
- Desmatamentos e infrações fundiárias coibidas conjuntamente;
- Desmatamentos e infrações tributárias coibidas conjuntamente;
- Maior visibilidade da atuação do poder público (operação presença);
- Apreensão por parte dos fiscais de campo da “cultura” da “fiscalização ambiental integrada” .

Indicadores de Resultado:

- Número de autuações conjuntas;
- Quadrilhas desmontadas;
- Diminuição da taxa de desmatamento no curto prazo.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
2.4.1 Capacitação de fiscais do IBAMA em reconhecimento e denúncia de ilícito trabalhista.	MTE	IBAMA/MMA	Março de 2004	Fiscais capacitados	248.424
2.4.2 Capacitação de fiscais do MTE em reconhecimento e denúncia de ilícito ambiental.	IBAMA/MMA	MTE	Março e maio de 2004	Fiscais capacitados	248.424
2.4.3 Capacitação de fiscais do MDA sobre ilícitos ambientais.	IBAMA/MMA	MDA	Abril e junho de 2004	Fiscais capacitados	248.424
2.4.4 Capacitação de agentes do DPRF sobre ilícitos ambientais.	IBAMA/MMA	PRF/MJ	Abril de 2004	Agentes capacitados	248.424
2.4.5 Instituição imediata de ações de fiscalização integrada (ambiental + tributária + fundiária + trabalhista + rodoviária) (*) (**)	IBAMA/MMA	MTE, MDA, MF, PRF/MJ, MD	Fevereiro a dezembro de 2004	Operações realizadas	51.200.000
(*) 62 operações especiais no total de 1.190 dias com 50 pessoas em cada uma e 400 operações de rotina de 7 dias cada (2.800) com 10 pessoas em cada uma.					
(**) Parceria do Ministério da Defesa, com a utilização de aeronaves (helicópteros) em missões de apoio aéreo, no total de aproximadamente 4.000 horas/vôo					

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.4.1 Capacitação de fiscais do IBAMA em reconhecimento e denúncia de ilícito trabalhista.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	6.000	PPA - Programa 0511 - Ação 6037
4. Material de Consumo		
5. Passagens	210.000	PPA - Programa 0511 - Ação 6037
6. Diárias	32.424	
TOTAL	248.424	

2.4.2 Capacitação de fiscais do MTE em reconhecimento e denúncia de ilícito ambiental.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	6.000	PPA - Programa 0511 - Ação 6037
4. Material de Consumo		
5. Passagens	210.000	PPA - Programa 0511 - Ação 6037
6. Diárias	32.424	
TOTAL	248.424	

2.4.3 Capacitação de fiscais do MDA sobre ilícitos ambientais.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	6.000	PPA - Programa 0511 - Ação 6037
4. Material de Consumo		
5. Passagens	210.000	PPA - Programa 0511 - Ação 6037
6. Diárias	32.424	
TOTAL	248.424	

2.4.4 Capacitação de agentes do DPRF sobre ilícitos ambientais.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	6.000	
4. Material de Consumo		
5. Passagens	210.000	
6. Diárias	32.424	
TOTAL	248.424	

2.4.5 Instituição imediata de ações de fiscalização integrada (ambiental + tributária + fundiária + trabalhista + rodoviária)		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	19.300.000	PPA - Programa 0503, ação 6307 PPA - Programa 0503, ação 3029 PPA - Programa 0503, ação 6329
3. Serviços de Terceiros - PF	850.000	
4. Material de Consumo	4.100.000	
5. Passagens	18.850.000	
6. Diárias	8.100.000	
TOTAL	51.200.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.5 - REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS, DE COMUNICAÇÃO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, VOLTADAS À PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO DESMATAMENTO E QUEIMADAS.

Área Geográfica de Implementação:

Totalidade da Amazônia Legal, com priorização nas Bases Operativas.

Resultados Esperados:

- Desestímulo coletivo à ilegalidade e incentivo à legalidade;
- Visibilidade da atuação conjunta/transversal do poder público;
- Mudança de imagem do IBAMA e demais agentes de fiscalização;
- Apoio das comunidades locais às atividades de ordenamento, monitoramento e controle.

Indicadores de Resultado:

- Assinatura de pactos locais entre os diversos atores sociais nas regiões;
- Materiais de comunicação produzidos, distribuídos e/ou veiculados.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
2.5.1 Realizar viagens de campo para estabelecer contato com lideranças locais (agentes de saúde, pastoral, associações, movimentos de base, sindicatos rurais, etc...) nas áreas das bases operativas	IBAMA/MMA	MDA, MI, MDIC, MAPA, Governos Estaduais, sindicatos, movimentos sociais, entidades ambientalistas	Fevereiro a dezembro de 2004	Rede de atores locais identificada e sensibilizada para o Plano	50.000
2.5.2 Estabelecer estratégias de comunicação localizada para 7 bases operativas	IBAMA/MMA		Fevereiro a julho de 2004	19 planos de comunicação local redigidos	40.000
2.5.3 Realizar 7 seminários locais para envolver os diferentes atores sociais e sensibilizar potenciais causadores de desmatamento e queimadas	IBAMA/MMA		Junho a dezembro de 2004	Seminários realizados, com descrição de participação e comentários dos participantes	60.000
2.5.4 Envolver os diferentes atores locais de cada uma das bases na elaboração de um pacto visando a adoção de melhores práticas, envolvendo-os no processo de combate ao desmatamento	IBAMA/MMA		Agosto a dezembro de 2004	Pacto de controle do desmatamento assinado pelos diversos atores	50.000
2.5.5 Realização de feiras, seminários e exposições sobre a temática socioambiental, sustentabilidade e desmatamentos	IBAMA/MMA		- 3 eventos, em cidades a serem definidas, em junho, agosto e outubro	Avaliação do impacto do evento sobre a população local	40.000
2.5.6 Realização de campanha publicitária sobre o risco de queimadas se tornarem incêndios florestais	IBAMA/MMA		Junho de 2004	Avaliação, junto às lideranças comunitárias locais, sobre os impactos da campanha	200.000

2.5.7 Realização de oficinas de radiocomunicação com rádios locais e comunitárias em 7 bases operativas	IBAMA/MMA		Fevereiro a dezembro de 2004	Avaliação da inserção de temáticas ambientais na programação das rádios	30.000
2.8.8 Realização de campanha publicitária sobre manejo florestal em áreas prioritárias	IBAMA/MMA		Abril de 2004	Avaliação, junto às lideranças comunitárias locais, sobre os impactos da campanha	800.000
2.5.9 Produção de informativo técnico sobre Manejo Florestal, Desmatamento e Reposição Florestal	IBAMA/MMA		Abril de 2004	Informativo produzido e distribuído	16.000
2.5.10 Produção de folder, cartaz, cartilha e manual de campo para divulgação de legislação e técnicas de manejo florestal	IBAMA/MMA		Julho de 2004	Material produzido e distribuído	64.000
2.5.11 Realização de oficina de capacitação com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em Manejo Florestal (comunitário)	IBAMA/MMA		Agosto de 2004	40 técnicos ou fiscais treinados	187.708
2.5.12 Realização de oficina de capacitação com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em manejo florestal (empresarial)	IBAMA/MMA		Setembro de 2004	40 técnicos ou fiscais treinados	187.708
2.5.13 Produção de material de treinamento para vistorias de campo	IBAMA/MMA		Maio de 2004	Material produzido e distribuído	10.000
2.5.14 Realização de Dia de Campo com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em Manejo Florestal Comunitário	IBAMA/MMA		Outubro de 2004	35 técnicos ou fiscais treinados	79.623
2.5.15 Realização de Dia de Campo com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em Manejo Florestal Empresarial	IBAMA/MMA		Outubro de 2004	35 técnicos ou fiscais treinados	79.623
2.5.16 Realização de seminário com técnicos do IBAMA e de instituições parceiras sobre mobilização comunitária	IBAMA/MMA		Maio de 2004	40 técnicos ou fiscais treinados	30.000

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.5.1 Realizar viagens de campo para estabelecer contato com lideranças locais (agentes de saúde, pastoral, associações, movimentos de base, sindicatos rurais, etc...) nas áreas das bases operativas

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	10.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
4. Material de Consumo		
5. Passagens	20.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
6. Diárias	20.000	
TOTAL	50.000	

2.5.2 Estabelecer estratégias de comunicação localizada para 7 bases operativas

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	40.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	40.000	

2.5.3 Realizar 7 seminários locais para envolver os diferentes atores sociais e sensibilizar potenciais causadores de desmatamento e queimadas

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	20.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
4. Material de Consumo		
5. Passagens	20.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
6. Diárias	20.000	
TOTAL	60.000	

2.5.4 Envolver os diferentes atores locais de cada uma das bases na elaboração de um pacto visando a adoção de melhores práticas, envolvendo-os no processo de combate ao desmatamento

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	15.00	PPA - Programa 0503, Ação 3029
4. Material de Consumo		
5. Passagens	20.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
6. Diárias	15.000	
TOTAL	50.000	

2.5.5 Realização de feiras, seminários e exposições sobre a temática socioambiental, sustentabilidade e desmatamentos

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	15.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
3. Serviços de Terceiros - PF	10.000	
4. Material de Consumo		
5. Passagens	15.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
6. Diárias		
TOTAL	40.000	

2.5.6 Realização de campanha publicitária sobre o risco de queimadas se tornarem incêndios florestais

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	200.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	200.000	

2.5.7 Realização de oficinas de radiocomunicação com rádios locais e comunitárias em 7 bases operativas

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	10.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029v
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens	10.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
6. Diárias	10.000	
TOTAL	30.000	

2.5.8 Realização de campanha publicitária sobre manejo florestal em áreas prioritárias

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	800.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	800.000	

2.5.9 Produção de informativo técnico sobre Manejo Florestal, Desmatamento e Reposição Florestal

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	12.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
3. Serviços de Terceiros - PF	4.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	16.000	

2.5.10 Produção de folder, cartaz, cartilha e manual de campo para divulgação de legislação e técnicas de manejo florestal

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	48.000	Promanejo-IBAMA/PPG7
3. Serviços de Terceiros - PF	16.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	64.000	

2.5.11 Realização de oficina de capacitação com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em Manejo Florestal (comunitário)

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	2.400	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
4. Material de Consumo		
5. Passagens	175.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
6. Diárias	10.308	
TOTAL	187.708	

2.5.12 Realização de oficina de capacitação com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em manejo florestal (empresarial)

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	2.400	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
4. Material de Consumo		
5. Passagens	175.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
6. Diárias	10.308	
TOTAL	187.708	

2.5.13 Produção de material de treinamento para vistorias de campo		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	6.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF	4.000	Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	10.000	

2.5.14 Realização de Dia de Campo com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em Manejo Florestal Comunitário		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	21.000	
4. Material de Consumo		
5. Passagens	53.500	
6. Diárias	4.123,20	
TOTAL	79.623	

2.5.15 Realização de Dia de Campo com técnicos e fiscais do IBAMA e de instituições parceiras como agentes multiplicadores em Manejo Florestal Empresarial		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		Promanejo-IBAMA/PPG7 Programa 502, ação 6064
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	21.000	
4. Material de Consumo		
5. Passagens	53.500	
6. Diárias	4.123,20	
TOTAL	79.623	

2.5.16 Realização de seminário com técnicos do IBAMA e de instituições parceiras sobre mobilização comunitária

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens	20.000	PPA - Programa 0503, Ação 3029
6. Diárias	10.000	
TOTAL	30.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.6 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA COMPARTILHADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS NAS OEMAS E IBAMA COM DISSEMINAÇÃO PÚBLICA (INTERNET) DAS INFORMAÇÕES.

Área Geográfica de Implementação:

Nove estados da Amazônia Legal

Resultado Esperado:

Identificação das propriedades rurais, proprietários e situação do ativo e passivo florestal respectivo em um Sistema Compartilhado entre OEMAs e IBAMA.

Indicador de Resultado:

Número de propriedades cadastradas e georreferenciadas.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
2.6.1 Implantação do SLAPR em cinco Estados da Amazônia Legal (AC, RO, TO, MA e AP)	SPRN/SCA/MMA	OEMAs, MPEs, IBAMA	Janeiro a junho de 2004	Emissão de licença ambiental em propriedade rural	3.313.550
2.6.2 Criação de Sistema Compartilhado para a integração do banco de dados dos SLAPRs com o SISPROF/IBAMA (4)	IBAMA/MMA	FEMA/MT, SPRN e INCRA.	Janeiro a setembro de 2004	Criação de banco de dados integrado com georreferenciamento das propriedades licenciadas pela FEMA e IBAMA.	6.586.666
2.6.3 Implantação do SLAPR no estado do PA e estruturação de bases cartográficas fundiárias e ambientais em áreas prioritárias	SPRN/SCA/MMA	OEMA, MPE, IBAMA	Junho a dezembro de 2004	Emissão de licença ambiental em propriedade rural	1.660.000
2.6.4 Disponibilização das informações ambientais do Sistema Compartilhado via Internet.	IBAMA/MMA	FEMA/MT e SPRN	Janeiro a setembro de 2004	Homepage que permita acesso às informações do Sistema Compartilhado.	n.o
2.6.5 Elaboração da base cartográfica e dinâmica do desmatamento nos estados do AM, RR e PA, priorizando as áreas localizadas no Arco do Desmatamento (ex: BR 163, Humaitá, Boca do Acre) (1)	SPRN/SCA/MMA	OEMAs.	Janeiro a dezembro de 2004	Base cartográfica digital e dinâmica do desmatamento instalada no departamento de geoprocessamento da OEMA	3.250.000
2.6.6 Validação das Bases Cartográficas digitais pelo IBGE ou DSG (2)	SIPAM/CC	IBGE, DSG, SPRN.	Janeiro a Dezembro de 2004	Documento expedido pelo IBGE ou DSG validando o produto	1.000.000
2.6.7 Elaboração de minuta padrão de Pacto Federativo entre IBAMA e OEMA com ênfase na gestão florestal,. (3)	IBAMA/MMA	SECEX, OEMAs, SPRN	Janeiro a maio de 2004	Documento elaborado e aprovado pelo IBAMA/MMA e OEMAs	n.o.
2.6.8 Firmar Pacto Federativo entre IBAMA e estados com SLAPR implantado	IBAMA/MMA	OEMA, MPE.	Junho de 2004	Pacto Federativo firmado com os estados com o SLAPR implantado	n.o.

(1) O SPRN está apoiando e repassando verba para a elaboração dos produtos citados. No estado de RR será elaborada a base cartográfica de todo o território. Os estado do AM e PA terão mapeadas apenas parte do território.

(2) O SIPAM está negociando com IBGE a forma de apoio para viabilizar o validação pelo IBGE e o governo do MT está negociando com o DSG

(3) Já existe minuta elaborada pelo SPRN que poderá apoiar as discussões. Incluir prerequisites mínimos ao OEMA para poder firmar o Pacto.

(4) O INCRA participará da discussão da elaboração do Sistema Compartilhado para viabilizar a futura integração com seu Banco de dados.

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.6.1 Implantação do SLAPR em cinco Estados da Amazônia Legal (AC, RO, TO, MA e AP)		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos
		(Programas/Ações)
1. Equipamentos	640.000	SPRN/PPG7/SCA/MMA
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.940.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	40.000	
4. Material de Consumo	215.000	
5. Passagens	113.000	
6. Diárias	380.000	
TOTAL	3.328.000	

2.6.2 Criação de Sistema Compartilhado – piloto - para a integração do banco de dados do SLAPR com o SISPROF/IBAMA		
Categoria de Despesa	Custo Estimado	Fontes de Recursos
		(Programas/Ações)
1. Equipamentos	3.500.000	
2. Serviços de Terceiros - PJ	2.666.666	
3. Serviços de Terceiros - PF	-	
4. Material de Consumo	330.000	
5. Passagens	40.000	
6. Diárias	50.000	
TOTAL	6.586.666	

2.6.3 Implantação do SLAPR no estado do PA e estruturação de bases cartográficas fundiárias e ambientais em áreas prioritárias.

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos
		(Programas/Ações)
1. Equipamentos	380.000	
2. Serviços de Terceiros – PJ	740.000	
3. Serviços de Terceiros – PF	140.000	
4. Material de Consumo	170.000	
5. Passagens	90.000	
6. Diárias	140.000	
TOTAL	1.660.000	

2.6.5 Elaboração da base cartográfica e dinâmica do desmatamento nos estados do AM, RR e PA, priorizando as áreas localizadas no Arco do Desmatamento (ex: BR 163, Humaitá, Boca do Acre)

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos
		(Programas/Ações)
1. Equipamentos	100.000	SPRN/PPG7/SCA/MMA
2. Serviços de Terceiros - PJ	3.000.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	10.000	
4. Material de Consumo	20.000	
5. Passagens	50.000	
6. Diárias	70.000	
TOTAL	3.250.000	

2.6.6 Validação das Bases Cartográficas digitais pelo IBGE ou DSG.		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos
		(Programas/Ações)
1. Equipamentos	400.000	
2. Serviços de Terceiros - PJ	600.000	
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	1.000.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

2 – MONITORAMENTO E CONTROLE

2.7 - REVISÃO DAS PORTARIAS, RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES NORMATIVAS RELACIONADAS COM O LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM PROPRIEDADES RURAIS, DESMATAMENTO E PLANOS DE MANEJO FLORESTAL

Área Geográfica de Implementação:
Amazônia Legal

Resultados Esperados:

- Aprimoramento da legislação ambiental de modo a torná-la mais objetiva e eficaz em relação à dinâmica da exploração florestal.
- Órgãos públicos de monitoramento e controle ambiental dotados de instrumentos jurídicos consistentes.

Indicador de Resultado:

- Portarias, instruções normativas e resoluções revisadas e publicadas.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
2.7.1 Criação de grupo de trabalho para discutir questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais na Amazônia, com ênfase nas atividades florestais (*)	IBAMA/MMA	OEMA's, CONAMA, MDA, INCRA	Fevereiro a dezembro de 2004	Relatório com propostas de encaminhamento elaborado	n.o.
2.7.2 Revisão da Instrução Normativa 04, de março de 2002 (manejo florestal na Amazônia Legal)	IBAMA/MMA	MMA, OEMA's, Instituições de ensino e pesquisa, ONG's, setor produtivo, MDA, INCRA	Março a junho de 2004	Instrução Normativa revisada e publicada	n.o.
2.7.3 Revisão da Instrução Normativa 03, de março de 2002 (desmatamento na Amazônia Legal)	IBAMA/MMA		Março a junho de 2004	Instrução Normativa revisada e publicada	n.o.
2.7.4 Implementação da Resolução CONAMA 289/01 e respectivo Termo de Ajustamento de Conduta	IBAMA/MMA	CONAMA, MDA, INCRA, OEMA's	Março a setembro de 2004	Resolução CONAMA implementada	n.o.
2.7.5 Revisão de artigo na Lei de Crimes Ambientais que trata sobre destinação imediata de bens perecíveis apreendidos.	IBAMA/MMA	CONAMA, OEMAs	Junho a dezembro de 2004	Legislação revisada	n.o.
2.7.6 Revisão de Instrução Normativa que trata de conversão de multas ambientais	IBAMA/MMA	MF, CONAMA, MPOG	Março a dezembro de 2004	Instrução normativa implementada	n.o.
(*) Questões relacionadas ao processo de licenciamento das atividades florestais nas atividades rurais não foram incorporadas num sistema de licenciamento ambiental, nos moldes previstos na Lei 6983/81, ou seja, historicamente estas atividades ficaram a cargo do IBAMA, com raras exceções, dentro de um processo autorizativo de acesso ao recurso florestal. É importante expandir a discussão deste tema junto ao MMA e parceiros					

FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.1 - APERFEIÇOAR OS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO E CRÉDITO EXISTENTES, QUE UTILIZAM RECURSOS PÚBLICOS, PARA PROMOVER ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E DESESTIMULAR O DESMATAMENTO ILEGAL.

Área Geográfica de Implementação:

Regiões Norte e Centro-Oeste

Resultados Esperados:

- Aumento no número de empreendimentos baseados no manejo florestal, sistemas agroflorestais, agroextrativismo, agroecologia e agropecuária sustentável.
- Aumento no número de projetos de recuperação e utilização econômica sustentável de áreas degradadas e/ou sub-utilizadas.
- Promover a remuneração pelos serviços ambientais prestados a sociedade.

Indicador de Resultado:

Número de novos projetos e empreendimentos estabelecidos.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.1.1 – Desenvolver propostas de incentivos fiscais para promover a melhor utilização das áreas já desmatadas e o uso sustentável da floresta, como por exemplo (1): ▪ Redução de alíquotas de IPI para produtos certificados; ▪ Redução de impostos de importação para máquinas e equipamentos florestais;	MMA	MI, MDIC, MMA e MAPA, MF	Março a Maio de 2004	Incentivos instituídos	100.000
3.1.2 – Revisão das normas de Reposição Florestal Obrigatória	IBAMA/Diref	MMA/SBF-SDS	Março a julho de 2004	Elaboração de novas normas para a reposição florestal obrigatória	202.000
3.1.3 – Desenvolver mecanismos de promoção da adimplência ambiental dos proprietários rurais participantes dos “Programas Verdes” financiados com recursos do FNO e FCO, tais como (2): • Instituição de taxas de juros incentivadas; • Criação do “Prêmio por Sustentabilidade Ambiental” (Bônus ou pagamento por serviços ambientais)	MMA	MI, BASA, BB, MF	Março a Maio de 2004	Mecanismos desenvolvidos e aprovados	50.000
3.1.4 – Definição de novas diretrizes e critérios ambientais para os programas que operam com os Fundos Constitucionais (FCO e FNO), ajustados às diretrizes e medidas do Plano de Combate ao Desmatamento (3).	MMA (SDS)	MI, MTE, BASA, BB, BNDES	Março e Abril de 2004	Divulgação nacional realizada	n.o.
3.1.5 – Submissão, ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, de proposta para introdução de critérios ambientais em projetos apoiados com recursos do FAT. (4)	MTE	MMA, BASA, BB, CEF, BNDES	Março a dezembro de 2004	Proposta analisada pelo CODEFAT	n.o.
3.1.6 – Desenvolvimento de medidas de facilitação do acesso ao crédito para agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais (Ex. Fundo Aval) e Adequação dos procedimentos operacionais dos agentes financeiros. (5)	MI	MAPA, MDA, MMA, BB, BASA, MF	Março a Junho de 2004	Programas revisados e criados	n.o.
(1) O GT a ser instituído deverá ser composto por representantes do MF, MDIC, MI; (2) Necessidade de criar mecanismo de monitoramento ambiental dos projetos aprovados A instituição das taxa de juros incentivadas dependem de adequações na legislação que rege a matéria; (3) Exemplos de critérios ambientais: exigência de adimplência ambiental; Atividade executada pelo MI e MTE. As Programações do FCO e do FNO, para o exercício de 2004, já foram aprovadas, podendo, se necessário, ser ajustadas. (4) Esta proposta será encaminhada no âmbito do processo de reestruturação das políticas com recursos do FAT, processo já acordado com o CODEFAT para execução ao longo de 2004. (5) 51% recursos do FCO foram destinados aos pequenos e médios produtores					

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1.1 Desenvolver incentivos fiscais para promover a melhor utilização das áreas desmatadas abandonadas e o uso sustentável da floresta

3.1.3 Desenvolver mecanismos de promoção da adimplência ambiental dos proprietários rurais

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	50.000	PPG7
3. Serviços de Terceiros - PF	100.000	PPG7
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	150.000	

3.1.2 Implantação de projetos demonstrativos de manejo de solo

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	18.000	Código 18.542.0506.6046.001- Monitoramento e controle da Reposição Florestal obrigatória
2. Serviços de Terceiros – PJ	76.000	
3. Serviços de Terceiros – PF	35.000	
4. Material de Consumo	18.000	
5. Passagens	40.000	
6. Diárias	15.000	
TOTAL	202.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.2 – AMPLIAR A ABRANGÊNCIA DO PROTOCOLO VERDE NO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Área Geográfica de Implementação:
Amazônia Legal

Resultados Esperados:

- Aumento no número de empreendimentos baseados no manejo florestal, sistemas agroflorestais, agroextrativismo, agroecologia e agropecuária sustentável.
- Aumento no número de projetos de recuperação e utilização econômica sustentável de áreas degradadas e/ou sub-utilizadas.
- Desestímulo a expansão dos empreendimentos que não cumprem a legislação ambiental

Indicador de Resultado:

Número de novos projetos e empreendimentos sustentáveis estabelecidos na região.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.2.1 - Revisão das diretrizes do Protocolo Verde	MMA	MF, Banco Central, MI	Março e Abril de 2004	Protocolo revisado	n.o
3.2.2 – Formulação de proposta para adoção de normas pelo Conselho Monetário Nacional baseado no Protocolo Verde revisado.	MF	MMA, MI, MAPA, MDA	Março a Dezembro de 2004	Proposta formulada e aprovada	50.000
3.2.3 – Estruturação de proposta de Cadastro Nacional de Inadimplentes Ambientais – CADIN Verde	MMA	INCRA, IBAMA, OEMAs, FUNAI, MF	Março a Dezembro de 2004	Modelo de cadastro desenvolvido	50.000
(1) Serão utilizados os recursos do Programa de Cooperação Internacional PPG-7 (componente Estudos Estratégicos) nas atividades 6.1 e 6.3. (2) O Cadastro será necessário para que o Sistema Financeiro Nacional possa discernir adequadamente os proprietários que estão adimplentes com a legislação ambiental para a Amazônia					

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	50.000	PPG7
3. Serviços de Terceiros - PF	50.000	
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	100.000	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.3 - DESENVOLVER E IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia legal, com concentração de ações no Arco do Desmatamento

Resultado Esperado:

Profissionais e usuários de recursos florestais capacitados para implementar ações de manejo florestal

Indicador de Resultado:

Número de pessoas capacitadas (2800)

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.3.1 - Lançamento de edital para realização de ações de capacitação em Manejo Florestal Público beneficiado: tomadores de decisão e profissionais de instituições públicas (instituições estaduais de extensão rural, IBAMA, INCRA, OEMAs); empresários florestais; populações tradicionais e produtores rurais familiares; profissionais de organizações não governamentais	IBAMA/ DIREF-ProManejo/ PPG7	MMA/SBF-SCA, Banco do Brasil	Fevereiro a dezembro de 2004	Número de pessoas capacitadas	5.000
3.3.2 - Lançamento de edital para apoio à formação de estudantes de cursos técnicos e de engenharia florestal para realização de aulas práticas de manejo florestal	IBAMA/ DIREF-ProManejo	MMA/SBF, Banco do Brasil	Fevereiro a dezembro de 2004	Número de jovens formados	5.000
3.3.3 - Realização de campanhas de disseminação do Manejo Florestal Sustentável (treinamento de comunicadores, realização de filmes e peças publicitárias)	IBAMA/ DIREF-ProManejo	MMA/SBF, Banco do Brasil	Fevereiro a dezembro de 2004	Número de peças produzidas e veiculadas	234.000
3.3.4 - Lançamento de edital para treinamento em Agroecologia e Manejo Florestal para extensionistas do INCRA e de instituições contratadas para prestar assistência técnica a assentados do Programa de Reforma Agrária (1)	SBF/ MMA	INCRA/MDA FNMA/MMA	Abril a Dezembro de 2004	Número de extensionistas treinados	10.234.800
(1) Ação de abrangência nacional, mas 1/3 dos técnicos treinados é da região Amazônica					

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	10.300.000	ProManejo/PPG7
3. Serviços de Terceiros - PF	60.000	
4. Material de Consumo	22.000	
5. Passagens	70.000	
6. Diárias	19.800	
TOTAL	10.478.800	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.4 IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE APOIO AO MANEJO FLORESTAL - CENAFLO

Área Geográfica de Implementação:

Nacional, com prioridade para a Amazônia legal

Resultado Esperado:

Centro implementado com a equipe constituída e rede de capacitação em manejo florestal na Amazônia formada.

Indicador de Resultado:

Centro legalmente implementado e rede formada

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.4.1 Institucionalização do Cenaflor no IBAMA, com conselho consultivo implementado, regimento interno aprovado e equipe constituída	IBAMA-Diref	MMA/SBF	Março a dezembro de 2004	Centro implementado	5.000
3.4.2 Construção da sede física do Cenaflor	IBAMA-Diref	MMA/SBF	Julho a dezembro de 2004	Sede física construída	2.000.000
3.4.3 Formação da rede de instituições de capacitação em manejo florestal na Amazônia	IBAMA-Diref	8 a 10 Instituições públicas e da sociedade civil da região Amazônia	Abril a dezembro de 2004	Rede formada e número de instituições participantes	n.o.
3.4.4 Formação de 25 profissionais de excelência para atuarem como instrutores/formadores em Manejo Florestal	IBAMA-Diref	MMA/SBF e instituições de desenvolvimento, ensino e pesquisa na área florestal	Junho a dezembro de 2004	Profissionais treinados	90.168
3.4.5 Apoio à implementação de centro de treinamento em manejo florestal no estado de Rondônia	IBAMA-Diref		Julho a dezembro de 2004	Centro implementado	150.000

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos*	1.150.000	MMA (Ação 18.128.0506.4950.001- Capacitação em Atividades Florestais) e PPG7
2. Serviços de Terceiros - PJ	324.780	PPG7
3. Serviços de Terceiros - PF	485.079	
4. Material de Consumo	169.380	
5. Passagens	89.265	
6. Diárias	26.664	
TOTAL	2.245.168	-

* Inclui construções

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.5 APOIO ÀS INICIATIVAS PROMISSORAS DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia legal

Resultado Esperado:

Aumento do número e consolidação de iniciativas comunitárias de manejo florestal na região Amazônia

Indicador de Resultado:

Número de novos projetos comunitários de manejo florestal e de iniciativas já existentes consolidadas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.5.1 Apoio financeiro para implementação de 7 novas iniciativas de manejo florestal comunitário	IBAMA/ Diref-ProManejo/PPG7	Instituições da sociedade civil Banco do Brasil	Março a dezembro de 2004	Número de iniciativas em andamento	2.514.283
3.5.2 Lançamento de edital para apoio técnico a iniciativas comunitárias já existentes , nas áreas de gerenciamento, beneficiamento e comercialização de produtos florestais	IBAMA/ Diref-ProManejo/PPG7	Banco do Brasil	Março a dezembro de 2004	Número de iniciativas apoiadas e capazes de realizar manejo florestal sustentável do ponto de vista ecológico, econômico e institucional	2.000.000
3.5.3 Lançamento de edital para apoio a processos de organização comunitária visando assessorar grupos de produtores no planejamento e implementação de iniciativas de manejo florestal comunitário	IBAMA/ Diref-ProManejo/PPG7	Banco do Brasil	Março a dezembro de 2004	Número de novas iniciativas de manejo florestal comunitário	1.000.000

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	5.380.583	ProManejo/PPG7
3. Serviços de Terceiros - PF	35.000	
4. Material de Consumo	18.000	
5. Passagens	65.000	
6. Diárias	15.700	
TOTAL	5.514.283	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.6 APOIO ÀS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E INDÍGENAS

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia

Resultado Esperado:

Comunidades agroextrativistas da Amazônia capacitadas para a criação e aperfeiçoamento de iniciativas produtivas sustentáveis

Indicador de Resultado:

Número de comunidades apoiados

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.6.1 Implantação de projetos demonstrativos de manejo de solo		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
TOTAL	1.720.810	Orçamento da União – PPA 2004

3.6.2 Capacitação de Comunidades Extrativistas na Amazônia		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
TOTAL	850.000	Orçamento da União – PPA 2004

3.6.3 Assistência Técnica à Produção e à Comercialização de Produtos Extrativistas na Amazônia		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
TOTAL	850.000	Orçamento da União – PPA 2004

3.6.4 Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
TOTAL	10.370.191	Orçamento da União – PPA 2004

3.6.5 Fomento a Negócios Sustentáveis de Comunidades e Produtores Familiares na Amazônia		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
TOTAL	1.520.000	Orçamento da União – PPA 2004

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.7 FOMENTO AO ECOTURISMO

3.7.1 CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PÓLOS DE ECOTURISMO NA AMAZÔNIA (PROECOTUR)

Área Geográfica de Implementação:

Todos os estados da Amazônia Legal, com destaque para os 15 Pólos prioritários definidos pelo Proecotur

Resultados Esperados:

Construção de capacidades individuais e institucionais na região para a atividade do Ecoturismo;
Implantação de ações de assistência técnica junto a empreendimentos na região;

Indicador do Resultado:

Número de instituições capacitadas;
Número de pessoas capacitadas;
Número de empreendimentos orientados.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional			Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Executores	Parceiro			
3.7.1 Realização de 3 cursos específicos de capacitação em ecoturismo nos 15 pólos do Proecotur , nos temas: 1) qualidade no atendimento aos visitantes; 2) condução de visitantes; e 3) planejamento e gestão de empreendimentos ecoturísticos	MMA	MMA/OEMAS	SENAC	Abril – dez/2004	Número de cursos realizados; Número de pessoas capacitadas.	527.500
3.7.2 Produção de oficinas de comunicação comunitária e de um programa de ecoturismo para veiculação na rede radiofônica apoiada pelo senac.	MMA	MMA	Rádio Amazônia	Abril – Dez/2004	Número de programas produzidos; Número de ouvintes atingidos (estimativas)	
3.7.3 Implantação de ações “piloto” de assistência técnica junto a empreendimentos comunitários na amazônia	MMA	MMA	Entidades civis	Abril – Dez/2004	Número de empreendimentos orientados.	

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	527.500	Orçamento da União – PPA 2004

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.8 Implantar e consolidar Pólos Pioneiros de Produção Familiar Sustentável (Programa Proambiente).

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia legal, com concentração de ações no Arco do Desmatamento.

Resultado Esperado:

Aumento do número de famílias que adotam um modelo de produção agrícola sustentável e mantêm as áreas de reserva legal e de preservação permanentes de suas propriedades conservadas

Indicador de Resultado:

Número de famílias envolvidas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.8.1 Consolidar os 12 Pólos pioneiros de produção familiar sustentável (Programa Proambiente) já existentes, sendo 10 Pólos de Agroextrativismo, 01 Pólo de Pesca Artesanal e 01 Pólo Indígena	MMA/SDS	MMA/SCA, MDA/SAF, MDA/SDT, MAPA/Embrapa, Casa Civil/SIPAM, MI/ADA, Organizações da Sociedade Civil (ONGs, sindicatos, associações de produtores, cooperativas)	Março de 2004 à Julho de 2005	24.000 famílias contempladas com remuneração de serviços ambientais (500 famílias por Pólo Pioneiro)	12.725.959
Obs.: Dos 12 Pólos já existentes 8 se encontram no Arco do Desmatamento (RR- Vale do Apiaú, PA- Rio Capim, PA- Transamazônica, TO – Bico do Papagaio, MT – Noroeste, RO – Ouro preto D'Oeste, AC – Alto Acre, MA- Baixada Maranhense)					

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		Ações 0794, 6089
2. Serviços de Terceiros - PJ		Ações 6088, 0794, 6089
3. Serviços de Terceiros - PF		Ação 0856
4. Material de Consumo		Ações 0794, 6089
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	12.725.959	Fonte: PPA 2004 Programa 1270

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.9 - REGULAMENTAÇÃO DA GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Área Geográfica de Implementação:

Toda Amazônia

Resultado Esperado:

Ter constituído o marco regulatório para gestão de florestas públicas que forem destinadas à produção florestal sustentável, incluindo os mecanismos de concessão.

Indicador de Resultado:

Aprovação do PL de Gestão de Florestas Públicas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.9.1 Elaborar e encaminhar ao Congresso o projeto de lei para Gestão de Florestas Públicas para produção sustentável.	MMA	MDA, Incra, IBAMA, SPU, MI, Governos Estaduais, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), Associações de Classe profissionais e empresariais	Janeiro-Março 2004 Abril – Junho 2004	Projeto de Lei Encaminhado ao Congresso. Projeto de Lei aprovado.	135.000

Obs.: Grupo de Trabalho já em andamento desde dez/2003. Três reuniões já realizadas. Relatórios das reuniões disponíveis.

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros – PJ	10.000	PPG7 – ProManejo/Comp 1. FAO TCP BRA 2082
3. Serviços de Terceiros - PF	20.000	
4. Material de Consumo	5.000	
5. Passagens	100.000	
TOTAL	135.000	-

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.10 - APOIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS

Área Geográfica de Implementação:

Mato Grosso, Amazonas e Pará.

Resultados Esperados:

- Identificar e organizar a cadeia produtiva em busca da solução dos problemas, baseada nos objetivos de geração de emprego, ocupação e renda, desenvolvimento produtivo regional, capacitação e inclusão social;
- Reflorestamento para a indústria moveleira; e
- Aproveitamento racional das florestas plantadas no desenvolvimento das atividades do setor.

Indicador de Resultado:

Hectares reflorestados e empresas organizadas a partir dos APLs.

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.10.1 Diagnóstico dos APLs (*)	MDIC	SEIC (PA, AM, MT), SEBRAE	10 meses	Diagnóstico realizado	319.403
3.10.2 Plano de Ação	SEIC	SEBRAE, SENAI	4 anos	Planejamento realizado	
3.10.3 Capacitação (*)	SEBRAE	MCT, MTE, SENAI, SESC e Universidades	2 anos	Produtores capacitados	
3.10.4 Financiamento (*)	BNDES	BASA, BANCO DO BRASIL e MTE	4 anos	liberados	
3.10.5 Assistência Técnica	MDA	EMATER e SEAG (MT, AM e PA)	4 anos	Produtores assistidos	

(*) Recursos orçamentários e de parceiros

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	300.000	-
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens	13.169	0812- Programa Desenvolvimento. Cadeias Produtivas
6. Diárias	6.234	0812 - Programa Desenvolvimento. Cadeias Produtivas
TOTAL	319.403	

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.11 - APOIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA DA SIDERURGIA

Área Geográfica de Implementação:

Região de Carajás (envolve o município de Marabá, no Estado do Pará, e os municípios de Açailândia, Pindaré Mirim e Bacabeira, no Estado do Maranhão), onde ha concentração de produtores de ferro-gusa

Resultado Esperado:

Reflorestamento para produção de madeira para carvão vegetal destinado aos produtores de ferro-gusa da Região de Carajás, com o aproveitamento de produtos químicos advindos do carvoejamento e dos resíduos pirolenhosos, e o aproveitamento das florestas plantadas no desenvolvimento de atividades silvícolas para a produção de insumos para cosméticos, resinas, óleos, castanhas e plantas medicinais.

Indicadores de Resultado:

Nº de hectares reflorestados e nº de empresas desenvolvidas a partir dos APL's

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.11.1 Estudo de Viabilidade Técnica dos APL's	MDIC	SEIC-PA/MA, CVRD e ASICA	1 ano	Estudo realizado	405.959
3.11.2 Financiamento	BNDES	BASA, BANCO DO BRASIL, MTE	4 anos	liberados	
3.11.3 Capacitação	SEBRAE	MCT, MTE, SENAI, SESC e IEL	4 anos	Produtores capacitados	
3.11.4 Fixação do Homem no Campo	MDA	INCRA e MAPA	4 anos	Famílias assentadas	
3.11.5 Assistência Técnica	EMBRAPA	EMATER-PA, SEAG-PA/MA	4 anos	Produtores assistidos	
Obs.: Recursos Orçamentários e Parceiros					

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	400.000	Fonte extra-orçamentária
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens	(1) 3.881,20	0812 -Programa Competitividade das Cadeias Produtivas
6. Diárias	(2) 2.078,16	
TOTAL	405.959,36	

(1) 4 passagens aéreas (ida e volta) Brasília-DF / Belém-PA, ao preço de 970,30 cada pela Varig;

(2) 4 viagens, com 3,5 diárias por viagem, ao preço de 148,44 cada diária.

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.12 - IMPLEMENTAR AÇÕES PARA UMA POLÍTICA AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA LEGAL , EM CONJUNTO COM AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE AGRICULTURA

Área Geográfica de Implementação:
Amazônia Legal.

Resultados Esperados:

- Implementada uma política agrícola diferenciada para a Amazônia Legal, levando em conta as suas peculiaridades geográficas, ambientais, econômicas e sociais, e combinando as necessidades de se assegurar melhor nível de vida para sua população com a conservação ambiental;
- Ampliada a eficácia das políticas públicas setoriais em torno de princípios e objetivos comuns, evitando-se superposições, lacunas e divergências conceituais.

Indicador de Resultado:

Políticas elaboradas e implementadas

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.12.1 Estender o Zoneamento Agrícola à Amazônia Legal , incorporando variáveis sócio-ambientais (*)	MAPA/SPA/ EMBRAPA	INMET/Secretarias Estaduais de Agricultura/Extensão Rural.	Fevereiro de 2004 a Dezembro de 2006.	Zoneamento Agrícola normatizado e publicado.	2.600.000
3.12.2 Adequar a Política de Garantia de Preços Mínimos às especificidades regionais	MAPA/SPA/ CONAB	MF/BACEN/Secretarias de Agricultura/Entidades representativas dos produtores/Bancos oficiais.	Fevereiro a Julho de 2004	Política Normatizada e publicada.	n.o.
3.12.3 Adequar os programas de crédito de investimento com recursos do BNDES (Prodefruta, Moderagro, Prodeagro, Moderinfra, Prodecoop, Propflora, Proleite, Moderfrota), para atendimento satisfatório dos produtores situados na Amazônia Legal. (*)	MAPA/SPA	MF/BACEN/FEBRABAN/ Bancos Federais/ Secretarias de Agricultura/Entidades representativas dos produtores.	Fevereiro a Julho de 2004	Política Normatizada e publicada.	n.o.
3.12.4 Adequar as condições do Crédito de Custeio às peculiaridades dos sistemas de produção da Amazônia Legal. (*)	MAPA/SPA	MF/ FEBRABAN/BACEN /CONAB/ Secretarias de Agricultura/Entidades representativas dos produtores/Bancos oficiais.	Fevereiro a Julho de 2004	Política Normatizada e publicada.	n.o.
3.12.5 Adequar o PROAGRO às especificidades da Amazônia Legal. (*)	MAPA/SPA/ SE-CER	MF/BACEN/MDA/Secretarias de Agricultura/Entidades representativas dos produtores/Extensão Rural.	Fevereiro de 2004 a Dezembro de 2006.	PROAGRO normatizado e publicado.	n.o.
3.12.6 Regulamentar o SEGURO RURAL contemplando as especificidades da Amazônia Legal. (*)	MAPA/SPA	MF/SUSEP/Secretarias de Agricultura/Entidades representativas dos produtores.	Fevereiro a Julho de 2004	Decreto de regulamentação publicado.	n.o.
3.12.7 Estender o Programa de Compras Diretas da Agricultura Familiar aos Estados da Amazônia Legal. (*)	MESA/MDA/ MAPA(CONAB)				n.o.
3.12.8 Criar, de imediato, um grupo técnico permanente para articular ações das diferentes áreas do Ministério voltadas para a Amazônia Legal, coordenado pela Secretaria Executiva do MAPA. (*)	MAPA/SE		imediato	Grupo criado e coordenador nomeado	n.o.

(*) Atividades não orçamentárias

MATRIZ DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.12.1 Estender o Zoneamento Agrícola à Amazônia Legal, incorporando variáveis sócio-ambientais		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Equipamentos		
2) Serviço de Terceiros - PJ		
3) Serviço de Terceiros – PF		
4) Material de Consumo		
5) Passagens		
6) Diárias		
TOTAL	2.600.000	Orçamento da União – PPA 2004

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.13 PROMOVER A INTENSIFICAÇÃO DO USO AGROECONÔMICO DE ÁREAS JÁ DESFLORESTADAS, POR MEIO DE RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS, FOMENTO A PRODUÇÃO DE CULTURAS PERMANENTES E A ADOÇÃO UNIVERSAL DE PRÁTICAS DE USO CONSERVACIONISTA DO SOLO

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia Legal

Resultado Esperado:

- Assegurada a presença do Estado em todos os municípios da Região, especialmente nas áreas de desmatamento, com serviços de apoio ao desenvolvimento de alternativas sustentáveis de geração de emprego e renda, de forma descentralizada e participativa;
- Reorganizado e fortalecido o sistema de defesa agropecuária da Amazônia;
- Assegurado o amplo acesso dos produtores a conhecimentos, insumos estratégicos e serviços de apoio que compõem as políticas públicas setoriais para a Região;
- Ampliados os níveis de utilização de calcário pelo produtor nas áreas desmatadas da Amazônia Legal;
- Demonstrada amplamente, aos agentes políticos e econômicos, a viabilidade de alternativas que não dependem de novos desmatamentos para a geração sustentada de renda e de ocupações produtivas na Amazônia;
- Técnicos de órgãos públicos estaduais e municipais da Amazônia Legal capacitados no uso regular de práticas de uso conservacionista do solo, na identificação e orientação das atividades econômicas sustentáveis mais adequadas as localidades em que atuam e em métodos participativos de capacitação de produtores;
- Implantadas Unidades de Teste e Demonstração de Manejo do Solo - UTD's em áreas de desmatamento em todos os estados, em cultivos ou criações de alto potencial econômico e ambientalmente sustentáveis;
- Elaborado e negociado, com os governos estaduais, um programa articulado de fomento de culturas permanentes de mercado amplo, a exemplo do dendê, para implantação a partir de 2004;
- Elaborado e negociado, com os governos estaduais, esquemas que permitam a disponibilidade local de insumos estratégicos a intensificação do uso da terra, especialmente de calcário e fertilizantes;

Indicador de Resultado:

Implantadas 140 UTDs

Publico capacitado

Estatísticas agrícolas da região

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.13.1 Disseminação de técnicas de recuperação de áreas degradadas	MAPA	Secretarias de Agricultura, Prefeituras Municipais, Associações de Produtores	Marco a Dezembro de 2004	Número de municípios envolvidos e áreas recuperadas	150.000
3.13.2 Implantação de projetos demonstrativos de manejo de solo (1)	MAPA	Secretarias de Agricultura, Prefeituras Municipais, Associações de Produtores	Marco de 2004 a abril de 2005	Número de Unidades de Teste e Demonstração implantadas	500.000
3.13.3 Fomento de culturas permanentes oleaginosas (dendê), fibrosas e raízes	MAPA	Pesquisa, Secretarias de Agricultura e Associações de Produtores	Maio a Dezembro		200.000
3.13.4 Produção de mudas de frutíferas	MAPA	Embrapa, Universidade, Prefeituras, Associações de Produtores, IDAM, CNPq, ONG's	2004	Número de mudas produzidas	250.000
3.13.5 Erradicação da febre aftosa, mosca da carambola e controle e prevenção da Sigatoka Negra	MAPA	Governos Estaduais, SEAF-Ap, Embrapa, DIAGRO-Ap, IICA-Suriname	A partir de Janeiro de 2004	Estados livres da doença (OIE)	10.079.792
3.13.6 Promover a capacitação em larga escala em técnicas de agropecuária sustentável, associativismo rural e cooperativismo (2)	MAPA	Secretarias estaduais e municipais de Agricultura, Universidades, Embrapa, Cooperativas e Associações de Produtores, Entidades representativas do cooperativismo, associações rurais, federações, sindicatos rurais, CNA	Janeiro a dezembro de 2004	Pessoal capacitado	650.000

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Observações
	Coordenação	Parceiros			
3.13.7 Promover a expandir da produção de plantas medicinais	MAPA	Universidades, Embrapa, Institutos de pesquisa regional, Associações de produtores, movimentos sociais, Extensão Rural dos estados, ONG	De março a dezembro de 2004	Pessoal capacitado	248.870
3.13.8 Estimular a disseminação da agricultura orgânica na região	MAPA	Universidades, Instituições de pesquisa e de extensão rural, organizações de produtores, ONG, Comissões estaduais de agricultura orgânica	De março a dezembro de 2004	Pessoal capacitado	200.735
3.13.9 Ampliar e Apoio ao Cooperativismo e Associativismo Rural da Amazônia (3)	MAPA	Entidades representativas do cooperativismo em geral, associações rurais, federações, sindicatos rurais, ongs e demais entidades representativas públicas e privadas.	Jan a Dez/2004	Eventos	4.000.000
3.13.10 Apoio à Consolidação de Projetos Demonstrativos de Uso Sustentável de Recursos Naturais					1.720.810
3.13.11 Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas na Amazônia - PADEQ					850.000

(1) Metodologia participativa e grupal de compartilhamento de conhecimentos

(2) Cursos identificados com base na discussão c/os órgãos estaduais e municipais. Serão utilizadas tecnologias adaptadas às especificidades regionais e locais no contexto do processo produtivo agrícola para áreas degradadas. Introdução da agricultura orgânica como opção de cultivo na região. Introdução do plantio direto na recuperação dessas áreas, reduzindo a pressão sobre novas áreas de floresta.

(3) Estão previstas as seguintes atividades, dentre outras: diagnósticos, capacitação, apoio para exportações das cooperativa e para as pequenas cooperativas, promoção da prática do cooperativismo; apoio a eventos técnicos e sociais do associativismo rural

MATRIZES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.13.1 Disseminação de técnicas de recuperação de áreas degradadas		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Equipamentos		
2) Serviço de Terceiros - PJ		
3) Serviço de Terceiros – PF		
4) Material de Consumo		
5) Passagens		
6) Diárias		
Total	150.000	Orçamento da União – PPA 2004

3.13.2 Implantação de projetos demonstrativos de manejo de solo		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
Total	500.000	Orçamento da União – PPA 2004

3.13.3 Fomento de culturas permanentes oleaginosas (dendê), fibrosas e raízes		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Serviço de Terceiro - PJ		
2) Material de Consumo		
3) Passagens		
4) Diárias		
Total	200.000	Orçamento da União – PPA 2004

3.13.4 Produção de mudas de frutíferas		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recurso
1) Material de Consumo		
2) Passagens		
3) Diárias		
TOTAL	250.000	Orçamento da União – PPA 2004

3.13.5 Erradicação da febre aftosa, mosca da carambola, controle e prevenção da Sigatoka Negra e fiscalização de sementes e mudas		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas e Ações)
1. Equipamentos	5.790.000	Orçamento da União – PPA 2004
2. Serviços de Terceiros - PJ	1.257.011	
3. Serviços de Terceiros - PF	494.965	
4. Material de Consumo	873.253	
5. Passagens	777.568	
6. Diárias	886.994	
TOTAL	10.079.792	

3.13.6 Promover a capacitação em larga escala em técnicas de agropecuária sustentável, associativismo rural e cooperativismo		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros – PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	650.000	

3.13.7 Expandir a produção de plantas medicinais		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	--	
2. Serviços de Terceiros – PJ	53.000	
3. Serviços de Terceiros - PF	89.400	
4. Material de Consumo	18.900	
5. Passagens	63.000	
6. Diárias	24.570	
TOTAL	248.870	OGU

3.13.8 Estimular a disseminação da agricultura orgânica na região		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos	--	
2. Serviços de Terceiros – PJ		
3. Serviços de Terceiros – PF	52.500	
4. Material de Consumo	51800	
5. Passagens	73.500	
6. Diárias	22.935	
TOTAL	200.735	OGU

3.13.9 Ampliar e Apoio ao Cooperativismo e Associativismo Rural da Amazônia		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ	4.000.000	Capacoop/Promocoop/Gapcoop
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	4.000.000	

3.13.10 Apoio à Consolidação de Projetos Demonstrativos de Uso Sustentável de Recursos Naturais		
Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	1.720.810	Programa PPG7

**3.13.11 Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas na Amazônia –
PADEQ**

Categoria de Despesa	Custo Estimado (R\$)	Fontes de Recursos (Programas/Ações)
1. Equipamentos		
2. Serviços de Terceiros - PJ		
3. Serviços de Terceiros - PF		
4. Material de Consumo		
5. Passagens		
6. Diárias		
TOTAL	850.000	Programa PPG7

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.14 FORMULAR UM PLANO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL PARA COORDENAR AÇÕES INTEGRADAS DO USO AGROECONÔMICO DAS ÁREAS JÁ DESFLORESTADAS

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia Legal

Resultado Esperado:

Fortalecida e articulada a ação integrada dos Ministérios e órgãos envolvidos na região

Elaborada uma proposta conjunta de investimentos e ações públicas para desenvolver e expandir alternativas econômicas capazes de substituir atividades que promovem ou incentivam o desmatamento

Indicador de Resultado:

Plano elaborado e negociado com atores e entidades responsáveis pelo desenvolvimento regional

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.14.1 Formular um plano executivo interministerial para coordenar ações integradas do uso agroeconômico das áreas já desflorestadas	MAPA	MDA, MMA, MI, MCT, CC	Março	Plano executivo formulado	n.o.

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.15 ADOPTAR COMO EXIGÊNCIA BÁSICA PARA OS PRODUTORES RURAIS CONTEMPLADOS NOS PROGRAMAS E AÇÕES DO MAPA O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Área Geográfica de Implementação:

Amazônia Legal

Resultado Esperado:

Aumento do número de propriedades rurais com licenciamento ambiental;

Aumento do número de proprietários rurais aderentes aos Termos de Ajustamento de Conduta;

Indicador de Resultado:

% de propriedades com licenciamento ambiental em relação ao total de propriedades atendidas pelos programas do MAPA

% de proprietários com Termos de Ajustamento de Conduta em relação ao total de proprietários atendidos pelos programas do MAPA

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.15.1 Adoção de princípios, diretrizes e critérios ambientais para os programas e ações do MAPA na Amazônia	MAPA/SARC	MDA, MMA	Março	Princípios, diretrizes e critérios ambientais publicados	n.o.
3.15.2 Formulação de estratégia de implementação das diretrizes	MAPA/SARC	MDA, MMA	Março	Estratégia definida e divulgada entre os membros do GTI	n.o.
(1) A implementação das diretrizes deverá ser feita de forma gradual, priorizando as regiões de maior expansão das atividades agropecuárias					
(2) As atividades não demandam custos expressivos					

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.16 INSTITUIR MECANISMO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS ESTADOS CONFORME O TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS, NO ÂMBITO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE VERDE)

Área Geográfica de Implementação:
Brasil

Resultados Esperados:

Estados recebendo compensação financeira proporcional à área total de áreas protegidas.

Redução da resistência dos governos estaduais com relação à criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Indicador de Resultado:

FPE Verde implantado no país

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.16.1 Esforço político do governo para aprovação do Projeto de Lei 351/2002, que institui o FPE Verde	Secretaria Especial de Coordenação Política da Presidência da República		Março a Abril	PL aprovado	n.o.
3.16.2 Regulamentação da Lei	MF	MF, MMA	Maio	Regulamentos criados	n.o.
(1) O Projeto de Lei já foi aprovado no Senado e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados					
(2) Atividade não tem demanda expressiva de recursos orçamentários					

PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS

3.17 CRIAR O FUNDO SETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLORESTAL

Área Geográfica de Implementação:

Brasil

Resultado Esperado:

Desenvolvimento de pesquisas prioritárias para fomentar as estratégias nacionais de conservação e uso sustentável das florestas. Criar a base científica e tecnológica para estimular o desenvolvimento de empreendimentos inovadores baseados no uso sustentável dos recursos florestais.

Contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do país, especialmente das regiões mais pobres que coincidem, em grande medida, com a existência dos grandes maciços florestais.

Indicador de Resultado:

Projeto de Lei aprovado

Edital de C&T para o manejo florestal e agricultura familiar sustentável lançado via Fundo de C&T para o Agronegócio

Atividades Específicas	Responsabilidade Institucional		Período de Execução	Indicador	Custo Estimado (R\$)
	Coordenação	Parceiros			
3.17.1 Elaborar Projeto de Lei que cria o Fundo de C&T Florestal	CC	MCT, MMA, MAPA, MDIC	2004	PL encaminhado ao Congresso Nacional	n.o.
3.17.2 Desenvolver e apresentar proposta emergencial de criação do Edital de C&T para agricultura orgânica ao Comitê Gestor do Fundo de C&T do Agronegócio	MCT	MMA, MAPA, MDIC, MDA	2004	Edital lançado	n.o.
(1) PL encaminhado à Casa Civil, necessário discussão com MDIC e MMA (2) Falta obter aval dos Ministérios que compõem o Comitê Gestor do Fundo					